

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 65 – jul.-dez. 2023 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartiçam
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 65 – jul.-dez. 2023 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO

Fundado em 10 de setembro de 1868

DIRETORIA EXECUTIVA 2021-2024

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-Presidente Administrativo:	Henrique Loureiro Monteiro
Vice-Presidente de Administração e Patrimônio:	Carlos Eurico Soares Félix
Vice-Presidente de Finanças:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
Vice-Presidente Cultural:	Evanildo Bechara
Vice-Presidente Corporativo:	José Manuel Matos Nicolau

CONSELHO CONSULTIVO

Arménio Santiago Cardoso	João Roque Rangel de Araújo
Carlos Francisco Moura	Manuel José Vieira
Castelar de Carvalho	Maria Lêda de Moraes Chini
Claudio Cezar Henriques	Nilda Santos Cabral
Francisco José Magalhães Ferreira	Ricardo Emmanuel Vieira Coelho
Gilda da Conceição Santos	Ricardo Stavola Cavaliere
Ida Maria dos Santos Alves	Rita de Cassia B.C. M. dos Reis

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:	Flávio Alves Martins
Vice-Presidente:	José António de Almeida Sampaio
1.º Secretário:	Paulo Marcos Dias Morgado
2.º Secretário:	Agostinho da Rocha Ferreira dos Santos

CONSELHO FISCAL

Efetivos:	Suplentes:
António da Silva Correia	Eduardo Artur Neves Moreira
Ângelo Leite Horta	Alcides Martins
Carlos Jorge Airosa Branco	Rodrigo Gomes da Costa

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: António Gomes da Costa (in memoriam)

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (in memoriam)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Arno Wehling

CONFLUÊNCIA

REVISTA DO

INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa
Evanildo Bechara
Antônio Basílio Rodrigues

CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque
André Nemi Conforte
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Bernard Colombat (Universidade Paris 7 - Denis Diderot)
Carlos da Costa Assunção (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Claudio Cezar Henriques (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Scliar-Cabral (Universidade Federal de Santa Catarina)
Manuel Gonçalo de Sá Fernandes (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henríquez Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Marli Quadros Leite (Universidade de São Paulo)
Miguel Ángel Esparza Torres (Universidade Rey Juan Carlos)
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Pierre Swiggers (Universidade Católica de Louvaina)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)
Wolf Dietrich (Universidade de Münster)

Diagramação: Diniz Gomes dos Santos

Endereço para correspondência:
Rua Pereira da Silva n.º 322, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.221-140
E-mail: confluencia@liceuliterario.org.br
URL: revistaconfluencia.org.br

Os textos publicados são da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Apresentação 7

Artigos

L'Importanza della scuola per la consolidazione della lingua italiana.....9

› *Jefferson Evaristo*

Comunicação, informação e manipulação: o componente ideológico21

› *Hilma Ranauro*

A estrutura comparativa: um estudo sintático de carácter funcional.....38

› *Ana Alexandra Silva*

Capixaba tem sotaque? Quem pode dar essa resposta? Questões para a sociolinguística da sociedade.....68

› *Marcela Langa Lacerda, Ana Clara Soave Leppaus*

Estilos de linguagem no caderno esportivo de dois jornais do Rio Grande do Sul.....105

› *Dayse Rodrigues dos Santos*

Processos de referenciação no gênero multimodal meme: proposta de aplicação ao ensino de leitura.....125

› *Wagner Alexandre dos Santos Costa, Angela Marina Bravin dos Santos, Juliana Behrends de Souza*

Vida nossa ou vida da gente: um estudo variacionista dos pronomes possessivos de 1.^a pessoa do plural 148

› *Aluiza Alves de Araújo, Sara Alexandre Ferreira, Francisco de Assis Pereira da Silva*

Arquivos Brasileiros de Linguística e Filologia

Sobre o estudo da língua portuguesa 170

› *Manuel Pacheco da Silva Júnior*

Colaboradores deste número 177

APRESENTAÇÃO

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n65.1383>

Este número de *Confluência* oferece ao leitor interessado em temas linguísticos uma série de estudos valiosos que circundam temas como a linguagem midiática, o componente ideológico na construção do texto, bem como a análise de fatos morfossintáticos do português contemporâneo. Trata-se, pois, de novas luzes que se projetam sobre um temário vário e relevante para o desenvolvimento do saber sobre a língua, em especial a língua portuguesa, em múltipla dimensão.

Em consonância com sua política editorial, que se vem consolidando com reconhecido grau de excelência ao longo destes 32 anos de publicação ininterrupta, a revista tem-se esforçado na avaliação dos trabalhos submetidos mediante ampliação de seu corpo de pareceristas *ad hoc* e renovação de seu Conselho Editorial. Com igual propósito, vem-se ratificando a postura acolhedora de novos e talentosos pesquisadores, que buscam divulgar o produto de sua pesquisa em periódicos de reconhecida relevância em nosso cenário acadêmico.

Neste número, importante salientar, publica-se na seção Arquivos Brasileiros de Linguística e Filologia um texto, em certa medida inédito, de Manuel Pacheco da Silva Jr., um dos mais prestigiados linguistas brasileiros do século XIX. Em certa medida porque sua única versão publicada integra um número da revista **A escola**, vindo a lume em 1877, portanto de difícil acesso ao leitor interessado. Sua relevância percebe-se logo nas primeiras linhas, em que Pacheco traça um perfil seguro e erudito do pensamento em vigência acerca na natureza da língua sob as luzes da linguística naturalista. Trata-

se, portanto, de leitura indispensável para os estudiosos da historiografia da linguística no Brasil.

No mais, a revista informa que, excepcionalmente, ainda neste ano de 2023 oferecerá a seus leitores um número especial em homenagem à saudosa Professora Leonor Lopes Fávero, falecida em 2022. Reunir-se-ão, nesse número vindouro, textos de temário vários, todos gentilmente cedidos por linguistas prestigiados, admiradores de Dona Leonor, como gentilmente era chamada em nosso meio acadêmico, aos quais antecipadamente agradecemos pela valiosa contribuição.

Boa leitura!

Ricardo Cavaliere

L'Importanza della scuola per la consolidazione della lingua italiana

The Importance of the school for the consolidation of the Italian language

Jefferson Evaristo*

RIASSUNTO:

In questo testo, facciamo una discussione sulla scuola italiana nel momento dell'unificazione dell'Italia e sulla sua importanza per la consolidazione della lingua italiana. In un periodo in cui la maggioranza degli italiani non parlava e non conosceva la lingua italiana standard – erano, propriamente, analfabeti –, farla la lingua comune, attraverso l'attuazione della scuola, è stata una sfida politica, grammaticale, linguistica e culturale. Discutiamo qui i principali temi di questo scenario in cui la scuola ha assunto il ruolo di diffondere la lingua ufficiale del nuovo paese.

PAROLE-CHIAVE: Scuola Italiana, unificazione dell'Italia, italiano standard, insegnamento dell'italiano

ABSTRACT:

In this article we deal with the Italian school at the time of the unification of Italy and its importance for the consolidation of the Italian language. At a time when most Italians did not speak and did not know the standard Italian language - they were literally illiterate - it was a political, grammatical, linguistic and cultural challenge to make it a common language through school performance. We discuss here the

Recebido em 18 de maio de 2022.

Aceito em 3 de novembro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n65.1314>

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, jefferson.evaristo@uerj.br

<https://orcid.org/0000-0002-7561-5400>

main issues of this scenario, in which the school assumed the role of disseminating the official language of the new country

KEYWORDS: Italian School, Italy unification, Standard italian language, italian teaching.

Breve introduzione storica

Per cominciare a parlare sull'importanza della scuola nella consolidazione e unificazione della lingua italiana, bisogna prima capire brevemente alcuni problemi che sono preesistenti alla “questione della lingua” manzoniana¹ e all'unificazione politica dell'Italia.

Esistendo come un popolo così così collegato (se consideriamo aspetti come spazio, religiosità o cultura) già dall'Impero Romano, l'Italia – come si conosce oggi – ebbe la sua unificazione solamente nel 17 marzo 1861. Questo vuol dire che solamente alla fine dell'ottocento una massa disforme di “italiani” si è aggiunta come un unico popolo nel suo livello politico-amministrativo. Ossia, viene dalla fine del secolo XIX l'idea italiana di essere un unico popolo, avere un'unica identità². Anche se fosse possibile trovare alcuni punti di avvicinamento, i punti di allontanamento fra gli “italiani” erano in numero molto superiore – a considerare la molteplicità di lingue/dialetti. Ma come avere un'unica Identità, considerando l'unione forzata di migliaia di singoli identità, costumi, presupposti e, chiaro, lingue? L'unificazione italiana ha creato un nuovo paese, coeso. Però come far coesi una folla di persone isolate? Come diceva d'Azeglio, “fatta l'Italia, bisogna

1 LANUZZA, 1994; MARAZZINI, 2002

2 In altri testi, abbiamo discusso l'idea di un'Italia unita, discutendo anche i suoi fondamenti e i suoi fondatori. Su di questo, leggere Evaristo (2021) e Silva-Alves (2020)

fare gli italiani” (FUMAGALLI, 1921, p. 208). Era necessario il collante della lingua per unirli.

Non è possibile dire esattamente il numero di dialetti esistenti nel momento dell’unificazione italiana – nemmeno oggi. Considerando che ogni “gran” dialetto ha le sue variazioni regionali e sociali (all’interno del dialetto ligure, è possibile trovare come variazioni il dialetto ligure genovese, dialetto ligure orientale, dialetto ligure centro-occidentale, dialetto ligure occidentale, dialetto intemelio – una varietà ligure della provincia di Imperia – ed ecc [AIERRE, 1997]), questo numero salirà assurdamente. La sfida della nuova Italia passa ad essere quella di unificare la lingua italiana senza il che non era possibile pensare in un Italia unita.

È importante ricordare che i primi aspetti della questione della lingua manzoniana sono cominciati prima dell’unità. In verità, già dal trecento appaiono idee più o meno strutturate della necessità di una lingua unica e veramente italiana (SILVA-ALVES, 2020; EVARISTO, 2019). Sia attraverso una motivazione politica, letteraria o sociale, il fatto è che esisteva una necessità – più che una volontà, una necessità – di una lingua unica. Di Dante a Manzoni, la lingua della regione italiana era motivo di dibattiti e litigi essenziali per la costruzione della visione della necessità di una lingua italiana. Con la nascita dello stato nazionale appariva la necessità di diffondere la lingua italiana per poterla trasformare nella lingua di tutti (SANTORO, 2011).

1. Manzoni e la “questione della lingua”

In questo scenario di multilinguismo dialettale, Manzoni guadagna una notevole importanza con la sua “questione della lingua”. Secondo lui, era necessario che la lingua italiana fosse pura e letteraria, pulita dei dialetti e degli usi più popolari. Era una idea purista per la lingua scollegata dalla realtà storica in cui viveva, con un tasso di analfabetismo che saliva in alcune regioni al 90% (TRIFONE, 2006, p. 27-31). Manzoni inizia/continua una

discussione fondamentale perchè si comprenda la scuola italiana e la sua importanza sulla consolidazione della lingua italiana alla fine del secolo XIX. Purtroppo, siccome lo spazio di questo saggio sia piccolo, non sarà possibile espandere l'idea manzoniana con una maggior (e necessaria) complessità – pertanto indichiamo la lettura di Evaristo (2019). Sia ricordata tuttavia la sua opera più diffusa, *I Promessi Sposi* – che rifletteva le sue considerazioni sulla lingua –, e la sua Relazione *Dell'unità della lingua e dei mezzi di diffonderla* (1868), specie di manuale di come usarsi la lingua italiana.

1.1 La scuola italiana nel processo di consolidazione dell'italiano standart

Fatta una breve introduzione del scenario politico-sociale e linguistico italiano, è possibile cominciare a discutere il ruolo della scuola italiana nella diffusione e consolidazione dell'italiano standart. Partendo da una legge³, la scuola italiana comincia ad avere l'intento di diffondere e unificare la lingua italiana in tutte le regioni d'Italia, come un suo obbligo. Era l'intento di normatizzare una lingua, anche se non fosse ancora “perfettamente normatizzata”.

1.2 Alessandro Manzoni x Francesco de Sanctis – idee linguistiche a confronto

Esisteva una vera e propria “lotta” nella concezione di scuola e insegnamento in questo momento. Da un lato quelli “manzoniani”, che pensavano di insegnare una lingua “pura”, liberta dalla “malerba dialettale”, avendo come unico modello linguistico quel fiorentino che si pretendeva unitario. Dall'altro lato, quelli che condividevano la proposta di De Sanctis⁴,

3 Legge Casati, 1859 – SERIANNI (2011)

4 Francesco de Sanctis, politico italiano, ha occupato, fra altri, il posto di ministro dell'istruzione italiana.

che vedeva i dialetti come una forma di arricchimento culturale dell'Italia e non un pericolo per l'italiano standard. La proposta desanctiniana era quella di mettere in confronto i dialetti con la lingua italiana, affinché sorgessero di questa riflessione “una conoscenza della lingua senza esterilire i dialetti” (DE MAURO, 1995, p. 88-89). Alla fine, la proposta manzoniana vince le vicende linguistico-politiche e si stabilisce come meta ufficiale della scuola nell'unificazione. Al meno in teoria, una volta che in pratica il che succedeva era proprio diverso. Secondo De Mauro:

(la proposta manzoniana) richiedeva imporre un idioma unitario; in secondo luogo, sarebbe stato necessario un corpo di docenti tutti perfettamente in grado di usare costantemente tale idioma, cioè l'italiano di tipo fiorentino. Il programma desanctiniano richiedeva, oltre a queste, una terza condizione: richiedeva cioè che gli insegnanti non solo possedessero perfettamente la lingua comune, ma fossero d'un buon corredo di nozioni storico-linguistiche e dialettologiche. (DE MAURO, 1994, p. 89)

Il scenario, come si vede, era abbastanza complesso.

2. Dalla formazione dei professori allo scollegamento tra scritto e parlato: ostacoli della scuola

Serianni afferma che “il reclutamento dei maestri, soprattutto nei primi anni dopo l'Unità, era incontrollato” (2011). Non esisteva una vera preoccupazione con la scelta degli insegnanti, il che permetteva per esempio che “clienti del sindaco o dell'assessore, più o meno alfabeti, che al massimo avevano frequentato corsi d'emergenza di pochi mesi” (BONETTA, 1990; p. 62) fossero assunti. La scuola poi non riesce a completare la sua meta manzoniana. Aggiungasi il fatto di non aver avuto mai una capacitazione effettiva per i docenti in quello che riguarda agli aspetti linguistici e dialettologici. Secondo De Mauro:

Nel quadro della preparazione dei maestri non fu mai tentata o anche solo prevista quell'approfondita specializzazione linguistica e dialettologica necessaria per mandare a effetto il programma manzoniano o desanctiniano. Per intendere l'effettiva azione linguistica svolta dalla scuola elementare, occorre dunque prescindere dagli schemi interpretativi derivabili dalle discussioni fra manzoniani e antimanzoniani e guardare alla concreta e varia consistenza delle istituzioni scolastiche primarie. (DE MAURO, 1995, p. 91)

Al problema della formazione docente, Lanuzza (1994, p. 69) aggiunge il fatto della esistenza soltanto di grammatiche rudimentali, il che creava difficoltà ancora maggiori per i professori.

Questa mancanza di una vera formazione per i professori della nuova lingua farà con che gli stessi organi del governo assumessero che dai 60.000 professori in attività, una sua metà era giudicata come non buona (MANZONI, 1868, p. 119). Sia per la proposta manzoniana sia per la desanctiniana, la formazione dei professori era una parte fondamentale del successo dell'intento, il che alla fine non ha esistito. Se esisteva una difficoltà grande all'assumere come lingua nazionale una sua variante letteraria in un paese quasi in sua totalità analfabeto (TRIFONE, 2006, p. 24), sarà necessario aggiungerne un'altra: non era possibile trovare praticamente nessun professore in grado linguistico-dialettologico-storico di adattarsi alla proposta scolastica e di avere le capacità inerenti alla politica linguistica che si proponeva e si svolgeva.

3. L'evasione scolare e l'analfabetismo di ritorno

Pensiamo poi in un dato ovvio: l'obbligo dell'insegnamento dell'italiano standard per forza di legge. De Mauro ci mostra come l'imposizione della lingua attraverso una legge ebbe un riflesso diretto nell'evasione scolare: praticamente il 50% ne evadeva (1995, p. 90), accrescendo che questa cifra può essere ottimistica. Lanuzza (1994, p. 69) parla in più di 60%. Qualunque numero che si prenda, rimane il numero alto dell'evasione scolastica. Pur non vedere una necessità immediata e soffrire l'imposizione della legge, i

bambini evadevano dalla scuola frequentemente. Queste tasse di evasione scolare saranno viste un'altra volta solamente nel periodo del dopo-guerra. Come conseguenza, persisteva un gran analfabetismo fra gli italiani. Se la formazione docente era un problema, l'evasione scolastica lo era ugualmente.

Aggiungasi a questo profilo problematico una particolarità della legge Casati: l'istruzione scolare era un obbligo solo per i bambini dagli otto ai quattordici anni. Se, come abbiamo visto, ne tutti i bambini di questa età erano nella scuola per conto dell'evasione, non sarà possibile pensare veramente in un "alfabetismo degli italiani" promosso dalla scuola, non almeno in un primo momento. Se gli adulti non erano coinvolti nel processo di apprendimento dell'italiano alla scuola, sarà necessario pensare in alcune decadi fino a che i nuovi adulti – i primi bambini cresciuti con una formazione scolastica – siano alfabetizzati. Nei primi anni dopo l'Italia unita, rimane lo scollegamento della lingua scritta e parlata, una "duplicità radicale, quasi schizofrenica tra i piani dello scritto e del parlato", "un'inconciliabile opposizione" (TRIFONE, 2006, p. 27). Tenendo in conto l'unificazione dell'Italia nel 1861 e il necessario tempo di alfabetizzazione degli italiani, non resta altro che stabilire che i primi principi di un paese alfabetizzato siano visti solamente nell'inizio del secolo XX. Non dimenticare comunque il ritardo che le due grandi guerre mondiali hanno causato nella formazione sociale (e scolastica) dell'Italia.

Siccome l'istruzione scolastica italiana era obbligatoria solamente dagli otto ai quattordici anni, era comune l'occorrenza di un altro fenomeno ugualmente problematico: l'analfabetismo di ritorno (MANZONI, 1868, p. 32; DE MAURO, 1995, p. 92). L'istruzione formale di appena sei anni non era sufficiente perchè i bambini imparassero tutto quello che era necessario per apprendere una lingua. Finendo la formazione nella scuola e tornando a casa – dove i dialetti erano ancora di uso maggioritario o unico – diventava un'altra difficoltà mantenere l'uso dell'italiano standart e non perdere la lingua imparata. Era necessario far con che la lingua sopravvivesse a tutti gli impedimenti e ostacoli esterni.

4. Altri problemi diversi

I problemi della formazione scolastica italiana non erano appena la formazione docente e l'evasione dei bambini. Si devono acrescentare a questi due primi diversi altri, di natura complessa, come quelli religiosi, politici, regionali, finanziari ed ecc. Per esempio, era comune che la scuola fosse vista come un “lusso” per i figli dei più ricchi, principalmente nel sud, dove la differenza finanziaria sempre è stata un fattore che li metteva in un livello più basso in relazione agli altri italiani del nord. Poichè la responsabilità delle scuole era dei comuni, in genere la formazione settentrionale era minore che quella del nord. Allo stesso tempo che era possibile trovare nel sud la parte della popolazione più povera e conseguentemente che bisognava di più della scuola, il fattore finanziario era un impedimento forte alla sua consolidazione. Secondo Manzoni,

La spesa per l'istruzione elementare viene a trovarsi in ragione diretta della potenzialità economica dei bilanci comunali e in ragione inversa della gravità del bisogno. Affidata per mezzo secolo ai comuni, le scuole erano ‘magazzini per i fanciulli’ (MANZONI, 1868, p. 544-545; adattato)

Se esisteva il problema finanziario, quel politico non deve essere rifiutato. Essendo sulla responsabilità dei comuni, la questione politica era un fattore forse con la stessa importanza che la formazione docente. Anche se come legge e – in tesi – un obbligo, il suo impianto dipendeva dal comune. Dipendeva anche di una volontà politica e di un sforzo così così “proprio”. Non era che fosse possibile ai comuni decidere di non aprire una scuola, ma a loro era possibile, per esempio, investire di meno di quello che sarebbe necessario. Ossia, dipendeva anche dell'importanza data dai politici alla scuola. Questo argomento può spiegare il perchè di, per esempio, le scuole maschili avere un numero più elevato tra il totale di scuole (uomo come espressione di “forza di lavoro”) e i professori essere nella sua maggioranza donne (che ricevevano uno stipendio basso in paragone ad un uomo). Anche se fosse una “questione della lingua”, era una questione della politica.

Fatta questa spiegazione precedente, torniamo poi al ruolo dei professori. Abbiamo già visto che non ha esistito in nessun momento una preoccupazione accurata con la capacitazione docente, con un programma effettivo di perfezionamento linguistico, storico e dialettologico. Siccome non esisteva questa preoccupazione, era comune l'uso dalla parte dei professori di una lingua "mescolata", "ibridizzata" fra l'italiano standard e i diversi dialetti. Senza avere una capacità linguistica di usare e riflettere sulla nuova lingua, il suo insegnamento veniva fatto insieme a due grandi problemi: il primo era la mancanza di una vera e propria conoscenza sulla lingua, il che risultava in una esposizione della lingua come una "interlingua". Il secondo era che si pensava l'insegnamento appena nel suo aspetto formale, come la grammatica, la dettatura e la lettura. Gli altri momenti della scuola erano dissociati dall'insegnamento linguistico – per esempio, quando si insegnava matematica non si aveva una preoccupazione linguistica. L'insegnamento era visto appena come un obbligo formalistico, il che risultava in un altro problema: l'italiano non era la lingua familiare, nemmeno la lingua quotidiana⁵, la lingua della vita comune, e alla scuola non se la faceva un'esposizione adattata e accurata. Se l'insegnamento linguistico si limitava ad una formalità della scuola e non si rifletteva nella vita comune, l'evasione scolare e l'analfabetismo di ritorno si spiegano più facilmente.

Considerazioni finali

Attraverso un percorso storico, abbiamo visto come la costruzione della lingua unica nell'Italia sempre è stata nel centro delle discussioni. Dal trecento all'ottocento (in questo breve saggio, una volta che queste discussioni

5 Su questo argomento, guardare De Mauro (1994) e la sua ricerca storica sull'uso dell'italiano. Si veda anche Trifone (2006) e il percorso di sostituzione progressiva dal fiorentino e toscano all'italiano.

sono vive ancor oggi in Italia), da Dante a Manzoni, la necessità di avere una lingua unica era una voce ricorrente.

In questo percorso, la scuola ebbe un'importanza elementare, poiché ha cominciato un elementare programma di alfabetizzazione, di diffusione e di difesa della lingua unica. Anche se con problemi interni e esterni, la scuola ha avuto il ruolo di normatizzare la lingua italiana in un primo momento in cui la stampa, la radio, la TV e il cinema – altri importanti mezzi di consolidazione dell'italiano – non esistevano o non erano diffusi. Si può dire che la prima tappa della costruzione di un'identità linguistica⁶ italiana è stata la scuola.

Anche se essendo innovativa e importante, la scuola non sarà in grado di vincere tutte le vicende regionali, politiche e linguistiche. All'inizio del secolo XX, l'apprendimento della lingua italiana standart nella scuola continua ad essere una realtà lontana, scollegata dalla realtà quotidiana, ancora collegata ai dialetti. La conoscenza dell'italiano non comportava l'uso effettivo, ma solo la sua potenziale capacità di uso. Alla fine, l'uso dell'italiano diventa una possibilità, a volte ristretta all'uso scritto poiché non aveva un uso parlato dell'italiano, ma dei dialetti. L'accoglimento di un modello di lingua che si fonda sulla letteratura spiega il perché, per lungo tempo in Italia, l'unificazione linguistica era possibile solo nella realizzazione scritta (TORQUATO, 2011). Le occasioni di uso parlato dell'italiano venivano in momenti strutturari, creati artificialmente.

Per finire, la scuola ha avuto sicuramente uno spazio e un ruolo importante per la consolidazione della lingua italiana. In un momento in cui il 90% del cittadini non sono alfabeti, qualsiasi sforzo nel senso di cambiare questo scenario deve essere menzionato. Allo stesso tempo, anche

6 Su di questo, é importante la lettura di “La lingua fattore portante dell'identità Nazionale”, volume finale di un incontro curato da Presidenza della Repubblica con la collaborazione dell'Accademia della Crusca, dell'Accademia dei Lincei, dell'Istituto dell'Enciclopedia Italiana e della Società Dante Alighieri: https://www.quirinale.it/allegati_statici/ebookapp/linguaitaliana.pdf - acceso em 08/11/2022 às 14h31

se con ostacoli diversi, la scuola è riuscita a fare un innovativo percorso di mutamento della realtà del paese. È possibile dire che forse il più importante contributo della scuola per la consolidazione della lingua italiana sia quel di diffondere, pur lentamente, la possibilità di conoscere la lingua comune e non solamente i dialetti (DE MAURO, p. 102)

Bibliografia

AIERRE. **Il dialetto, dignità di comunicazione, dignità sociale**. Pubblicato a cura della Associazione Internazionale Ricerca e Recupero. Bari: AIERRE, 1997. Disponibile sul sito: <http://bit.ly/115ZPyd> - Accesso nel 04/04/2022 alle ore 14:30

BONETTA, G. *La scuola dell'infanzia* in *La scuola italiana dall'Unità ai nostri giorni*, a cura di G. Cives, La Nuova Italia, Firenze 1990, pp. 1-53

DE MAURO, Tulio. **Storia linguistica dell'Italia unita**. Roma: Laterza, 1995

FUMAGALLI, Giuseppe. **Chi l'ha detto?**. Milano: Hoepli, 1921

EVARISTO, Jefferson. Origens remotas da unificação da língua italiana: qual a influência da experiência com a língua latina?. **MEDIEVALIS**, v. 10, p. 163-179, 2021.

EVARISTO, Jefferson. **Do trecento ao cinquecento: história da língua italiana na perspectiva do contato e das políticas linguísticas**. Doutorado em Letras Neolatinas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019

LANUZZA, Stefano. **Storia della lingua italiana**. Roma: Tascabili Economici Newton, 1994

MANZONNI, Alessandro. **Dell'unità della lingua e dei mezzi di diffonderla**

MARAZZINI, Claudio. **La lingua italiana – profilo storico**. Bologna: Il Mulino, 2002

ITALIANA, Presidenza della Repubblica. **Lingua italiana** – Fattore portante dell'identità nazionale. Roma, 2011

TRIFONE, Pietro. **Lingua e identità** – Una storia sociale dell'italiano. Roma: Carocci, 2006

SERIANNI, LUCA. **La lingua e la scuola** – L'unificazione. Disponibile sul sito: <http://bit.ly/1p8jcYa> - Accesso nel 03/04/2022 alle ore 1:50

SILVA-ALVES, Jefferson Evaristo do Nascimento. Do trecento ao cinquecento: história da língua italiana na perspectiva do contato e das políticas linguísticas. **Palimpsesto**, v. 19, p. 327-343, 2020

Comunicação, informação e manipulação: o componente ideológico

Communication, information and manipulation: the ideological component

Hilma Ranauro*

RESUMO

A comunicação não é um mero fazer informativo. É necessária a resposta, o *feedback* do receptor. Sem que isso ocorra não se configura o processo de comunicação. Esta deve ser direta, clara, precisa, de ambas as partes: emissor, receptor. As possibilidades de ruídos, de dúvidas que venham a surgir devem ser esclarecidas, por vezes até pessoalmente. Hoje, há necessidade de economia de tempo e dispõe-se de recursos tecnológicos para que isso ocorra, muitas vezes em tempo real. Encontrada a decisão a ser tomada para o que deve ser realizado, as providências devem ser tomadas. Há profissionais especializados nessa era informatizada: um *influencer digital* ou *creators* - alguém capaz de influenciar pessoas através da sua produção de conteúdo nas redes sociais; ou um *expertise* (portador de conhecimento(s) adquirido(s) com base no estudo de determinado assunto. Há que lembrar que lidamos com seres humanos e muitos são extremamente competitivos. Daí que cabe atentar para um componente importantíssimo: o componente ideológico. E nele incluímos: competição, ressentir-se do fato de não gozar do prestígio dos que buscam atualizar-se, aperfeiçoar-se. Há que respeitá-los. Eles estão ocupando o espaço conquistado por eles, fruto do esforço do trabalho deles. Um judeu admira seus concorrentes mais bem sucedidos, respeita-os, aproxima-se deles, busca estabelecer relações de

Recebido em 14 de setembro de 2022.

Aceito em 10 de fevereiro de 2023.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n65.1336>

* Universidade Federal Fluminense, hilmaranauro@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2825-0602>

amizade, de convivência e de confiança e cresce COM eles, não CONTRA eles. O povo judeu assim se comporta, o que faz com que os judeus sejam o povo mais próspero da história da humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação, informação, *feedback*, componente ideológico, mídia impressa no mundo digitalizado.

ABSTRACT

Communication is not only an informative act. The response, the feedback of the receiver, is necessary. If this does not happen, the communication process is not designed. It must be direct, clear and precise, from both sides: Sender and Receiver. Possible ambiguities and doubts that may arise must be clarified, sometimes even in person. Nowadays, time must be saved, and the technical means are available to do so, often in real time. Once you have made the decision of what to do, the actions must be taken. In this computerized age, there are specialized professionals: a digital influencer or creator - someone who is able to influence people by producing content on social networks; or an expert (carrier of knowledge acquired through the study of a particular topic). We must not forget that we are dealing with people and many of them are extremely competitive. Therefore, it is worth paying attention to a very important component: the ideological component. And that includes: Competition, resentment of not having the prestige of those who want to update themselves, perfect themselves. They want to be respected. They claim the space they have conquered, the fruits of their labor. A Jew admires his most successful competitors, respects them, approaches them, seeks relationships of friendship, coexistence and trust, and grows WITH them, not AGAINST them. into the most prosperous people in human history.

KEYWORDS: Communication, information, feedback, ideological component, print media in a digitized world.

Introdução

A comunicação não é um mero fazer informativo. Sem a resposta, o retorno, o *feedback*, não se pode falar em comunicação, quando muito em informação. A comunicação deve ser direta, clara, objetiva. Assim também a resposta, o *feedbaak*.

Num simples “bate papo”, numa conversa sobre determinado assunto, há comunicação, uma vez havendo o que costumamos chamar de “troca de ideias”. Se

somente um fala e os demais limitam-se a ouvir, não se configura a comunicação. Na teoria da comunicação é essencial a retroalimentação, o *feedback*.

Não basta que se transmita uma informação. É necessário que se tenha certeza de que aquilo que foi comunicado foi claro, objetivo, que o receptor compreendeu o teor e o objetivo do que lhe passou. Para que se saiba, há de haver o *feedback*, a resposta do receptor.

1. As relações pessoais e interpessoais na era das tecnologias de informação e comunicação

O funcionamento das relações pessoais e interpessoais, formais e informais, estão

sendo, cada vez, mais modificadas e/ou substituídas pelas tecnologias de informação e de comunicação. A conversa, o “bate-papo”, pessoal ou por telefone dava margem concordância ou discordância, sugestões. Hoje, há necessidade de economia de tempo e dispõe-se de recursos tecnológicos para que isso ocorra, muitas vezes em tempo real.

O componente ideológico é uma dimensão significativa de qualquer discurso. A comunicação implica a existência do emissor e receptor, é uma estrutura complexa de manipulação, na qual e pela qual o emissor (falante ou escritor) exerce um fazer persuasivo, e o receptor (ouvinte ou leitor) um fazer interpretativo.

Encontrada, a solução, a atitude ou a decisão a ser tomada para determinada situação, o emissor apresenta/comunica/informa ao receptor, de modo claro, objetivo, o que sugere ou decide que deva ser realizado, as providências a serem tomadas. E várias poderão ter sido as trocas de *feedback* nas várias comunicações entre os profissionais envolvidos.

Havendo pontos de discordância de divergências de opinião, o processo de comunicação se estende, devendo chegar ao que se pretende. Para tanto, terá havido várias trocas de ideias, por meio de várias trocas de sugestões e informações, por vezes de forma presencial, esta cada vez menos necessária, mas nem sempre abandonada. .

O fazer informativo e o fazer persuasivo sobre esse ou aquele projeto deve visar o seu melhor, sem a competição muitas vezes existentes na busca de qual parecer foi mais importante ou decisivo. Trabalha-se *com* e não *contra*.

Para Fábio Di Renzo¹, “**a comunicação, antes de ser instrumental, é humana**”. Nenhuma tecnologia supre as deficiências no relacionamento humano. A simples transmissão da mensagem não supre a necessidade da reflexão e a compreensão do seu conteúdo. A mensagem sem retorno é falha, não se completa. Não se complementa não se constitui/ não se configura, pois, a comunicação.

“O sucesso máximo numa situação de *feedback* ocorre no momento em que ao dar *feedback* para você, eu me torno consciente de que ele também é útil para mim. Como falou nossa grande poetisa goiana Cora Coralina, “feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.” Fábio Di Renzo.

Emissor/receptor devem estar sintonizados. A resposta de um é essencial para o outro. Deve ser o mais rápida possível, as dúvidas sanadas, se as houver. Há que primar para que não existam. Os ruídos prejudicam a rapidez que, nessa era informatizada, podem decidir o sucesso ou a perda de uma campanha publicitária, por exemplo.

2. Redução da língua em suas formas de conteúdo e expressão

George Orwell, no livro *1984*², ao retratar o processo de dominação e poder, mostra a forma como isso pode ser feito por meio da linguagem,

-
- 1 Fábio Di Renzo - Publicitário, com especialização em Gestão de Pessoas, Marketing e Comunicação Empresarial. Fundador da *Novembro 4*, Agência de Comunicação Corporativa. Palestrante e Colunista de O ABC da Comunicação, etc. Link do post original: <http://www.novembro4.com.br/copia-credibilidade>
 - 2 *1984* livro publicado em 1949 por George Orwell. Em 1999 *John de Mol*, um executivo da televisão *holandesa*, sócio da empresa *Endemol*, teve a ideia de criar um *Reality Show* onde pessoas comuns seriam selecionadas para

especificamente da linguagem verbal. Esse processo se realiza por meio de uma redução, e posteriormente eliminação, de toda e qualquer possibilidade de que se possa vir a cometer um *crimidéia*, termo criado pela *Novilíngua*, pelo qual era designado qualquer pensamento considerado perigoso para o Partido.

Qualquer pensamento independente por si mesmo constituía um *crimidéia*. Cabia, então, eliminar toda e qualquer possibilidade de pensar livremente. Cabia diminuir cada vez mais o acervo linguístico no que se refere ao vocabulário. Quanto menos palavras, menos possibilidade de formação de um pensamento independente. Cabia diminuir o vocabulário do povo.

Vejamos o que afirma o encarregado da elaboração do dicionário da *Novilíngua*:

“Tenho a impressão de que imaginas que o nosso trabalho disso! Estamos reduzindo a língua à expressão mais simples”. (ORWELL, 1984, p.5).

E, mais adiante:

“Não vês que todo o objetivo da novilíngua é estreitar a gama do pensamento? No fim, tornaremos a crimideia literalmente impossível,

conviverem juntas dentro de uma mesma casa, vigiadas por câmeras, 24 horas por dia. O nome do programa foi inspirado no nome de um personagem do livro *1984 de George Orwell: Big Brother*. Em alguns países de língua não inglesa o nome do programa é traduzido. Por exemplo, *na Argentina* chama-se «Gran Hermano» e *na Itália*, «Grande Fratello», mas não foi o caso de alguns, como o Brasil ou em Portugal. O apresentador do *reality show* também assume a função de grande irmão ao instruir psicologicamente os participantes, mas na versão portuguesa, este papel é assumido por uma voz da qual não se conhece o rosto e é quem tem poder total dentro da casa. É curioso notar que como em 1984, quando os participantes do *Big Brother* veem a efigie do apresentador na tela, esses o enaltecem da mesma forma que os habitantes da Oceania fazem com o Grande Irmão. No Brasil, o *Big Brother* é um popular *reality show* na rede Globo.

porque não haverá palavras para expressá-la. Todos os conceitos necessários serão expressos exatamente por uma palavra, de sentido rigidamente definido, e cada significado subsidiário eliminado, esquecido”. (ORWELL, 1984, p.52,53).

Uma das metas do Partido³ era extinguir de uma vez para sempre qualquer possibilidade de pensamento independente: “O poder é o poder sobre todos os entes humanos. Sobre o corpo, mas, acima de tudo, sobre a mente”. (ORWELL, 1984, p.245).

O personagem de nome Winston, após ser “trabalhado” por O’ Brian, um membro do Partido, vem a concluir: “Se ele pensa que flutua no ar, e se eu simultaneamente pensar que o vejo flutuando, então a coisa de fato acontece”. (ORWELL, 1984, p.258).

O’Brian submetia Winston a uma lavagem cerebral, de modo a que seu cérebro viesse a “formar um ponto cego sempre que se apresentasse um pensamento perigoso”. (ORWELL, 1984, p.245).

Pensamento perigoso era todo e qualquer pensamento independente, fora das verdades do Partido na constituição da sua verdade. Esta verdade, que mudava a todo momento, de acordo com o interesse dos que buscavam manter-se no poder, era imposta, impingida, a cada momento e por vários e diferentes meios, no cotidiano dos que poderiam vir a questioná-la ou mesmo estranhá-la, mesmo que em pensamento.

A formação de um ponto cego sempre que se apresentasse um pensamento perigoso tornar-se-ia automático. *Crimideter* era o seu nome em *Novilíngua*. O *crimideter* se realizaria pela paulatina atrofia do pensar e sua consequente eliminação.

Para tanto, sabiam, era preciso reduzir, ao máximo, a língua, nas suas estruturas de conteúdo e de expressão.

3 O Partido é o grupo que se mantém no poder através de métodos totalitários, de forma explícita. O objetivo do partido não é nada menos do que o poder. O Partido é marcado pela onipresença do Grande Irmão, que ao país governa e a todos vigia.

3. O poder da palavra

As palavras, como vimos, no item acima, é “perigosa”. Para a constituição da *Novilingua*, passou-se à redução da língua a formas cada vez mais limitadas em termos semânticos e à redução da quantidade de vocábulos. Reduzir o vocabulário equivaleria à redução da possibilidade de formação de uma *crimideia*.

Cremos valer a pena repetir o que esclarece O’Brian:

“... No fim, tornaremos a crimideia literalmente impossível, porque não haverá palavras para expressá-la. Todos os conceitos necessários serão expressos exatamente por uma palavra, de sentido rigidamente definido, e cada significado subsidiário eliminado, esquecido”. (ORWELL, 1984, p.52,53).

As palavras, sabemos, portam as várias cargas semânticas de que vieram a revestir-se nos seus inúmeros e variados contextos de aplicação, que se ampliam e diversificam em nuances e matizes, por vezes sutis, em função das múltiplas vozes que as perpassam e que, nelas e por elas, se fazem ouvir.

Não se passa por elas impunemente. Em contrapartida, elas não passam por nossos discursos sem que por eles sejam contaminadas. Dessa relação, ou interação, nenhum dos lados sai incólume, íntegro, exatamente igual ao que era antes. “As palavras”, lembremos com apoio em Bakhtin, “são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e serve de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. (BAKTIN, 1981, p.41- 43).

A linguagem cria realidades. Por ela pode-se moldar todo um saber de mundo, posto que ela não somente se reporta ao mundo (função referencial ou representativa), mas, também e principalmente, ela o cria em nós (função produtiva ou criativa da linguagem).

4. Os meios de comunicação na busca interação com o público

Seria um paradoxo, pois, falar em “comunicação unilateral”, posto que o conceito de *comunicação* implica e pressupõe um processo *bilateral*. Sem o *feedback*, pois, não se realiza, realmente, a *comunicação*. Sem ele, é como “falar no deserto”.

Observa-se, de uns tempos para cá, a criação de situações que levem à participação (resposta) do ouvinte ou telespectador: por telefone, fax, e-mail, whatsapp.

Os programas de TV e de rádio cada vez mais buscam ser um espaço de interação em que o telespectador ou ouvinte sintam-se integrados, participantes, de modo a dar-lhes vez e voz, imprimindo, assim, credibilidade à própria mídia televisiva, e até mesmo ao rádio. Na mídia impressa, jornais, por exemplo, isso já ocorria na seção de cartas dos leitores, por exemplo. No JB, na seção “Opinião do Leitor”.

Para tornar o veículo televisivo menos impessoal, frio ou distante, busca-se uma interação com a equipe de apoio (os bastidores): câmeras, câmeras mans, por exemplo. E os sentimos próximos de nós, “em casa”.

E é no “em casa” que nos tornamos mais vulneráveis. Tudo dependerá de nossos mecanismos de defesa, de nossos anticorpos criados pelo nível de nosso espírito crítico.

5. A imprensa escrita e falada na atualidade

“A mídia tem culpa pelo descrédito da mídia.” Rodrigo Ratier⁴

4 Professor universitário e jornalista com 21 anos de experiência em mídia impressa (Revistas) e digital (websites e redes sociais), com ênfase em educação. Leciona no curso de Jornalismo da Faculdade Cásper Libero, um dos fundadores do Vaza, Falsiane, curso online ultrapop contra notícias falsas. Por 10 anos, fui editor de Nova EscolaAtividades.

Sabemos dos malefícios da censura nos meios de comunicação e informação. Sob a censura, o discurso do poder se impõe como único e verdadeiro. Tem-se que lutar pela liberdade de expressão, por uma imprensa livre, mas também por uma imprensa séria, responsável, de qualidade, que prime pela ética.

“E é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade”, cabe lembrar com apoio em Paulo Freire. (FREIRE, UNESP, 2000. 114-116).

Com o avanço tecnológico dos meios de comunicação, a imprensa tem o poder de transmitir os acontecimentos de acordo com seus interesses: nacionais, internacionais, comerciais e ideológicos. A imparcialidade de que deveria revestir-se deixa de existir.

A primeira e única lealdade do jornalismo deve ser com os cidadãos. O fato é que, em nome da sobrevivência, o jornalismo tem se aproximado das saídas fáceis pela audiência (opinião, espetáculo, *lacrção*⁵, entretenimento, polêmica), cortando recursos em sua própria razão de ser (a verificação criteriosa das informações).

Sabemos da importância da mídia, falada e escrita, tanto na divulgação como na manipulação da informação, desinformação e conformação. Isso ocorre em tudo em nossa civilização, na qual bens e valores morais e éticos são formados e firmados pelo discurso dos formadores de opinião, ou tidos com tais, ou até mesmo pelos deformadores de opinião. Esses por meio do que passou a ser conhecido por *fake news* (notícias falsas).

Ouvi, e mais de uma vez, que o homem não foi à lua, foi uma “armação” da Globo. Mas não cabe, porém, negar quantas coisas descobrem e dão a público os bons profissionais!

jornalista e sócio-diretor da consultoria Mídia Mundo, etc.

5 Lacrar” (gíria, no Brasil, é popularmente utilizado como uma gíria, que serve de *sinônimo* para *arrasar*”; “*mandar bem*” ou “*ter sucesso*”.

A parcialidade de um jornalista leva à alienação. A imparcialidade de que deveria revestir-se a notícia, a informação a ser passada deixa de existir e a parcialidade se apresenta de forma camuflada, subjacente, nas entrelinhas do que é dito.

Em “Os Elementos do Jornalismo”, os pesquisadores Bill Kovach e Tom Rosenstiel apontam tendências que, nas últimas quatro décadas, afastaram os jornalistas do compromisso com a qualidade de seu trabalho. Isso devido à conversão dos líderes de redação em homens de negócios, cujo objetivo maior é a lucratividade.

“A função das notícias é sinalizar um evento, a função da verdade é trazer luz aos fatos escondidos, pô-los em relação um com o outro e fazer uma imagem da realidade com base na qual os homens possam atuar.” (LIPPMANN, 2008, p 304),

“(…) Lippmann defende que o único sentimento que alguém pode ter acerca de um evento que não vivenciou é o sentimento provocado por tais imagens mentais, tais estereótipos. Segundo o autor, são estas imagens estereotipadas da realidade que determinam o sentimento do público e elas resultam menos da capacidade cognitiva do indivíduo e mais da manipulação e administração do consenso social pelas partes interessadas.” (LIPPMANN, 2008, p 305).

“Nada de apocalipse, nada de assustar o mercado e os leitores. Os jornais em papel têm vida longa, desde que entendam que os tempos mudaram e que não se deve mais pensar como no século passado Apesar da resistência dos três maiores jornais brasileiros – Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo.” Eduardo Tessler⁶

6 Jornalista, trabalhou, entre outros, no Estadão, Zero Hora, Editora Abril e O Globo. Foi correspondente em Portugal e Roma. Edita o site *Mídia Mundo*. Como diretor da *Innovation Media Consulting*, há 11 anos viaja pelo mundo prestando consultoria a veículos de comunicação.

5.1 A imprensa impressa – seu poder de valorização e divulgação da obra artística⁷

O valor e divulgação de toda e qualquer criação artística (pinturas, livros, filme, peças de teatro...) dependem do(s) discurso(s) que a avaliam. O grau de importância depende também do veículo nos quais os textos são apresentados: Jornais, Revistas, programas de rádio, de TV.

Quanto à obra de arte, por exemplo, os textos que a avaliam e classificam acabam por determinar critérios de avaliação tanto para quem a adquire, quanto para quem a produz. Uma voz crítica, revestida de autoridade, suposto saber, seleciona obras de arte, forma seus critérios de valor, firmando-os como indiscutíveis. Induzem, assim, ao gosto e ao gasto no mercado dos que produzem arte e dela buscam usufruir.

A obra de arte deixa de ser objeto de contemplação e fruição – de quem a produz e de quem a contempla – para tornar-se mero bem de consumo. Produz-se para vender, adquire-se para capitalizar.

Na suposta imparcialidade, a parcialidade se deixa perceber, aqui e ali, nas marcas formais presentes nas vozes críticas, a revelar o que subjaz ao aparentemente dito e a gerar o convencimento e adesão necessários à produção, bem como à recepção dos textos como objeto de sentido.

Induz a “comprar para entesourar” (TEIXEIRA, p. 223) e ao produzir para vender, capitalizar: a aquisição da obra de arte não por e para contemplação e fruição, mas para capitalização, “entesouramento”.

No preço dessa bolsa de valores, a determinar a cotação desta ou daquela obra, deste ou daquele artista, está o crítico de arte, investido de um poder que lhe é conferido, outorgado pela sociedade. Essa é uma função, um cargo a ser desempenhado por um profissional especializado, um *expertise*⁸

7 Reproduzimos trechos de nossa resenha de “*As cores do discurso, Análise do discurso de crítica de arte*”, de Lúcia Teixeira, col. “Ensaaios”, n.º 02, EDUFF, Niterói, 1996. 2^{da} p.

8 *Expertise* competência ou qualidade de especialista; perícia, avaliação ou comprovação realizada por um especialista.

que vem a tornar-se o elemento determinante e condicionador do valor da produção artística.

Num dos programas CURTA (CLARO/NET), num debate entre críticos de cinema debateu-se sobre o crítico ser amigo do produtor do filme, sobre seu comprometimento ou isenção. Um chegou ao extremo de dizer que “se o crítico fosse amigo do produtor do filme deveria ser abatido a tiros como uma vaca louca.”!

Falou-se sobre os bonequinhos em pé aplaudindo efusivamente, sentado aplaudindo levemente ou nem isso, e até mesmo dormindo na cadeira.

Há que contratar profissionais especializados nessa era informatizada. Há que entender/saber sobre aquilo de que se vai tratar. Não é tarefa a ser delegada a qualquer um. Há os que se guiam por isso. Pois se há quem procure “de primeira” (permitam-me) os horóscopos!

5.2 O papel da mídia impressa no mundo digitalizado

“É preciso entender qual o papel da mídia impressa em um mundo digitalizado *in extremis*, que o leitor pretende encontrar naquelas páginas.” Eduardo Tessler⁹

O que conecta um jornal com os leitores não são mais as notícias – como antigamente. Se a notícia é mais ágil nos meios digitais e eletrônicos, o impresso precisa investir em tudo o que signifique rapidez. Não se trata de substituição, mas de complementaridade.

Há que determinar qual será o profissional para determinada publicação, seja ela qual for, que pesquisa e analisa qual mídia os usuários do

9 Deixou recentemente a consultoria Innovation Media Consulting, depois de 15 anos e dezenas de projetos de reestruturação de empresas de comunicação no mundo, uniu seus mais de 30 anos de experiência em jornalismo – foi repórter, editor, correspondente estrangeiro e diretor – e a prática de consultor e de project manager e já está colhendo os primeiros frutos, com projetos em andamento em Portugal e na Argentina, além do Brasil.

site acessam mais frequentemente: *Instagram*, *Facebook*, os mecanismos de busca do *Google* ou *aplicativos de jornais*.

Com ações irregulares e sensacionalista, os jornais perdem a credibilidade e a confiança do público. A estratégia informativa precisa entender para que serve cada um

dos meios de comunicação. Deve fazer com que todos eles sejam necessários. Há que utilizá-los. Deve-se fazer com que todos eles sejam necessários. Há que utilizá-los. As mídias dos jornais, dos meios televisivos, das redes públicas e privadas convencionais, os meios de comunicação em geral migraram para o universo do mundo digital.

A propósito, o professor e jornalista Aylê-Salassié Filgueiras Quintão¹⁰ declarou:

“O novo concorrente desse jornalismo batizado como profissional é a cobertura alternativa digital – o cidadão comum transmitindo direta e naturalmente a informação pelos meios domésticos (celular), como se estivesse contando um caso numa roda de amigos. É mais que isso: é o acesso livre à informação. Entende-se que a informação jornalística é cheia de vícios.”

Digital ou *Personal Influencers* (influenciadores digitais) são formadores de opinião no ambiente digital. Eles detêm o poder de influência, Atuam por meio dos mais diversos canais: *Facebook*, *Instagram*, *blogs* e canal do *Youtube*. Graças à grande

audiência junto aos seguidores, criam conteúdos que divulgam empresas de forma natural e o mais próxima do público. Eles detêm o poder de influência, que a Internet democratizou.

10 É jornalista e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB), mestre em Comunicação e Doutor em História Cultural pela Universidade de Brasília (UnB), onde foi também professor. É graduado em Jornalismo, Política e História. Como jornalista, trabalhou na Folha de S.Paulo, Última Hora, etc.

Cada um desses profissionais relacionados ao seu estilo de vida, atuando como líderes que, em função de sua *expertise*, carisma e naturalidade, conseguem estabelecer uma relação de confiança, interatividade e engajamento com seus seguidores. Assim, tornam-se influenciadores em favor de determinados produtos e marcas. Para tanto, é necessário que esteja dentro de uma *estratégia de marketing*.

A ascensão do digital *influencer* (influenciador digital) ocorre de maneira diretamente proporcional ao aumento do consumo de informação e produtos na internet. E as marcas têm aproveitado esse momento para estar mais presente e mais próxima ao consumidor. Qualidade e não quantidade. As marcas¹¹ querem isso agora,

O *Publisher*¹², voltado ao modelo americano, não tem responsabilidade editorial, é responsável pela área comercial, o consumo da marca que torna valiosa, “da moda”. Cada veículo tem um público com perfil específico. A audiência desses veículos já sabe quais assuntos pode encontrar por lá e com qual linguagem se dará essa comunicação. É por meio dessa identificação e familiaridade que se forma uma relação próxima entre *publisher* e público, que busca saber qual a moda, qual a marca da vez.

É importante que se analise o acesso de seu público. Quantas foram as visualizações, qual foi o tempo de permanência na página, verificar a veracidade das informações, a apuração do conteúdo que será escrito.

Há que evitar erros o que ajudará, ou mesmo garantirá, que se tenha um conteúdo cada vez mais confiável e relevante. Para isso, é necessário investir em informações que tenham qualidade. Pesquisar em diferentes fontes, de modo que possam confirmar os dados analisados. Essas informações devem ser úteis para o leitor e aplicáveis na prática. Isso com uma leitura dinâmica

11 Conteúdo de marca é sobre associar a marca a um sentimento e um conjunto de valores, ao mesmo tempo em que fornece algo novo para o público. (Google).

12 *Publisher* que fornece algo valioso para o público.

e que prenda a atenção, trazendo dados novos e interessantes. Há empresas especializadas nesse tipo de serviço que podem auxiliar.

Resta dizer que o importante não é a quantidade de informação, pura e simplesmente, mas a quantidade e qualidade de informação capaz de levar a um movimento interior que impulse à ação e/ou reação, tendo, como se costuma dizer, um efeito de gatilho.

Referências

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.v.1.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 244 p. (original: La Galaxia Internet. Reflexiones sobre Internet, empresa y sociedad. Madrid: Areté. 2001)

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira; rev. da trad. Marina Appenzeller. 3.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.

ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

FIORIN José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 15.^a ed., São Paulo: Contexto/EDUSP. v.1, 94p .

FIORIN José Luiz. **Em busca do sentido: estudos discursivos**. 2.^a ed., São Paulo: Contexto, v. 1. 192p.

FIORIN José Luiz. **Dialogismo, polifonia e intertextualidade**. 1.^a ed., São Paulo: EDUSP, 1994. v. 1.

FIORIN José Luiz. **Figuras de pensamento: estratégia do enunciador para persuadir o enunciatário**. Alfa (ILCSE/UNESP), São Paulo, v. 32, p. 53-67, 1988.

FIORIN José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 15.^a ed. São Paulo: Contexto/EDUSP. v. 1., 94p .

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**, UNESP, 2000.

GARCEZ. L. H. C. **A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto**. Brasília: Ed. da UNB, 1998.

JOZEF, Bella. **“Borges: linguagem e metalinguagem”**. In: **O espaço reconquistado**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1974.

KLEIMAN, A. B. **Texto e leitor – aspectos cognitivos da leitura**. Campinas: Pontes, 1989.

MILLER, Jonathan. **As ideias de McLuhan**. Editora Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

MORAIS, J. **A arte de ler**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996.

QUINTÃO, Aylê-Salassié Filgueiras. **Democracia Política e novo Reformismo**, Fundação Astrogildo Pereira. <https://www.fundacaoastrojildo.org.br/tag/democracia-politica-e-novo-reformismo/page/5/>.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. Tradução de Claudia Schilling. Porto Alegre: Ed. Artmed, 1998.

TOFLER, Alvin. **O Choque do Futuro**. Livros do Brasil. Lançamento, 1970. 535 Páginas.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios. Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, mai./ago. 2000.

VOLOSHINOV, V. N. **Discurso na vida e discurso na arte**. V. Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza (1926/1976).

A estrutura comparativa: um estudo sintático de carácter funcional

The comparative structure: a syntactic study from a functional perspective

Ana Alexandra Silva*

RESUMO:

O estudo que agora se apresenta pretende fazer a caracterização sintática da estrutura comparativa. A perspetiva a adotar baseia-se no constructo teórico preconizado por A. Martinet (1978, 1979, 1985, 1985b), E. Alarcos (1982, 1996), C. Hernández (1984, 1995) e S. Gutiérrez (1994, 1997a, 1997b). Sendo o estudo de cariz sintático, torna-se necessário proceder a uma identificação clara dos critérios a eleger, procedendo-se à análise da forma como as unidades se comportam, bem como os lugares funcionais que ocupam. Será efetuado um levantamento bibliográfico do conceito de que esta estrutura/construção tem sido alvo em diversas gramáticas, tanto de língua portuguesa, como de língua castelhana. A saber, Ali (1964), Cunha e Cintra (1987), Vilela (1995), Mateus (1989), Raposo (2013), C. Hernández (1984), Alarcos (1996). A perspetiva linguística foi fornecida por Narbona (1979, 1989) e Gutiérrez (1994, 1997a). Pretende-se demonstrar que a estrutura comparativa pode não ser veiculada, em exclusivo, por orações, daí a designação de *estrutura*. Considerou-se importante identificar os componentes formais, destacando as relações de determinação aí presentes, o que foi alcançado através da análise sintática de uma amostra selecionada de estruturas.

Palavras-chaves: estrutura comparativa, sintaxe, funcionalismo.

Recebido em 19 de agosto de 2022.

Aceito em 21 de dezembro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n65.1327>

* Universidade de Évora, aasilva@uevora.pt

Orcid: 0000-0002-2677-0164

ABSTRACT:

The purpose of this study is to provide a syntactic characterization of the comparative structure. The perspective chosen is based on the theoretical aspects advocated by A. Martinet (1978, 1979, 1985, 1985b), E. Alarcos (1982, 1996), C. Hernández (1984, 1995) and S. Gutiérrez (1994, 1997a, 1997b). Since this is a syntactic study, it is necessary to determine the criteria for analysing the behaviour of such linguistic units and, at the same time, to verify which functional places they can occupy. A literature review is conducted to determine how grammars, both of Portuguese and Castilian, consider comparative structure (Ali (1964), Cunha and Cintra (1987), Vilela (1995), Mateus (1989), Raposo (2013), C. Hernández (1984), Alarcos (1996)). The linguistic perspective has been provided by Narbona (1979, 1989), Fonseca (1993 and 1994) and Gutiérrez (1994, 1997a). Our intention is to show that comparative structure is not exclusively mediated by phrase, i.e., structure as an alternative concept. It was considered important to identify the formal components and to highlight the determining relations, which was achieved through the syntactic analysis of a selected sample of structures.

Keywords: Comparative Structure, Syntax, Functionalism.

Introdução

A estrutura comparativa integral, na gramática tradicional, as orações subordinadas adverbiais. Aí não se fala em estrutura, mas em *oração*, dizendo-se que a oração comparativa exprime uma comparação entre dois seres, duas coisas, dois estados. A tal classificação semântica contrapõe-se uma outra que pretende ser sintática, precisamente aquela que integra a estrutura nas orações subordinadas adverbiais comparativas. É esta dualidade que se irá explorar ao longo deste estudo, dando-se preponderância à sintaxe, e só se referindo a semântica de forma a estabelecer o contraponto com a primeira.

A sintaxe funcional baseia-se no facto de que o homem utiliza a língua para comunicar. O ser humano analisa a experiência de forma a comunicá-la e essa análise terá que ser feita consoante a função dos recursos da língua. A língua é concebida, deste modo, como, “(..) um instrumento de comunicação

segundo o qual, de modo variável de comunidade para comunidade, se analisa a experiência humana em unidades (...)” (MARTINET, 1985a, p. 24).

A. Martinet encara a sintaxe como “(...) l’examen de tout ce qui permet de restituer le sens global du message à partir de la succession des monèmes.” (MARTINET, 1979, p. 153) Especificando o conceito, acrescenta que a sintaxe é “(...) l’examen de la façon dont peuvent être exprimés des rapports existant dans l’expérience qui fait l’ object de la communication et que l’analyse en unités linguistiques et les contraintes imposées par la linéarité du discours pourraient tendre à oblitérer. On trouve donc bien (...) une conception fonctionnelle de la recherche linguistique.” (MARTINET, 1985b, p. 17) Segundo esta perspectiva, a sintaxe ocupar-se-á de todas as relações entre as unidades significativas “(...) sean de determinación (por ejemplo, relación del monema de plural con el sustantivo), o de coordinación, ya se establezcan entre “palabras” diferentes, o entre elementos de una misma “palabra.” (MARTINET, 1978, p. 182)

Sendo o estudo que se propõe levar a efeito de cariz sintático, proceder-se-á à análise da forma como as unidades se comportam no discurso, bem como os lugares funcionais que ocupam. De entre os critérios disponíveis, formal, semântico e misto (GUTIÉRREZ, 1997a, p. 11-12), optou-se pela utilização do critério formal e funcional para que se tornasse possível identificar sintaticamente as estruturas de tipo comparativo.

1. Metodologia

Proceder-se-á, de início, a uma introdução ao estudo da estrutura comparativa, de forma a apresentar os principais conceitos utilizados na análise deste tipo particular de construção. Dando continuidade ao estudo, enveredar-se-á pela análise da natureza sintática da estrutura comparativa em língua portuguesa. Esta parte será dividida em quatro pontos, nos quais se pretende abordar os diversos aspetos que envolvem o estudo da estrutura comparativa. Assim, num primeiro momento serão analisados os métodos

de análise que estão ao dispor do investigador para estudos nesta área. Num segundo momento, proceder-se-á a uma análise, ainda que não exaustiva, do conceito de oração, contrapondo-o com o conceito de estrutura, de forma a julgar da pertinência ou, da adequabilidade, de um ou de outro. O terceiro ponto será ocupado pela apresentação dos componentes formais da estrutura comparativa, elaborando-se, deste modo, uma análise sintática dos elementos que compõem a oração. Finalmente, um último ponto a abordar na análise da estrutura comparativa será o tipo de relações de determinação que ocorrem dentro da estrutura (coordenação ou subordinação).

Consequentemente, chegar-se-á ao levantamento das principais dificuldades que se foram colocando ao longo da elaboração deste estudo. O conceito de “pseudocomparativa” será analisado no sentido de determinar a sua pertinência, dentro de uma análise de cariz sintático. Serão, igualmente, levantadas algumas sugestões para a análise da estrutura em causa, de forma a, num último ponto, se abordarem os principais problemas que a estrutura comparativa coloca no domínio das relações de determinação.

2. A estrutura comparativa: breve enquadramento teórico

A análise das gramáticas disponíveis permite concluir que existe relativo consenso entre os estudiosos no que respeita a classificação das orações em substantivas e adjetivas, mas as adverbiais levantam algumas dúvidas (cf. ALI, 1964, p. 272). Também, se nas primeiras se verifica a preocupação em utilizar critérios sintáticos, isto é, formais, para a sua classificação, nas últimas tal já não acontece e o critério semântico acaba por prevalecer. Assim, costuma dividir-se as subordinadas adverbiais em *causais*, *concessivas*, *condicionais*, *finais*, *temporais*, *consecutivas* e *comparativas*. Sobre a distinção entre as adverbiais a gramática de Cunha e Cintra pouco ou nada adianta, destacando apenas: “COMPARATIVAS, se a conjunção é

subordinativa comparativa.” (CUNHA e CINTRA, 1987, p. 603), afirmação que é seguida de exemplos.

A *Gramática da língua portuguesa* de M. Vilela (1995) conseguiu suscitar algumas reflexões relevantes. M. Vilela refere que nos casos de subordinação existe uma relação sintática de dependência. Assim, “Todas as frases dependentes são chamadas subordinadas e a frase dominante, superior às subordinadas, é a subordinante.” (VILELA, 1995, p. 291) O autor não faz qualquer referência às construções comparativas, preferindo destacar a frase relacional, isto é, “(...) as que relacionam dois estados de coisas, mas em que um deles está subordinado a outro, explicitando-o, condicionando-o, restringindo-o.” (VILELA, 1995, p. 292)

A *Gramática da língua portuguesa* de Maria Helena Mira Mateus et al. (Mateus et al., 1989) preconiza uma orientação teórica e metodológica diferente daquela que é aqui utilizada, já que não se insere nem na corrente funcionalista, nem na corrente tradicional, mas na escola gerativista. Nesta gramática as “orações comparativas” estão integradas nas construções de subordinação. Estas são construções caracterizadas pelo encaixe de uma frase na outra, construções que estão articuladas por subordinação semântica e, ainda, construções de graduação (neste último grupo as autoras incluíram as orações comparativas).

A *Gramática do português* (2013) segue a linha teórico-metodológica de Mateus et al. identificando uma estrutura de subordinação designada como *relativa*. Justifica a sua escolha explicando: “Cada um dos dois termos da comparação é um sintagma de grau, ou de quantidade, que identifica um ponto de uma escala, e está associado a uma palavra/escala que identifica a escala ou domínio da quantificação.” (RAPOSO et al., 2013(b), p. 2148-2149). As construções comparativas de igualdade, superioridade e inferioridade serão, assim, identificadas, de acordo com o operador de grau que selecionarem.

Proceder-se-á, agora, a uma análise, ainda que breve, do que algumas gramáticas espanholas preconizam sobre este assunto.

A *Gramática funcional del español* de C. Hernández (HÉRNANDEZ, 1984) apresenta alguns importantes esclarecimentos sobre a estrutura comparativa. Começa logo por deixar muito clara a distinção entre o que é sintático e o que é semântico, referindo que o próprio nome “comparação” está situado no plano semântico. Fica-se, então, a saber que em qualquer comparação existem dois termos: aquele que é comparado (também chamado de primeiro membro da comparação) e a referência (o segundo termo da comparação). Estes dois irão funcionar sobre uma base, que poderá ser quantitativa, qualitativa, de modo, intensificadora, entre outros. C. Hernández resume desta forma as suas ideias: “(...) podemos confirmar que la comparación es una correlación, sobre una base o criterio, entre dos términos, el segundo de los cuales funciona como nexus adyacente del cuantificador que lleva el primero. Este elemento cuantificador y el segundo término se exigen mutuamente y, a no ser por reticencia (...) o ruptura intencionada de la estructura, deben aparecer los dos.” (HÉRNANDEZ, 1984, p. 132) Existe, na estrutura comparativa, segundo esta perspectiva, uma correlação em que os dois termos dependem sintaticamente um do outro, já que não se pode cortar um e manter o outro, sob pena de se alterar o sentido ou de se tornar a frase agramatical. Existe, portanto, uma interdependência sintática entre os dois segmentos que compõem a estrutura comparativa.

E. Alarcos, na *Gramática de la lengua española* (ALARCOS, 1996), defende que “Las comparativas se denominan así porque en ellas se comparan entre sí dos realidades o conceptos estableciendo su equivalencia o su desigualdad en lo que respecta a la cantidad, la calidad, la intensidad.” (ALARCOS, 1996, p. 341) E. Alarcos chama, depois, a atenção para o facto de haver três possibilidades no que respeita a comparação: a superioridade, a inferioridade e a igualdade. Na perspectiva de E. Alarcos as orações comparativas incluem uma “oração degradada” e, sendo assim, as orações comparativas não cumprem nenhuma das funções adjacentes do núcleo verbal, mas inserem-se dentro de um grupo nominal unitário.

S. Gutiérrez debruçou-se sobre a estrutura comparativa e dessa reflexão nasceram dois livros: *Estructuras comparativas* (GUTIÉRREZ, 1997a) e *Estructuras pseudocomparativas* (GUTIÉRREZ, 1994) Estes dois manuais trouxeram importantes questões e, em muito, contribuíram para a realização deste estudo. S. Gutiérrez atreveu-se a deixar cair por terra toda a gramática tradicional, empregando na análise das estruturas comparativas critérios bem definidos, os quais lhe permitiram proceder a uma análise rigorosa da construção em estudo. O próprio S. Gutiérrez não deixa, no entanto, de admitir a insuficiência de estudos neste campo, dizendo: “Las llamadas estructuras comparativas han recibido siempre escaso comentario por parte de los gramáticos tradicionales, quienes, en general, se limitan a realizar una clasificación (igualdad, superioridad, inferioridad), a ubicarlas entre las circunstanciales y a señalar los elementos formales que intervienen (más, menos... que, como).» (GUTIÉRREZ, 1997a, p. 9)

3. Análise sintática da estrutura comparativa

A estrutura comparativa é, normalmente, definida em termos semânticos, como uma correlação de elementos que se comparam de acordo com uma determinada base, que pode ser qualitativa ou quantitativa. Esta análise, que agora se pretende desenvolver, irá incluir diversos aspetos relacionados com a estrutura comparativa. Tais aspetos serão todos abordados visando uma análise sintática, de forma a tentar responder às seguintes questões:

- Quais os modelos de análise a adotar para um estudo sintático deste tipo de estrutura?
- Dever-se-á chamar estrutura comparativa ou oração comparativa?
- Quais os componentes formais da estrutura comparativa?
- A estrutura comparativa estabelece relações de coordenação ou de subordinação?

3.1 Modelos de análise da estrutura comparativa

Antes de se proceder ao estudo dos diversos aspetos que envolvem a estrutura comparativa, será conveniente iniciar-se por um esclarecimento dos critérios disponíveis para trabalhar com este tipo de estrutura.

Um primeiro critério passível de ser adotado é o semântico, em que se identificam todas as características de conteúdo que devem estar presentes numa estrutura comparativa. O outro critério denomina-se formal. Segundo este, chamam-se estruturas comparativas todas aquelas que obedecem a determinados esquemas formais, nomeadamente, o facto de serem compostas por dois segmentos, em que no primeiro aparece um intensificador, *mais*, *menos* ou *tanto*, e um segundo segmento introduzido por *que – de, como* ou *quanto*. Existe ainda um terceiro critério, que é o **misto**, no qual, como o próprio nome indica, se tenta identificar nas estruturas em análise certas características de conteúdo aliadas a determinados esquemas formais. Como se teve oportunidade de constatar no ponto 2 deste estudo, o critério mais utilizado, tanto por gramáticos como por linguistas, tem sido o critério semântico, pois privilegiou-se o apuramento das marcas de conteúdo que caracterizariam uma estrutura do tipo comparativo. Como já referido na Introdução, este estudo utiliza o critério sintático.

3.2 O conceito de *estrutura* vs. o conceito de *oração*

O conceito de oração foi um dos mais tratados na história da linguística, tendo recebido muitas definições. G. Rojo contou 228 (ROJO, 1978, p. 11). Ao longo da história este conceito foi alvo de variadíssimas aporções, grande parte delas intimamente relacionadas com o período da história linguística em que ocorreram¹. As definições de oração podem ser agrupadas de acordo com três critérios: umas centram-se mais na relação entre sujeito e predicado (ou na forma

1 Não será este o momento de se traçar um percurso histórico do conceito de oração. Para tal remete-se o leitor para a obra de Guillermo Rojo (ROJO, 1978, p.11-26).

verbal conjugada), outras na capacidade de esta expressar um juízo ou pensamento, e outras ainda no facto de terem sentido completo. S. Gili y Gaya distingue três níveis distintos: o gramatical, o lógico e o psicológico (GILI Y GAYA, 1969, p. 17-26), respetivamente, centrados nas relações sujeito-predicado, na expressão de um juízo e no seu sentido completo. Neste estudo adotar-se-á o ponto de vista gramatical, já que é aquele que se coaduna com o critério formal que se pretende seguir. Assim, a oração será encarada como uma unidade sintática cujo núcleo é um verbo conjugado (GUTIÉRREZ, 1997b, p. 40-44).

Antes de se avançar para a explanação dos conceitos de *oração* e *estrutura*, considera-se importante distinguir três termos: frase, oração e enunciado. A *frase* deverá ser entendida como qualquer produção dotada de sentido próprio; a oração é a frase que se constrói em torno de um verbo, isto é, possui um “predicado”; finalmente, o enunciado será uma produção composta por uma ou mais orações, de sentido pleno, e que no final apresenta uma pausa bem definida (KURY, 1964, p. 13-15).

Já Raposo define a frase como: “(I): uma frase é uma sequência de palavras gramatical que (i) tem um conteúdo proposicional; (ii) tem como elemento nuclear um verbo; (iii) esse verbo está no modo indicativo ou imperativo; e (iv) pode ser usada como um enunciado autónomo.” (RAPOSO et al., 2013(a), p. 312). No entanto, o conceito de frase não fica por aqui e é completado da seguinte forma: (II): numa construção sintática, uma frase é uma sequência de palavras gramatical, que tem um conteúdo proposicional e como elemento nuclear um verbo.” (RAPOSO et al., 2013(a), p. 314). O conceito de oração, definida enquanto construção sintática, “(...) é uma sequência de palavras gramatical, que tem um conteúdo proposicional e como elemento nuclear um verbo.” (RAPOSO et al., 2013(a), p. 314)². De seguida, pretende-se abordar com mais detalhe os aspetos relacionados com o termo oração.

2 Adverte-se para outras possíveis definições dos mesmos conceitos. Constate-se, por exemplo, as opiniões de Juan M. LOPE Blanch (BLANCH, 1983, p. 14-16) e Salvador Gutiérrez (GUTIÉRREZ, 1997b, p.40-65).

A. Martinet refere que a oração é o mais pequeno segmento perfeita e integralmente representativo (MARTINET, 1985(b), p.85-86), passível de ser analisado. Liberta o conceito de oração das suas definições mais lógicas e psicológicas, em prol de uma caracterização apoiada num critério formal e funcional.

A oração, de um ponto de vista sintático e funcional, poderá ser entendida da seguinte forma: “(...) existen funciones que podemos considerar privativas de la oración y que, en consecuencia, existe una oración cuando se detecta la presencia de elementos que desempeñan alguna de estas funciones.” (ROJO, 1978, p. 13-14). Dir-se-á, desde modo, que se está na presença de uma oração quando aí estão presentes o sujeito e o predicado. E. Alarcos avança que a palavra a que se chama verbo ou sintagma verbal, “(...) contiene dos unidades significativas entre las cuales se establece la relación predicativa: el sujeto y el predicado (...)” (ALARCOS, 1996, p. 256) E. Alarcos adianta, também, de forma a esclarecer o seu ponto de vista: “Los demás componentes que en la oración pueden aparecer en torno del núcleo son términos adyacentes, cuya presencia no es indispensable para que exista oración.” (ALARCOS, 1996, p. 257) Desta forma, pode considerar-se que o único elemento indispensável para que se possa denunciar a presença de uma oração é, realmente, o sintagma verbal, visto que neste já se encontra amalgamado o sujeito. E. Alarcos diz mesmo: “(...) para que haya oración basta la existencia del sujeto gramatical.” (ALARCOS, 1996, p. 266), o qual estará sempre presente no predicado, no sintagma verbal. Todos os outros termos que acompanham o predicado serão, utilizando a terminologia de E. Alarcos, termos adjacentes ou, se se preferir a terminologia de A. Martinet, dir-se-á que são expansões do enunciado mínimo.

Voltando à estrutura comparativa, recorde-se que as gramáticas consultadas, e já analisadas neste estudo falam sempre em *orações* comparativas, nunca em *estruturas* e partem da suposição de que se trata, efetivamente, de duas orações ligadas entre si por uma conjunção, sem atentarem, por um lado, no facto de poder ser apenas uma oração (só um

núcleo predicativo) em que o conector está presente, mas agora já não para ligar duas orações, mas dois sintagmas, duas palavras, ou, por outro lado, considerar que poderá ser apenas um segmento discursivo sem a presença do núcleo predicativo, uma frase. É isso que agora se pretende verificar. Para tal, será necessário não esquecer a definição de oração adotada: é a unidade composta por um verbo conjugado (onde o sujeito gramatical já está presente no sintagma verbal, não necessitando por isso de um sujeito lexical na forma expressa).

Considere-se três tipos de construções apresentados por S. Gutiérrez³: (GUTIÉRREZ, 1997a, p. 20-21)

(1) Trabalha mais que dorme

Trabalha mais - Segmento A composto por uma oração em que o verbo está conjugado na forma pessoal: 3ª pessoa do singular.

Que dorme - Segmento B composto pela partícula que encerra o ponto de referência da comparação; o verbo também está conjugado na 3ª pessoa do singular.

(2) Comprou mais livros que Pedro.

Comprou mais livros – O segmento A é composto pelo quantificador *mais* e por um verbo na forma pessoal, daí que se possa considerar este segmento uma oração.

Que Pedro – Este segmento B é apenas composto pela partícula que introduz o segundo termo da comparação e um sintagma nominal. De acordo com S. Gutiérrez este segmento deverá ser considerado oração, pois considera-se elíptico o verbo “comprar”, que só não aparece neste segmento por razões de economia linguística.

3 A exposição que se fez, embora tenha sido apoiada no trabalho de Gutiérrez, contém algumas diferenças em relação aos ensinamentos deste estudioso. Veja-se as páginas referenciadas para um confronto mais pormenorizado.

(3) Um romance mais divertido que inspirado.

Um romance mais divertido que inspirado – Este terceiro caso é mais complicado porque não existe nenhum núcleo predicativo, embora ele esteja subentendido (“ser”), mas nunca será demais frisar que a sintaxe não se apoia em suposições. Então, dever-se-á considerar esta construção uma verdadeira estrutura discursiva e não uma oração.

O exemplo (1) parece não levantar dúvidas quanto ao facto de se tratar de duas orações ligadas por um conector. Cada uma tem um núcleo predicativo (*trabalha e dorme*). A estrutura (2) possui apenas um núcleo, portanto, o segundo segmento deverá ser considerado uma frase, de acordo com a terminologia de E. Alarcos (Alarcos, 1996, p. 257). A estrutura (3) não possui qualquer núcleo predicativo, qualquer sintagma verbal, pelo que só poderá ser considerado, uma estrutura, nunca uma oração.

S. Gutiérrez toca num ponto muito importante: “(...) las estructuras comparativas no son necesariamente oracionales.” (GUTIÉRREZ, 1997a, p. 21) O exemplo em (3) é uma estrutura comparativa, mas não é uma oração comparativa. Daí que seja preferível adotar-se o nome de *estructuras comparativas*, visto que a comparação não é, necessariamente, veiculada por meio de orações. Sumariando, quando o segundo termo da comparação é um sintagma verbal não restam dúvidas que se trata de uma outra oração; já quando se trata de um sintagma nominal, adjetival ou adverbial já não se pode considerar a estrutura como composta por duas orações, mas somente por uma em que os termos se relacionam com um mesmo núcleo predicativo. Existem ainda a considerar segmentos discursivos, os quais não comportam nenhum núcleo predicativo e, por isso, não podem, de um ponto de vista formal, ser considerados orações.

Passe-se agora à análise dos elementos que caracterizam a estrutura comparativa.

3.3 Componentes formais da estrutura comparativa

S. Gutiérrez esclarece que “Las comparativas son estructuras de la lengua porque tienen naturaleza de signo: presentan un significado (“comparación”) unido solidariamente a un significante (estructuras del tipo **más... que, más... de**, etc.)” (GUTIÉRREZ, 1997a, p. 12) Considera-se, desta forma, que a comparação deverá ser entendida como um signo dotado de dupla face: o significado (o sentido veiculado incluirá uma comparação entre dois termos) e o significante (estruturas formais que se traduzem em segmentos como: *mais... que, menos... que*, etc.). Veja-se, então, quais os componentes formais da estrutura comparativa:

A) Toda a comparação é composta por dois segmentos: um segmento **A** e um segmento **B**.

(4) O João é mais alto		que a Maria.
Segmento A		Segmento B

O segmento **A** integra a quantificação, neste caso: “mais”, enquanto o segmento **B** o ponto de referência: “a Maria”. O conector *que*⁴ marca o início do segundo segmento. Deve, no entanto, considerar-se que *que* faz parte de um bloco “mais... que”, o qual está manifestado no enunciado de forma descontínua.

B) A presença de um elemento, um conector que semanticamente exprime a comparação, o qual aparece, por vezes, manifestado descontinuamente no enunciado. Surge, assim, no primeiro segmento da comparação, “mais”, “menos” e “tanto”, e no segundo segmento da comparação, “que”, “de”, “como” e “quanto”.

4 Optou-se por denominar o QUE de conector de forma a evitar enveredar por discussões que levariam a um afastamento do cerne deste trabalho. De referir, no entanto, que este QUE é denominado pela gramática tradicional de *conjunção* ou *locução conjuncional* (**mais... que**), enquanto a gramática de Alarcos o nomearia como *transpositor*.

(5) O Luís é **menos** inteligente **que** o irmão.

O Luís é **mais** inteligente **que** o irmão.

O Luís é **tão** inteligente **como** o irmão.

Repare-se que os primeiros elementos do segmento **A** são comutáveis entre si, facto indispensável para que se possam considerar verdadeiras estruturas comparativas.

C) Toda a estrutura comparativa tem um núcleo a que se chama *núcleo da estrutura comparativa* (elemento nuclear presente no segmento **A**). Este pode ser um sintagma verbal, um sintagma nominal, um sintagma adjetival ou um sintagma adverbial.

(6) O João *sabe* mais que o irmão mais velho.

(7) *Uma árvore* mais pequena que todas

(8) Mais *escuro* que breu.

(9) Mais *tarde* que o previsto.

O núcleo da estrutura comparativa (destacado a itálico nos exemplos (5), (6), (7) e (8) é o elemento que está imediatamente antes ou depois do quantificador comparativo.

D) Toda a estrutura comparativa tem um ponto de referência, que está presente no segmento **B** da estrutura comparativa. Os dois segmentos da estrutura estão intimamente ligados, e não se podem desligar um do outro sem lhe alterar o sentido original ou destruir a comparação. Existe uma relação de dependência semântica, ou melhor, de interdependência. Esta dependência, no entanto, só se verifica em termos semânticos e não em termos sintáticos.

(10 a) Trouxeram mais bolos que empadas.

(10 b) Trouxeram bolos

(10 c) Trouxeram empadas.

(11 a) Manuel envia mais cartas à namorada que postais à mãe.

(11 b) Manuel envia cartas à namorada.

(11 c) Manuel envia postais à mãe.

Estes dois enunciados são exemplares do que se acabou de explicar: o segmento A sobrevive e o segmento B também, mas o seu significado é alterado, já não existe uma comparação, porque não existe qualquer ponto de referência com o qual se estabeleça a ligação. Falta o elemento conectivo. Comprova-se, desta forma, a existência de uma estreita dependência entre os dois segmentos, mas esta é uma dependência estritamente semântica, pois a nível da sintaxe será diferente, como se terá oportunidade de constatar.

3.4 A estrutura comparativa: fenómeno de coordenação ou de subordinação?

Neste estudo houve a preocupação de definir o conceito de oração com o qual se pretendia trabalhar. É necessário, agora, distinguir dois outros conceitos: o de *oração simples* e o de *oração complexa* ou *composta*. Como reconhece J. Martínez: “No hay entre oración compleja y oración simples (...) otra diferencia que la que reside en la estructura interna de algunos de sus componentes.” (MARTÍNEZ, 1985, p. 121) Nesta perspetiva parece inútil falar em orações simples e orações complexas, pois estar-se-á a contradizer a própria definição de oração apresentada. As orações são sempre simples, já que para que se possa admitir a existência de uma oração é necessária a presença de um verbo conjugado; quando existem dois (ou mais) já não se deverá falar em oração, mas numa estrutura composta por duas ou mais orações. Segundo E. Raposo, a oração “(...) tem um verbo como elemento nuclear, exceto se for uma oração composta; nesse caso, cada uma das orações simples coordenadas que constituem a oração composta tem um verbo como elemento nuclear.” (RAPOSO et al., 2013(a), p. 317). Veja-se, agora, em que consistem os conceitos de coordenação e de subordinação.

É comum avançar-se, e em qualquer gramática consultada se encontra a mesma ideia, que a oração coordenada é um elemento independente enquanto a oração subordinada está dependente de outra, que lhe é hierarquicamente superior. “O processo gramatical da coordenação consiste em ligar duas ou mais estruturas por um operador (designado conjunção coordenativa na gramática tradicional), de tal modo que as expressões que são coordenadas desempenham conjuntamente uma função sintáctica na frase em que se inserem. Em geral, as expressões coordenadas são da mesma categoria sintáctica (...)» (PERES E MÓIA, 1995, p. 371) Note-se como J. A. Peres e T. Mória parecem ter a preocupação de falar em estruturas e não em orações. Os autores defendem, no entanto que, em certos casos, é possível coordenar segmentos de categorias sintáticas distintas (PERES E MÓIA, 1995, p. 371), embora não apresentem qualquer exemplo ou justificação que comprove tal assunção.

Na subordinação a gramática tradicional defende a existência de uma outra situação: “(...) nas frases complexas, a subordinação é a situação na qual se encontra a proposição que depende da principal (ou de outra subordinada que desempenha em relação a ela o papel de principal).” (DUBOIS, 1988, p. 576)

A. Martinet diz que se está perante uma estrutura coordenada quando a função do elemento acrescentado é igual à do elemento que já existe. Assim, suprimindo o elemento já existente, tal como a marca de coordenação, e deixando apenas permanecer o elemento acrescentado obtêm-se estruturas coordenadas (MARTINET, 1985a, p. 23)

A resposta para a distinção entre coordenação e subordinação passará sempre pela autonomia dos elementos que se lhe acrescentam. Nas subordinadas se o elemento conector for retirado, pelo menos um dos segmentos torna-se agramatical e o outro pode sofrer alterações de sentido.

(12 a) Quando voltares do café traz-me o jornal.

(12 b) *Voltares do café

(12 c) Traz-me o jornal. (Seria uma ordem que se dava ao interlocutor.)

A diferença entre coordenação e subordinação não está também, como a gramática tradicional costuma julgar, na natureza das conjunções empregues em cada caso, mas está antes no facto de a subordinada se incorporar na principal até se transformar num elemento sintático da primeira (GILI Y GAYA, 1969, p. 272-273). Na coordenação o elemento acrescentado desempenhará uma função análoga à do elemento pré-existente.

Veja-se, agora, o que se passa com as comparativas: será que existe ou não autonomia sintática? Estar-se-á perante uma estrutura coordenada ou uma estrutura subordinada? Muitos estudiosos têm-se debruçado sobre este assunto esgrimindo argumentos, ora em defesa da subordinação da estrutura comparativa, ora em defesa da coordenação, ora ainda em defesa de uma interdependência sintática entre os dois segmentos. Aponte-se algumas perspetivas.

A. Martinet na *Grammaire fonctionnelle du français* coloca-se ao lado das gramáticas tradicionais defendendo que a estrutura comparativa é, efetivamente, uma estrutura subordinada. A. Martinet chama-lhe proposição relacional, referindo que, tradicionalmente “(...) on les désigne souvent comme comparatives.” (MARTINET, 1979, p. 218) A. Martinet prefere o termo “relacional”, pois “il s’agit uniquement d’une confrontation entre deux faits, dont l’un est exprimé dans la principale et l’autre dans la subordonné.” (MARTINET, 1979, p. 218) A. Martinet acrescenta depois que o valor da relação neste tipo de proposição pode variar consoante os elementos presentes, “elle peut noter un rapport de conformité, d’équivalence, de proportionnalité, etc.” (MARTINET, 1979, p. 218) Esta análise parece incidir sobre os aspetos semânticos da estrutura e não sobre as suas características sintáticas.

E. Alarcos defende, nos *Estudios de gramática funcional del español* (Alarcos, 1982), que a estrutura comparativa é uma estrutura coordenada. E. Alarcos diz que num enunciado como *Pedro é mais alto que o pai*, temos duas possibilidades, ambas igualmente válidas. Primeiro, pode retirar-se os termos que precedem **que**: “Pedro é alto”; segundo pode eliminar-se os termos que seguem **que**: “Pedro é pai”. Então, segundo E. Alarcos, torna-se

imperativo reconhecer alguma semelhança entre “que” e “e”. Diz E. Alarcos, “La diferencia entre /que/³ y la conjunción /y/ estriba no en su función sintagmática sino en los valores semánticos de los términos que unem. Con /y/ se enlazam términos con el mismo grado de cuantificación, com /que/³ términos de distinto grado, o contrapuestos.” E. Alarcos continua, “Este /que/³ es, pues, una conjunción que une segmentos equifuncionales de cuantificación diferente, y exige para su aparición la presencia del cuantificador oportuno en el segmento precedente.” (ALARCOS, 1982, p. 272-273) No entanto, em 1996, E. Alarcos reformula a sua análise enquadrando as orações comparativas nas orações transpostas de relativo (ou adjetivo), pois “(...) no cumplen ninguna de las funciones adyacentes del núcleo verbal, sino que se insertan dentro de un grupo nominal unitario. (ALARCOS, 1996, p. 340) Considera-se, aí, que as orações comparativas (tal como as consecutivas, na perspetiva do autor), “no son outra cosa que oraciones degradadas, análogas a las relativas, com la diferencia de que su llamado antecedente es un cuantificador o una unidad cuantificada.” (ALARCOS, 1996, p. 341) O que difere agora na opinião de E. Alarcos é que, enquanto em 1982 defendia que se tratava de duas orações independentes, considerou em 1996 que se tratava de duas orações dependentes, onde o segundo membro da comparação, depende do quantificador presente no primeiro segmento da comparação.

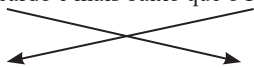
De acordo com C. Hoyos existem estruturas comparativas coordenadas e estruturas comparativas subordinadas. Para que se possa considerar a existência de orações comparativas coordenadas será necessário que as seguintes condições sejam respeitadas:

1. Cada uma das orações deve subsistir e ser inteligível por si só;
2. Têm as orações que possibilitar a troca;
3. Têm de apresentar um conector anafórico. (HOYOS, 1988, p. 453-454)

Na conceção proposta por C. Hoyos (1988) o conector anafórico iria permitir uma inversão dos termos comparados, isto é:

(13 a) O Ricardo é mais baixo que o Pedro.

(13 b) O Pedro é mais baixo que o Ricardo.



Esta será, na perspetiva da autora aqui tratada, uma condição essencial para que se possa considerar uma estrutura como comparativa coordenada. Na estrutura comparativa subordinada o conector já não será anafórico, mas prepositivo, o que implica a impossibilidade de troca. Esquematizando:

Estrutura comparativa coordenada

A → B

B → A

Ou

A ↔ B

Estrutura comparativa subordinada

A → B

Deste modo C. Hoyos apresenta duas características que se passarão a descrever: “Presencia de un cuantificador en el primer término y como enlace entre ambos un conector – relator, es decir, un relator. Posibilidad de inversión en los términos comparados.” (HOYOS, 1988, p. 452) A presença de um relator e a possibilidade de inverter os termos comparados são duas características indispensáveis para a identificação de uma estrutura comparativa coordenada.

Considera-se, assim, que a coordenação é a união de segmentos isofuncionais. Os dois segmentos coordenados gozam de independência sintática, ocupando a mesma posição funcional. A comutação pretende constituir prova desse facto. Na subordinação tal já não acontece, pois existe uma dependência sintática, sendo a função do elemento acrescentado diferente

da do elemento pré-existente. Tendo em conta estes dois fatores analisem-se alguns exemplos:

(14) Eles dançam tanto valsa como tango.

“valsa” e “tango” exercem a mesma função sintática: serão o complemento direto do sintagma verbal “dançam”. Nas palavras de E. Alarcos este complemento visa acrescentar algo mais sobre “(...) la actividad aludida por la raíz verbal.” (Alarcos, 1996, p. 277, isto é, discrimina-se o campo de aplicação do verbo “dançar”. Este complemento é também designado de implimento ou função F_2 segundo outras correntes funcionalistas (E. Alarcos para o primeiro e C. Hernández para o segundo⁵). Tudo isto leva à conclusão que se trata, efetivamente, de estruturas coordenadas, pois estas desempenham funções idênticas.

A comutação por zero também permite obter enunciados perfeitamente possíveis:

Eles dançam tanto valsa como tango.

Eles dançam \emptyset valsa \emptyset \emptyset ⁶

Eles dançam \emptyset \emptyset \emptyset tango.

Tudo parece convergir para uma interpretação da estrutura como coordenada. Efetivamente, os dois segmentos da comparação são perfeitamente autónomos, independentes. Partilham o mesmo núcleo, “dançar”, e desempenham as mesmas funções. Poder-se-ia mesmo dizer que o predicado “dançam” possui um complemento direto coordenado internamente. Parece que, deste modo, poder-se-á considerar que estruturas deste género serão estruturas coordenadas, já que cumprem os critérios formais definidos para esse tipo de estrutura.

5 Considerou-se que não seria relevante para o objetivo deste estudo proceder-se a uma análise das funções sintáticas como tal, daí que se remeta o leitor para informações suplementares sobre F_1 , F_2 , F_3 , e F_4 para Hernández, 1995, p. 147-160.

6 Ver Gutiérrez, 1997a, p. 28-32 – Nestas páginas S. Gutiérrez diz que o primeiro elemento da comparação deve permanecer. No entanto, considera-se que não se está a falar de duas partículas: *tanto* e *como*, mas apenas de uma *tanto... como*, que pode estar (ou não) manifestado descontinuamente.

(15) O João comprou mais livros que Pedro.

Neste exemplo a comparação surge não na quantidade de livros comprados, mas nos sujeitos dessa compra. “João” e “Pedro” têm funções idênticas. Tanto um como outro desempenham o papel funcional de sujeito. Ter-se-á, então, uma coordenação interna dos sujeitos da compra (ou F_p). Tal pode ser confirmado facilmente quando se procede à operação de comutação.

Ex.: “O João comprou mais livros que *eu*”

“O João comprou mais livros que *tu*” (etc.)

O segmento “Pedro” só é substituível por pronomes que desempenham a função sintática de sujeito.

A comutação por zero vai mostrar que, ao retirar o elemento conector (manifestado descontinuamente em *mais... que*), os dois segmentos conseguem sobreviver (ainda que suceda uma alteração de significado, isto é, perde-se o significado da comparação).

O João comprou mais livros que Pedro.

O João comprou \emptyset livros \emptyset \emptyset

O Pedro comprou \emptyset livros \emptyset \emptyset

As duas provas tornam clara a relação de coordenação que existe entre os dois segmentos da comparação. Nesta prova da comutação por zero perde-se algo do conteúdo semântico, a comparação, mas em termos sintáticos as estruturas são perfeitamente exequíveis. Comprova-se a existência de uma dependência semântica entre os dois segmentos da comparação, mas do ponto de vista sintático não existe qualquer dependência.

(16) Hoje de manhã choveu menos que ontem de tarde.

“Hoje de manhã” e “ontem de tarde” desempenham a mesma função sintática, isto é, ambos os segmentos serão, de acordo com a visão da

gramática tradicional, complementos circunstanciais⁷. E. Alarcos chamar-lhes-á adjacentes circunstanciais, sendo que estes assim se denominam porque são conteúdos marginais ao núcleo verbal e seus objetos. Também a presença ou ausência destes circunstanciais não modifica na sua essência nem a estrutura nem o sentido da oração (ALARCOS, 1996, p. 295). Nesta construção compara-se dois momentos diferentes em que um mesmo fenómeno ocorreu. “Hoje de manhã” e “ontem de tarde” serão um complemento circunstancial (ou F₄) coordenado de um mesmo predicado, o sintagma verbal “choveu”.

A comutação por zero vai mostrar que, ao retirar o elemento conector (manifestado descontinuamente em *menos... que*), os dois segmentos sobrevivem, isto é, mantêm a sua autonomia. (Ainda que haja uma alteração do significado.)

Hoje de manhã choveu menos que ontem de tarde.

Hoje de manhã choveu ∅ ∅ ∅ ∅

Ontem de tarde choveu ∅ ∅ ∅ ∅

Considera-se que nos casos que apresentem as características acima apontadas pode-se, com propriedade, falar em estruturas comparativas coordenadas. Casos em que o segmento acrescentado não desempenhe uma função equivalente à de um elemento pré-existente ter-se-á que admitir uma estrutura subordinada. J. Martínez considera que numa estrutura como “Pedro come mais que João”⁸, só será possível “que João” se este suceder a “mais”. Deste modo, na perspetiva desta autora “mais que João” é um complemento do predicado “come”. Assim, “Las estructuras comparativas se caracterizan por contener un segmento (elíptico o no) iniciado por que, unidade que presupone la presencia de una “especie de aditamento» (...) o bien la función adyacente adjectivo (...)” (MARTÍNEZ, 1985, p. 126-127) Enquanto J. Martínez defende que o elemento introdutor do segundo segmento da comparação

7 Ou modificadores, caso se adote a nova Terminologia linguística para os ensinos básico e secundário. <http://dt.dge.mec.pt>

8 Exemplo retirado do artigo de J. Martínez, 1985, p. 125-126.

está subordinado ao quantificador presente no primeiro segmento, pensa-se, neste estudo, que os dois segmentos não deverão ser hierarquizados, pois os dois têm a mesma importância. Também S. Gutiérrez afirma que o segundo segmento se encontra subordinado ao quantificador presente no primeiro. Dever-se-á considerar *tanto... como*, *mais...que* ou *menos...que* como um bloco que nunca poderá ser separado sob pena de se obterem resultados viciados. O segmento *mais...que*, por exemplo, é um bloco onde os elementos constituintes partilham as mesmas funções. Poder-se-á mesmo avançar, como o faz C. Hernández, que entre os dois existe uma relação de interdependência sintática (HÉRNANDEZ, 1984, p.128-130), o que irá ocasionar não uma subordinação da estrutura em que se insere, mas uma coordenação, já que as funções que aparecem no segundo termo da comparação, são as mesmas que surgem no primeiro. Seguindo esta linha de pensamento não se pode concordar com E. Alarcos quando este defende que as orações comparativas são orações transpostas de adjetivo, considerando que estas só diferem das consecutivas pela presença do quantificador presente no primeiro segmento.

4. Algumas dificuldades de uma análise sintática da estrutura comparativa

4.1 O conceito de “pseudocomparativa”

Como se tem vindo a referir, muitas são as dúvidas quanto à caracterização exata do que deve ser considerado estrutura comparativa e do que não deve.

S. Gutiérrez no seu livro *Estructuras pseudocomparativas* (GUTIÉRREZ, 1994) ocupa-se precisamente daquelas estruturas que são consideradas comparações, mas que, na sua perspetiva, não deverão ser considerados como tal: comparativas modais, estruturas aditivas, estruturas corretivas e comparativas temporais. Esta análise irá apenas contemplar os três primeiros tipos de estrutura, pois considera-se serem aqueles que podem

ser transpostos para a língua portuguesa. Analise-se cada uma delas desde uma perspetiva sintática, para que daí possam surgir algumas conclusões:

- **As comparativas modais:**

(17) O Filipe está **tão** triste **quanto** o pai.

Esta estrutura apresenta todas os componentes formais da estrutura comparativa e, por isso, não se considera existir qualquer razão para que seja denominada “pseudocomparativa”. No entanto, uma estrutura como: “O Filipe está triste como o pai”, já não cumpre todos os requisitos, já que o segmento A não integra qualquer quantificação.

- **As estruturas aditivas:**

(18) Bebe **mais** líquidos **que** água.

(19) Bebe **mais que** água.

Estas estruturas adotam o esquema formal da comparação, mas apresentam diferenças tanto ao nível da forma, como do conteúdo. Normalmente, resultam de uma oposição, podendo assumir uma forma plena em que “mais” determina um sintagma nominal explícito, como em (18), ou uma manifestação abreviada em que entre “mais” e “que” não há um sintagma explícito, como em (19).

- **As estruturas corretivas:**

(20) Mais que inteligente, ele é esperto.

A estrutura apresentada acima não permite a comutação com “menos que” e “tanto como”: *Menos que inteligente, ele é esperto; *Tanto como inteligente, ele é esperto.

O segundo segmento não integra qualquer ponto de referência, nem está presente o conector que semanticamente exprime a comparação. De um ponto de vista sintático, uma estrutura com estas características formais não poderá ser considerada uma construção comparativa.

Raposo et al. (2013) defendem que há construções que podem suscitar alguma confusão com as comparativas que indicam grau. São estas as orações relativas de modo, construções conformativas e outras construções que apresentam uma semelhança de sentido com as verdadeiras comparativas (RAPOSO, 2013(b), pp. 2158-2159), apresentando, para ilustrar o seu ponto de vista, vários exemplos.

Considera-se que, de um ponto de vista sintático não há lugar para o conceito de “pseudocomparativa”, já que quando se analisa uma estrutura ou se está perante uma estrutura comparativa ou perante um outro tipo de estrutura. Efetivamente, se se tiver em conta os componentes formais da estrutura, o linguista deverá apenas proceder à confrontação da estrutura que pretende analisar com os componentes formais da estrutura comparativa, daí se tirando as devidas conclusões.

4.2 As relações de determinação

Depois de se ter debatido a coordenação e a subordinação da estrutura comparativa, resta agora levantar alguns problemas que se julgam pertinentes para o estudo das relações de determinação. Há que criar mecanismos que permitam, inequivocamente, separar aquilo que é uma estrutura coordenada do que é uma estrutura subordinada. Para tal será necessário definir critérios sintáticos que permitam distinguir os dois tipos de determinação. Consideraram-se dois critérios fundamentais para que uma estrutura pudesse ser definida como coordenada: **a)** a função do elemento acrescentado ser idêntica à de um elemento pré-existente; **b)** a comutação por zero permitir a confirmação da independência entre as duas orações. Tendo como base estes dois princípios julgou-se existir material para se poder afirmar a existência de relações de coordenação nas estruturas comparativas. Não se exclui, no entanto, a hipótese de existirem estruturas comparativas subordinadas (HOYOS, 1987, p. 470-473). Convém notar que nas estruturas analisadas não se verificou caso algum de dependência sintática, logo de subordinação.

Quando muito existirá uma dependência semântica, já que a semanticidade da comparação exige sempre dois termos. A falta de um destrói a comparação. No entanto, do ponto de vista sintático tal já não acontece, ou seja, não existe qualquer dependência sintática entre os elementos.

5. Conclusão

Neste estudo optou-se por usar um critério em particular, tentando ser, no decorrer da investigação, o mais fiel possível a ele. Os critérios formal e funcional foram aqueles considerados como mais adequados à análise sintática que se pretendia levar a efeito. Logicamente as conclusões a que se chegaram estiverem diretamente relacionadas com o critério adotado. Tentou-se afastar interpretações de natureza semântica, no que respeita àquilo que poderia, ou não, ser considerado uma estrutura comparativa. Para tal muito contribuíram os componentes formais descritos.

Será neste momento importante destacar algumas das ideias mestras que orientaram este estudo. Considerou-se que seria preferível intitular o objeto deste estudo por **estrutura comparativa** e não por oração comparativa, já que nem sempre a comparação é veiculada através de orações. Foi também importante apontar os componentes formais deste tipo de estrutura para que estas pudessem ser facilmente identificáveis de um ponto de vista sintático. A estrutura comparativa sofre ainda relações de determinação, que poderão ser de coordenação ou de subordinação conforme a natureza dos elementos que a constituem. Houve neste estudo a opção pela análise daquelas estruturas que mostravam cumprir os requisitos formais de uma estrutura de tipo coordenada, sendo estes a isofuncionalidade dos segmentos que se comparam e a independência de cada um dos mesmos. Julgou-se ainda pertinente destacar três problemas diretamente relacionados com a comparação. O primeiro dizia respeito ao conceito de “pseudocomparativa”, tal como apresentado por S. Gutiérrez, chegando-se à conclusão de que numa análise sintática não haverá lugar para “pseudocomparativas”, porque a estrutura ou

é comparativa (porque cumpre os requisitos formais), ou não é. Finalmente, consideraram-se as relações de determinação a que a estrutura comparativa está sujeita, tentando apresentar-se os elementos que caracterizam uma estrutura comparativa coordenada.

É evidente que as explicações avançadas não estão isentas de serem questionadas. Não se pretende, neste momento, resolver todas estas questões, até porque como muito bem o colocou A. López, a ciência não é outra coisa senão “(...) revisión indefinida de opiniones ajenas emitidas en el intento de captar un material siempre huidizo.” (LOPÉZ, 1983, p. 327) Este conceito de “material fugidio” parece especialmente adequado para o estudo da comparação, tal como foi aqui empreendido. É preciso que se proceda a uma análise rigorosa da estrutura comparativa, separando claramente critérios formais (sintáticos), critérios semânticos e, inclusive, critérios pragmáticos.

Referências Bibliográficas

ALARCOS, E. **Estudios de gramática funcional del español**. 3. ed. Madrid: Editorial Gredos. 1982.

ALARCOS, E. **Gramática de la lengua española**. Madrid: Espasa/Calpe, 1996.

ALI, M. S.: **Gramática histórica da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos. 1964 (3ª edição).

BEINHAUER, W. La comparación. In: **El español Coloquial**. 3. ed. aumentada y actualizada. Versión española de Fernando Huarte Morton. Madrid: Editorial Gredos, 1978, pp. 297-323.

CUNHA, C. e L. F. Lindley CINTRA. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa. 1987.

DUBOIS, J. et al. **Diccionario de lingüística**. 3. ed. São Paulo: Editora Cultrix. 1988.

GILI Y GAYA, S. **Curso superior de sintaxis española**. 9. ed. Barcelona: Biblograf, S.A. 1969.

GUTIÉRREZ, S. **Estructuras comparativas**. 2. ed. Madrid: Arco/Libros, 1997^a.

GUTIÉRREZ, S. **Estructuras pseudocomparativas**. Madrid: Arco/Libros. 1994.

GUTIÉRREZ, S. **La oración y sus funciones**. Madrid: Arco/Libros, S.L. 1997^b.

HERNÁNDEZ, C. **Gramática funcional del español**. Madrid: Editorial Gredos, 1984.

HERNÁNDEZ, C. **Nueva sintaxis de la lengua española. (Sintaxis onomasiológica: del contenido a la expresión)**. Salamanca: Ediciones Colegio de España. 1995.

HOYOS, C. Algunos aspectos del castellano del siglo XIV. In: **Actas del I Congreso de Historia de la Lengua Española**. In Azira, M, A. Salvador, A. Viudas (Eds). (1987) Actas del I Congreso Internacional de História de la Lengua Española. Cáceres, 30 de marzo – 4 de abril de 1987, I. Madrid: Arco Libros. 1988, p. 449-473.

KURY, A. G. **Lições de análise sintáctica**. teoria e prática. 3. ed. revista. Rio de Janeiro: Editôra Fundo de Cultura. 1964.

LOPE, J. M. **Análisis gramatical del discurso**. México: Universidad Nacional Autónoma de México. 1983.

LÓPEZ, A. **Estudios de lingüística española**. Barcelona: Editorial Anagrama. 1983.

MARTINET, A.: **Elementos de linguística geral**. Tradução portuguesa de Jorge Morais Barbosa. 10 ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Ed.,1985^a.

MARTINET, A.: **Estudios de sintaxis funcional**. Versión española de Esther Diamante. Madrid: Editorial Gredos, 1978.

MARTINET, A. **Syntaxe générale**. Armand Colin: Paris. 1985^b.

MARTINET, A. (sous la direction de). **Grammaire fonctionnelle du français**. 2^{éd}. Revue. Paris: Crédif, 1979.

MARTÍNEZ, J. Algunas oraciones complejas y sus transpositores. In: **Lecciones del I y II Curso de Lingüística (1983 y 1984)**. Oviedo: Universidade de Oviedo. 1985, p.121-129. 1985.

MARTINS, N. S. Meios de exprimir a comparação no Português atual do Brasil. In **ALFA**, FUCL de Marília. Departamento de Letras, n. 12, 1967, p.179-224.

MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H. **Gramática da língua portuguesa**. 4. ed. Lisboa: Editorial Caminho. 1989.

NARBONA, A. J. **Las subordinadas adverbiales improprias. Bases para su estudio**. Málaga: Librería Ágora. 1979.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora. 1997.

PERES, J. A.; MÓIA, T. **Áreas críticas da língua portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.

RAPOSO, E. B. Paiva et al. **Gramática do português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v. II, 2013.

ROJO, G. **Claúsulas y oraciones**. Verba, Anuario Gallego de Filologia, Anejo 14. Santiago de Compostela: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago. 1978.

VILELA, M. **Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase e gramática de texto**. Coimbra: Livraria Almedina. 1995.

Capixaba tem sotaque? Quem pode dar essa resposta? Questões para a sociolinguística da sociedade

Do capixabas have an accent? Who can answer that? Sociolinguistic questions for society

Marcela Langa Lacerda*
Ana Clara Soave Leppaus**

RESUMO:

Se capixaba tem ou não sotaque é tema de muitas discussões em solo espírito-santense. Este trabalho objetiva (a) apreender de uma certa literatura de/sobre terceira onda variacionista (ECKERT, 2012; 2018, dentre outros) uma ressignificada concepção de percepção e de avaliação e (b) lançar luz sobre como a questão da identidade sociolinguística capixaba pode ser reinterpretada, no âmbito dessa nova fase. Em termos metodológicos, esta investigação é qualitativa e gera dados por meio de revisão bibliográfica e pesquisa de opinião pública. Os resultados apontam para a nova fase variacionista: (a) abrindo mão da noção de consciência/inconsciência linguística; (b) desfazendo a diferença entre avaliação e percepção; e (c) redefinindo a concepção de identidade, por considerá-la em termos de conquistas interacionais, reivindicadas intencionalmente pelos sujeitos. Os resultados ainda apontam para um cenário pluridiscursivo sobre a identidade linguística capixaba, levando-nos a

Recebido em 7 de setembro de 2022.

Aceito em 17 de outubro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n65.1333>

* Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), marcelalanga@yahoo.com.br

Orcid 0000-0002-8824-8339

** Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), anasoaveleppaus@gmail.com

OrcidOrcid 0000-0002-9408-3702

concluir que capixaba tem e não tem sotaque, paradoxalmente.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos de Terceira Onda Variacionista. Percepção/avaliação. Identidade. Sotaque capixaba. Pluridiscursividade.

ABSTRACT:

Whether capixabas - those born in Espírito Santo - have an accent or not is the subject of much debate in Espírito Santo. This paper aims to (a) derive from the specific literature on the third variationist wave (including ECKERT, 2012; 2018) a resigned conception of perception and evaluation, and (b) shed light on how the question of sociolinguistic identity in Espírito Santo can be reinterpreted in the context of this new phase. Methodologically, this is a qualitative study in which data are obtained through a literature review and a public survey. The results point to the new variant phase: (a) the abandonment of the concept of linguistic consciousness/unconsciousness; (b) the elimination of the difference between evaluation and perception; and (c) the redefinition of the concept of identity, considering it as an interactional performance consciously claimed by subjects. The results also point to a pluridiscursive scenario on the linguistic identity of Espírito Santo, which leads us to conclude that the people from Espírito Santo paradoxically have an accent and do not have one.

KEY WORDS: Variationist studies of the third wave. Perception/assessment. Identity. Capixaba accent. Pluridiscursivity.

Introdução

No Espírito Santo há uma polêmica acerca do sotaque capixaba¹: capixaba tem ou não tem sotaque?²

No cenário sociocultural, as opiniões se dividem, pois parte da população considera que sim, e parte da população considera que não. Em

1 “Capixaba” é o natural do Estado do Espírito Santo ou o natural da capital desse Estado (Vitória), alternativamente. Neste texto, consideramos a primeira opção.

2 Por “sotaque” compreendemos marcas linguísticas próprias de uma comunidade, ou seja, marcas lexicais e gramaticais, incluindo processos fonológicos gerais e de padrões prosódicos, típicas de um grupo, em uma localidade geográfica. A exemplo de Ramos (1997), embora reconheçamos que “dialeto” e “sotaque” sejam noções distintas, estaremos utilizando um termo pelo outro, neste texto, em referência a marcas identitárias de um povo, em termos linguísticos.

muitas matérias de jornais locais, por exemplo, essa situação controversa é constantemente retratada, e quase sempre de maneira jocosa. Já no âmbito acadêmico, muitos estudos variacionistas clássicos (/labovianos)³ apontam para a existência de marcas linguísticas próprias desse Estado, levando os pesquisadores à compreensão e divulgação de que capixaba tem, sim, sotaque (cf. YACOVENCO *et al.*, 2012; dentre outros).

Esses trabalhos, fundamentados no que tem sido denominado de *primeira onda variacionista* (ECKERT, 2012; 2016; 2018), são, majoritariamente, baseados em dados de produção, embora o próprio campo reconheça ser necessário ampliar o escopo das pesquisas para contemplar dados também relacionados à avaliação e à percepção, ou seja, à “maneira pela qual as atitudes e os julgamentos linguísticos afetam o processo de constituição da identidade pela língua e pelo discurso” (FREITAG *et al.*, 2015, p. 70), considerando que a variação é governada não apenas por regras de uso, mas também pela maneira como as pessoas avaliam tais usos (FREITAG *et al.*, 2015).

Só por essa última consideração já se verifica a importante relação, nos estudos variacionistas, em geral, entre *avaliação, percepção e identidade*, neste texto tomados como conceitos centrais, mas relidos conforme a

3 Por convenção, estamos nos referindo aos estudos labovianos como *estudos clássicos* ou estudos de primeira onda variacionista, considerando que o campo se subdivide, atualmente, em três diferentes ondas (ECKERT, 2012; 2018). Mesmo assim, ressalve-se que nem todos os trabalhos de Labov ou de orientação laboviana são de primeira onda: para Eckert (2018), a pesquisa de Labov, em Martha’s Vineyard (1963), caracteriza-se como sendo de terceira onda, enquanto o estudo sobre a Estratificação Social do Inglês de Nova York (1966) seria o marco dos estudos de primeira onda. A questão, para a autora, é que, do trabalho de 1963 para cá, o pensamento laboviano, ao se voltar para métodos de pesquisa em larga escala, “acabou ofuscando – até mesmo suprimindo – os insights do estudo de Martha’s Vineyard” (ECKERT, 2018, p. xii), o que justifica a emergência de uma terceira onda, que, apropriando-se do foco do estudo de 1963 (qual seja: o significado social da variação), reposiciona a investigação variacionista, conforme argumentação aqui desenvolvida.

epistemologia praticada nos estudos de terceira onda, segundo a qual, dentre outros aspectos: (a) a linguagem⁴ pode ser entendida, em primeiro plano, como recurso para indiciar discursos (/posturas ideológicas) (COUPLAND, 2001; 2007; ECKERT, 2018) e (b) a noção de sujeito está muito mais atrelada à noção de *persona*, uma identidade que o indivíduo constrói em termos de “*senso de lugar no mundo social*” (ECKERT, 2005, p. 17)⁵, do que à noção laboviana de sujeito empírico.

É essa resignificada concepção de língua e de sujeito que parece localizar os estudos de terceira onda no polo da macrossociolinguística ou da *sociolinguística da sociedade*, voltado, epistemologicamente, por meio de diferentes abordagens⁶, para a compreensão do que a sociedade faz com a língua em suas diferentes práticas, e distanciá-los, portanto, da microsociolinguística ou *sociolinguística da linguagem*, voltada para a compreensão do sistema linguístico de uma determinada sociedade (COULMAS, 1998).

Em outras palavras, argumentamos que a terceira onda variacionista parece estar mais próxima, por exemplo, da sociologia da linguagem – que toma a linguagem como um útil instrumento de apoio e referência para abordar o estudo dos aspectos sociais – do que da sociolinguística laboviana, tendo em vista que, embora ambas articulem língua e sociedade, essa última parece ter deixado de lado, segundo Joshua Fishman (1982)⁷, por exemplo, a ótica de que a sociedade tem *status* conceitualmente superior à linguagem (TAPIAS, 2018).⁸

4 Neste texto, não estamos fazendo distinção entre língua e linguagem, mas acionando os termos alternativamente, para fazer referência aos usos linguísticos.

5 Neste texto, por questões de espaço, não apresentamos excertos na língua original. Todas as traduções são livres e de responsabilidade das autoras.

6 As abordagens que constituem o polo da macrossociolinguística são a Sociologia da Linguagem, a Etnografia da Fala e a Sociolinguística Interacional.

7 Fishman, ao lado de Bernstein, é um expoente representante da Sociologia da Linguagem.

8 Em nossa leitura, essa consideração de Fishman sinaliza para o fato de que a linguagem é produto das ações sociais, sem que se perca de vista, com isso, a noção de que, reversamente, esse produto também atua sobre a organização social.

Circunscrito nesse cenário, este texto objetiva (a) apreender de uma certa literatura de/sobre terceira onda variacionista (ECKERT, 2000; 2012; 2018, dentre outros) uma ressignificada concepção de *avaliação* e de *percepção* e (b) lançar luz, de modo ilustrativo, sobre como a questão da identidade sociolinguística capixaba pode ser reinterpretada, no âmbito dessa nova fase.

Além disso, incorpora-se à reflexão aqui empreendida o aspecto político da questão em tela ou, em outros termos, incorporam-se questões de política linguística, na reflexão sobre sotaque capixaba, tomando como baliza a seguinte premissa:

[...] a política linguística não tem nada a ver com linguística; ela tem tudo a ver, isto sim, com a política, entendida como uma atividade na qual todo cidadão – todos eles, sem exceção – tem o direito e o dever de participar em condições de absoluta igualdade, sem se importar com classe econômica, sexo, orientação sexual, idade, escolaridade, e assim por diante. E não só o direito de expressar suas opiniões livremente, mas também de serem ouvidos e respeitados por elas (por mais ultrapassadas ou ultrajantes que estas pareçam). (RAJAGOPALAN, 2013, p. 22).

Para tanto, organizou-se o presente artigo da seguinte forma: além desta seção, na seguinte explana-se a relação que se estabelece entre percepção, avaliação e identidade nos estudos variacionistas, contrastando primeira e terceira fases do campo; na sequência, tecem-se considerações sobre o sotaque capixaba, tal como ele vem sendo tradicionalmente investigado; depois, apresenta-se a metodologia empregada para levantamento de alguns dados a partir dos quais a questão do sotaque capixaba pode ser relida; posteriormente, explicitam-se os resultados obtidos, seguidos de uma breve discussão; e, por fim, tecem-se algumas considerações finais.

1. A relação entre percepção, avaliação e identidade nos estudos variacionistas de primeira e de terceira ondas⁹

Nesta seção, tomamos como referência Eckert (2018)¹⁰, que tem defendido, em inúmeros trabalhos, a existência de três fases variacionistas, e que, nessa obra, faz constar aquilo que mais diretamente nos interessa neste texto: uma espécie de manifesto da terceira onda variacionista¹¹ (doravante TO), que não consiste em uma teoria, mas em uma “perspectiva teórica que coloca o significado da variação, em todo o seu dinamismo e indeterminação, no centro da análise” (ECKERT, 2018, p. xi).

Por considerações dessa natureza, a terceira fase variacionista parece se organizar em torno de temas de trabalho – daí ser anunciada no plural (*abordagens/estudos de TO*) e poder ser descrita por meio de diferentes práticas de pesquisa¹², num visível movimento de transbordo teórico, embora todas elas indiciem o mesmo conjunto de (novos) pressupostos.¹³

9 Para os fins deste texto, não faremos menção à segunda fase variacionista.

10 Eckert (2018) retoma diversos de seus trabalhos, numa espécie de reapresentação contextualizada de textos clássicos, como o estudo dos *jocks e burnouts* (ECKERT, 2000), com vistas a explanar o desenvolvimento de seu pensamento em direção à terceira fase variacionista, cujo marco, segundo a autora, é a realização de um seminário, no ano acadêmico de 1999-2000, na Universidade de Stanford (EUA), intitulado *Style, Language and Ideology Cooperative/ Collaborative* (SLIC). O evento contou com a presença de sociolinguistas e antropólogos linguistas, todos “ansiosos para se envolverem com a teoria social e com o estilo” (ECKERT, 2018, p. 125). No texto de 2018, Eckert retoma ainda o pensamento desse grupo, também atuante em Eckert e Rickford (2001), o que justifica a retomada de autores dessa última obra, neste texto.

11 O que Eckert considera uma espécie de *manifesto da terceira onda* é um artigo seu, intitulado “Demystifying sexuality and desire”, que, feito em resposta a Don Kulick, está representado na obra de 2018.

12 Por esse motivo, inclusive, registramos a complexidade de se falar em *estudos de TO*, já que diferentes compreensões sobre eles têm emergido nos debates acadêmicos brasileiro, por exemplo. Nossas considerações, portanto, devem ser lidas em relação aos textos referenciados.

13 Cf. Autor para uma explanação sobre alguns desses pressupostos.

Ampliando a visão sobre a TO, vamos refletir sobre como as concepções de percepção e de avaliação podem ser relidas, convocando também uma diferente visão sobre o conceito de identidade. E, a fim de contrastar os estudos de primeira e de terceira fases – porque essa última emerge do diálogo com a primeira, pressupondo-a para redizê-la –, retomemos, primeiramente, a primeira fase, conforme a seguir.

1.1 O campo da microssociolinguística – primeira onda variacionista: delimitações e críticas sobre os tópicos em análise

Em linhas gerais, os estudos de primeira onda objetivam estabelecer amplas correlações entre variáveis linguísticas e macrocategorias sociais abstratas (classe, sexo, idade, etnia etc.), por meio de análises quantitativas de grande volume de dados, coletados, principalmente, em entrevistas sociolinguísticas, no âmbito de uma comunidade de fala, a fim de identificar padrões sociolinguísticos regulares de uso na comunidade (ECKERT, 2012).

Uma comunidade de fala, por sua vez, não é definida

por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas partilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de compartilhamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso. (LABOV, 2008 [1972], p. 150).¹⁴

É neste sentido que a questão da avaliação social sobre fenômenos variáveis é central para o campo variacionista, desde a sua emergência, pois respeita ao nível de consciência social ou à atitude social dos falantes de uma comunidade, em relação aos fenômenos variáveis, considerando que “valores sociais são atribuídos a regras linguísticas somente quando há

14 Cf. Guy (2000, 2001), que amplia a definição de comunidade de fala, elencando alguns outros critérios.

variação” (LABOV, 2008 [1972], p. 290). Assim, para Labov, a despeito da heterogeneidade de produção, é a “homogeneidade na interpretação” (LABOV, 1982, p. 18) das variantes de uma variável que delimita uma comunidade de fala, porque “as atitudes sociais para com a língua são extremamente uniformes dentro de uma comunidade de fala” (LABOV, 2008 [1972], p. 287), embora “os falantes, nem vagamente, [tenham] consciência” (LABOV, 2008 [1972], p. 314) disso.¹⁵

A perspectiva de homogeneidade avaliativa no âmbito de uma comunidade de fala, por sua vez, é sustentada pela hipótese clássica de aquisição, segundo a qual o indivíduo estabiliza o seu padrão de comportamento linguístico, tanto de produção quanto de avaliação, em determinadas fases de seu desenvolvimento e conserva-o pelo resto de sua vida (NARO, 2003). A aquisição de que fala essa hipótese refere-se, especificamente, à aquisição do vernáculo, definido como o “estilo em que se presta o mínimo de atenção à fala” (LABOV, 2008 [1972], p. 103), o estilo prototípico, portanto, de contextos informais de uso da língua. Em síntese, “[a]queles que adquirem o vernáculo da comunidade de fala em seus anos de formação mostram esse acordo geral [avaliativo], mas outros não, mesmo quando eles mostram muito das características de produção da comunidade de fala” (LABOV, 1982, p. 18-19).

Além de a homogeneidade interpretativa, nesse contexto, correlacionar-se com a avaliação social, correlaciona-se também com a variação estilística, já que se concebe que “a maioria dos falantes seguem um padrão regular de alternância estilística na mesma direção” (LABOV, 2008 [1972], p. 138), talvez porque “o correlato da estratificação regular de uma variável sociolinguística no comportamento [seja] a concordância uniforme em reações subjetivas” (LABOV, 2008 [1972], p. 288) – o que culmina em uma “conexão íntima

15 Retome-se que, de acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), costuma haver “disjunção entre produção e percepção” (p. 120).

entre variação estilística e variação social” (LABOV, 2008 [1972], p. 156), nessa fase variacionista, sendo aquela constituída aos moldes dessa última.

É no âmbito desse vasto tema sobre a avaliação social que está a especificação dos conceitos de avaliação e de percepção: enquanto avaliação é considerada uma ação metalinguística mais consciente, percepção é considerada uma ação subjetiva com menor grau de consciência (OUSHIRO, 2014; 2021), o que justifica os estudos variacionistas investirem fortemente no desenvolvimento de procedimentos metodológicos experimentais (técnicas e instrumentos de coleta de dados) para a captação dessas ações sociais encobertas aos próprios falantes.¹⁶

Desse breve panorama, podemos depreender a correlação que se estabelece entre comunidade de fala, avaliação social, grau de consciência e identidade, nessa fase do campo: se as atitudes e os julgamentos linguísticos afetam o processo de constituição identitária (linguística) e se esses são fundados, de modo mais homogêneo (/uniforme), no âmbito de comunidades de fala, então podemos conceber que os sujeitos de uma comunidade de fala são, identitariamente, mais homogêneos e mais estáveis, no que tange a atitudes e julgamentos linguísticos, em grande medida porque sua caracterização, na proposta teórico-metodológica em análise, decorre da localização dos sujeitos em macrocategorias sociais – por isso “[á]nálises de avaliação e de percepção parecem mais adequadas para investigar os tipos de associações que os falantes estabelecem entre variáveis linguísticas e categorias sociais” (OUSHIRO, 2014, p. 32).

Ademais, identidade, nessa perspectiva, é atribuída aos sujeitos pelo analista, conforme resultados de pesquisa: quando, dentre outros aspectos, percepções e avaliações são relativamente homogêneas na amostra

16 Para medir o modo como os falantes julgam variantes linguísticas e a elas associam valores, de modo a hierarquizá-las, há, segundo Freitag e Santos (2016), diferentes técnicas ou protocolos de testagens descritas na literatura laboviana, como *self report test*, *family background test* e *matched guise test* – todos com o objetivo de acessar aspectos inconscientes do uso linguístico.

investigada, trata-se de uma comunidade de fala e de sujeitos identificados como tendo o mesmo traço identitário (capixabas, mineiros, manezinhos, baianos, brasileiros, portugueses etc.), fundado em generalizações (*mulheres capixabas*, por exemplo), que derivam de resultados pelos quais se chega em decorrência do escopo metodológico adotado.

Autor rastreou, dentre outras, as seguintes críticas que essa primeira fase do campo recebe:

- a) Milroy e Milroy (1998) argumentam que, no modelo de estrutura social adotado por Labov, os indivíduos são organizados hierárquica e consensualmente com base na ideia de continuidade (do maior para o menor). Isso faz com que haja, quanto à mudança estilística, por exemplo, uma correspondência entre direção de mudança e um movimento de ascendência na hierarquia social;
- b) Le Page (1998) observa que as identidades que se pode assumir com a prática da linguagem são tão diversas que somos mesmo, linguisticamente, camaleões, a depender do que estamos tentando projetar ou indexar às formas linguísticas;
- c) Eckert (2000), nessa mesma direção, destaca que o uso de determinadas variantes, bem como a avaliação que se faz delas, não se vincula necessariamente a grupos sociais, mas a posturas, a atividades e qualidades que são mobilizadas no interior de práticas específicas, para a construção de identidades enquanto índices de posturas assumidas, a fim de se obter legitimidade nelas;
- d) Eckert e Wenger (2005) ainda destacam que o que conta como legítimo em um grupo particular é constantemente negociado e, por isso, demanda constante participação e realinhamento dos indivíduos.

Dessa maneira, consideramos que compreender que ser representante de um ponto na hierarquia social significa aceitar um tipo específico de uso ou de avaliação e percepção social é operar com uma relação de causa e efeito “que deixa de lado as trocas na experiência, a intersubjetividade e a natureza mútua de construção social” (ECKERT; WENGER, 2005, p. 584).

E podemos acrescentar, ainda, as seguintes críticas de Eckert (2018): para a autora, a variação é, em grande medida, produto da agentividade dos falantes em cada atividade linguística, conceito que não indicia as noções de atenção ou consciência; mas a noção de consciência, contudo, é, segundo Eckert, basilar nos estudos variacionistas clássicos, por conta da concepção de língua assumida: uma concepção que evoca uma orientação inatista, segundo a qual língua é um fenômeno da natureza humana, um produto da mente humana, que envolve forças além de nosso controle consciente – por isso a empreitada laboviana centra-se em padrões automáticos, deixando de lado justamente a intencionalidade da variação (ECKERT, 2018).

A autora, assim, chega a dizer que, até onde ela sabe, “a consciência [nos estudos linguísticos] é uma questão apenas no estudo da variação” (p. 141), o que culminou, nessa fase do campo, com a noção de sujeito e de língua *autênticos*: o sujeito autêntico é aquele local e socialmente orientado (/determinado) inconscientemente, e que produz usos que emergem naturalmente dentro e a partir de uma localização específica. Nas palavras da autora, conforme a seguir, essa perspectiva parece orientar toda a estrutura da pesquisa variacionista de primeira onda.

A noção de falante autêntico é baseada na crença de que alguns falantes foram mais contaminados pelo social do que outros – contaminados no sentido de que vagaram além de seu habitat natural para estarem sujeitos a influências sociais conscientes e, portanto, não naturais. Assim, o aldeão que teve contato com pessoas da cidade, ou o falante da classe trabalhadora que aspira a ser classe média, ou mesmo o falante afro-americano que usa o inglês padrão, são todos vistos como linguisticamente menos naturais do que seus pares que não se desviaram da variedade local. (ECKERT, 2018, p. 137).

Em clara referência ao tipo de sujeito e ao tipo de uso linguístico (o vernáculo) que prioritariamente conta para os estudos variacionistas de primeira onda, a autora questiona, por exemplo, a “linha” que separa um tipo e outro de uso (consciente e inconsciente) e cuja existência é central para a

prática analítica do campo, destacando ainda o fato de que as pesquisas sob as premissas precedentes estão repletas de dados considerados mais conscientes, mas que são deixados de lado, na análise, justamente por deporem contra a ideologia da teoria – de que “o mais interessante na linguagem é o que está além do controle consciente da agentividade dos falantes” (ECKERT, 2018, p. 138). E, nesse mesmo contexto de discussão, a autora ainda reflete sobre quem, afinal, pode definir autenticidade.

Assim, segundo Eckert (2018, p. 139), com uma visão, nessa fase variacionista, de que a língua está

na mente humana, esperando para ser descoberta, os sociolinguistas ostentam a capacidade de chegar a ela, em seu estado natural, na forma do vernáculo [...]. O falante autêntico, o vernáculo, o período crítico [segundo a hipótese clássica de aquisição] [...] são o que sustentam a visão da linguagem como um objeto natural [nos estudos de primeira onda].

Comparando o fazer científico a um zoológico, Eckert (2018) ainda pondera que esses conceitos variacionistas são grandes presenças, como a de elefantes e alces, que ignoramos coletivamente, que estão enterradas inquestionavelmente em nossa prática, mas que precisam ser revistas. E é a partir de críticas dessa natureza que o campo parece convocar também uma outra orientação de pesquisa.

Para bem longe da concepção de sujeito sociológico que, tendo emergido no final do século XIX, aponta para um sujeito que é reflexo do meio social ou, nas palavras de Hall (2015, p. 11), aponta para um sujeito que faz ver um cenário epistemológico em que a noção de “identidade costura o sujeito à estrutura [e] estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam”, a epistemologia da TO parece apontar para um sujeito que, em conformidade com uma outra perspectiva sociológica – qual seja, aquela que, agenciada de autores como Giddens (2002), Bauman (2005) e Hall (2015), dentre outros, evoca concepções pós-modernas –, é movente, dado o colapso de identidades muito ligadas ao local (geográfico, físico).

Tudo isso parece conduzir o campo variacionista à perspectiva de estilos e identidades múltiplos (no mesmo sujeito), conforme o estilo de vida, definido “como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque forma material a uma narrativa particular de autoidentidade” (GIDDENS, 2002, p.79).

Essa noção (implícita), na TO, de autoidentidade, ou seja, de que os sujeitos têm condições de, eles mesmos, construir narrativas sobre si, considerando o modo como (se) significam, é o que parece, dentre outros aspectos, aproximar a fase variacionista em tela da premissa política adotada neste texto – de que todo cidadão tem o direito de expressar suas opiniões e também de ser ouvido e respeitado sobre elas – e também sustentar a leitura de que estamos diante de uma outra epistemologia ou diante de uma extrapolação de limites do que, até então, concebíamos como típicos dos estudos variacionistas.

1.2 O campo da macrosociolinguística - to: delimitações e perspectiva sobre os tópicos em análise

Em linhas gerais, se a ênfase dos estudos variacionistas de primeira onda estava em macrocategorias, se equiparava identidade com afiliação a elas e se tomava a correlação entre variáveis e macrocategorias como uma caracterização suficiente para compreensão do significado social da variável, agora, os estudos de TO, com enfoque linguístico-antropológico (CAMACHO; SALOMÃO-CONCHALO, 2016) e abdicando da noção de consciência/inconsciência, objetivam compreender “a relação entre o uso linguístico e os tipos de estratégias sociais que levam à inscrição de novas categorias e significados sociais” (ECKERT, 2012, p. 282) em cada ato interacional, onde identidades, tomadas como posturas localmente constituídas, são projetadas.

Esse tipo de pesquisa tende a se fazer – embora seja difícil generalizar – por meio de análises prioritariamente qualitativas¹⁷, não reivindicando grande volume de dados e nem estabelecendo um *lôcus* de pesquisa prioritário (como comunidade de fala), pois qualquer instância que pressuponha a prática linguística pode ser objeto de investigação; além disso, o tipo de dado investigado, abandonando-se a crença no vernáculo, deixa de ser especificado, passando a importar todos os usos (públicos ou privados; institucionais ou mundanos; orais ou escritos).

Essas mudanças ocorrem basicamente porque, da primeira para a TO variacionista, parece alterar-se a ótica investigativa: de *linguística* (com foco na descrição de fenômenos linguísticos, para produção de conhecimento sobre a língua enquanto entidade sistêmica e abstrata, com previsão de correlação, em alguns pontos, entre estrutura linguística e estrutura social), para *social* (com foco na explicação de usos linguísticos situados, para produção de conhecimento sobre a prática social, uma vez que os usos da língua, tomada como sistema sócio-semiótico, são também uma prática social) (AUTOR) – conforme se explana a seguir, a fim de apontar para o quadro de referência no âmbito do qual os conceitos de avaliação, percepção e identidade podem ser relidos.

Tendo como objeto de reflexão a prática linguística, tomando-a como uma prática estilística (daí a TO ser considerada a perspectiva estilística dos estudos variacionistas), os estudos de TO “geralmente começam com estilos”¹⁸,

17 Análises quantitativas não são descartadas, nessa fase – cf., por exemplo, a argumentação de Tamminga (2021), na obra *Social Meaning and Linguistic Variation: Theorizing the Third Wave*, organizada por Hall-Lew, Moore e Podesva (2021). O que estamos argumentando, na esteira de Drager *et al.* (2021), na mesma obra, é que o tipo de análise solicitada pelos estudos de TO pode, por vezes, prescindir de análises quantitativas, uma vez que os pressupostos e os objetivos de pesquisa são diferentes.

18 “Estilo”, nos textos de/sobre TO, embora seja um termo utilizado por vários estudiosos para se referir a uma ampla gama de coisas, desde a obra de Eckert e Rickford (2001) até a mais recente obra de Hall-Lew, Moore e Podesva (2021), sempre evoca Irvine (2001), que vê a distinção como sua característica definidora. Seguimos, portanto, essa mesma concepção.

buscando descobrir o que os torna distintos, em uma tentativa de detalhar os tipos de recursos e significados que dão à língua a sua vida social” (ECKERT, 2012, p. 284). Admitindo, então, que toda prática linguística é uma prática estilística, e entendendo “por prática estilística[...] tanto a interpretação quanto a produção de estilos, pois as duas ocorrem de forma constante e interativa” (ECKERT, 2018, p. 147), considera-se que o estilo é um fenômeno distintivo, o que significa dizer que o estilo linguístico, conectado a um estilo de vida, só pode ser caracterizado dentro de um quadro social em que diferentes estilos estão em relação.

Assim, assume-se que um estilo contrasta com outros, e que o significado social de um estilo contrasta com o significado social de outros (IRVINE, 2001), estando o movimento contrastivo ligado à orientação ideológica do estilizador, uma vez que *o estilo* “tem origem no conteúdo” (ECKERT, 2008, p. 456), ou seja, na própria compreensão que se tem do mundo, destacando-se, então, que “diferentes maneiras de dizer são entendidas como sinais de diferentes modos de ser” (ECKERT, 2008, p. 456). Essa visão conduz, por exemplo, à perspectiva de indivisibilidade entre forma (linguística) e conteúdo (da vida) (ECKERT, 2018), já que o trabalho social (tal como os atos de linguagem) é eminentemente sobre o conteúdo da vida das pessoas.

Por essa razão, nas palavras de Eckert (2008), a “[i]deologia é o centro da prática estilística [e] cada movimento estilístico é o resultado de uma interpretação do mundo social e dos significados dos elementos dentro dele, assim como um posicionamento do estilizador em relação a esse mundo” (ECKERT, 2008, p. 456).

Nesse sentido, sendo o estilo linguístico a manifestação de um modo de ser, de um ponto de vista constituído em relação a outros pontos de vista, ou a manifestação de uma *persona*¹⁹ no interior de práticas específicas, o cenário

19 Segundo Eckert (2018), o conceito de *persona* foi introduzido nos estudos variacionistas por Coupland, e representou uma base sólida para o estudo do significado da variação – basicamente porque conecta os caros conceitos de prática estilística e de agentividade.

para o estudo da variação (estilística) passa a ser o quadro sociocultural de uma sociedade que, constituída ideologicamente, organiza a prática sociolinguística a partir de um sistema de diferenciação em que discursos (/pontos de vistas) estão em relação (IRVINE, 2001; COUPLAND, 2007). Como as variáveis linguísticas, nesse contexto, ocorrem como componentes de estilos, a interpretação delas requer análise do estilo (ECKERT, 2018), o que justifica a afirmação de Tagliamonte (2012) de que os estudos de TO não veem variáveis, mas estilos.

Nesse cenário, a constante negociação de significado no mundo é que exige do falante engajamento, o que sugere “constante processo de construção identitária” (ECKERT, 2000, p. 41), tomando identidade, agora, como “uma perspectiva pessoal sobre o resto mundo, uma compreensão pessoal de seu valor para os outros” (ECKERT, 2000, p. 41), a ponto de se falar em “atos de identidade” (ECKERT, 2018, p. 153) – atos menores, que envolvem percepções que costumam ficar “abaixo do radar de grandes pesquisas sociolinguísticas” (ECKERT, 2018, p. 153).

Uma importante consideração, neste ponto, é que os estudos de TO não parecem fazer distinção entre variação social e estilística, em consequência da não dicotomização entre indivíduo e sociedade, tendo em vista que o foco em atos de identidade não significa “que esses atos sejam independentes da ordem social mais ampla; ao contrário, estão sistematicamente relacionados às categorias macrossociológicas e embutidos nas práticas que os produzem e reproduzem” (ECKERT, 2018, p. 153), pela linguagem, pois essa é que conecta indivíduos e categorias macrossociológicas, facultando aos sujeitos a movimentação estilística, à medida em que constroem suas *personas*.

É nesse sentido que vemos, da primeira para a TO, uma importante mudança na categoria de identidade: de uma categoria empírica dada (aprioristicamente) para uma categoria semiótica, que toma a linguagem como responsável por produzir a conexão fluida entre *personas* e categorias identitárias, entre o aspecto social (e reiterável) e o aspecto individual (e evêntico), constitutivos dos sujeitos.

Se a noção de estilo traz à tona a perspectiva de um sujeito agentivo (estilizador), que precisa assumir posturas (ideológicas) – embora esse conceito não se relacione com o de consciência, mas com o de intencionalidade, que pode ser, inclusive, automática (ECKERT, 2018) –, a noção de *prática*, afasta os estudos de TO do interesse em compreender o sistema linguístico (abstrato) de uma comunidade, conduzindo ao interesse em compreender os efeitos dos usos performáticos da língua, na vida social.

Resumindo, pode-se dizer que a variação (estilística) passa a ser vista como recurso para um contínuo processo de construção e projeção de identidades sociais/individuais, de *personas* sociais, o que demanda uma concepção agentiva de falante e a noção de que *todo uso linguístico é performático* (ECKERT, 2001; 2008). Sendo assim, identidade é tomada em termos não de categoria fixa, mas de movimentos/atos identitários; e estilo, em termos de *processo de estilização* (COUPLAND, 2007) ou movimentos estilísticos (ECKERT, 2000).

Correlacionando esses aspectos com a questão da avaliação, depreende-se dos estudos de/sobre a TO a perspectiva de que se cada ato de fala envolve necessariamente a compreensão do falante acerca do mundo e das práticas sociais, a depender de sua posição e de seus interesses, diferenças quanto ao próprio acesso a e/ou participação em determinadas práticas sociais – inclusive linguísticas – podem resultar em diferentes compreensões acerca do mundo; e como incorporada à compreensão do falante, acerca do mundo em geral, está a avaliação que ele faz do sistema social, todo ato de fala é ideologicamente mediado, o que significa dizer que todo uso linguístico se funda na avaliação social (e não apenas os recursos variáveis) e, por isso, consiste num “trabalho de representação” (IRVINE, 2001, p. 24), que opera em termos de projeção de imagens e de vozes sociais.

Como resultado, a separação entre avaliação (ação social mais consciente) e percepção (ação social menos inconsciente), típica dos estudos de primeira onda, aqui, parece desaparecer, não apenas pelo afastamento da concepção de usos conscientes/inconscientes, mas também pela adoção

da perspectiva (epistemológica) de que toda percepção, toda visão, toda compreensão e representação linguística é fundada em uma base avaliativa, em uma base ideológica – daí podermos falar em *percepção/avaliação*²⁰, conforme compreensão ressignificada da questão.

Em decorrência disso, embora as diferentes técnicas e protocolos de testagem de como os falantes julgam variantes linguísticas e a elas associam valores não precisem, necessariamente, sair de cena, análises qualitativas, de base interpretativista, passam a também compor a investigação (e em posição de destaque²¹), assumindo que as valorações associadas aos recursos linguísticos precisam ser perscrutadas, a fim de se explorar os regimes de concepções, de significados que os constituem – daí esse tipo de análise focalizar princípios e processos subjacentes às práticas socioculturais, em busca de explicações sobre a configuração da paisagem social. Nessa ótica, a percepção de recursos linguísticos depende da trama de sentidos cultivados pelos sujeitos em suas vidas, âmbito em que as relações e as identidades são evocadas e (re)configuradas.

Em vista disso está a assunção de que os regimes de concepções e de representações, ainda que compartilhados, não são partilhados integralmente e, por isso, eles são sempre parciais, afastando a noção de homogeneidade (de avaliação, de usos linguísticos, de estilo, de identidade etc.) até mesmo no interior de um pequeno grupo social (IRVINE, 2001).

Com isso, se, na perspectiva laboviana, desde que os sujeitos avaliem de modo mais homogêneo os recursos linguísticos, terão, para o analista, uma identidade comum – uma identidade capixaba, por exemplo –, nos estudos de TO, tal como estamos lendo, *os sujeitos precisam se sentir* compartilhando valores e identidades, dizendo isso eles mesmos, tendo em vista que a percepção do que é ser capixaba, em termos linguísticos, por exemplo,

20 A partir deste ponto, utilizamos apenas o termo *percepção*, estando nele implicado o aspecto avaliativo/valorativo.

21 O estudo de Drager et al (2021) é exemplar, nesse sentido.

associa-se a um sentido de pertencimento/não pertencimento local (que nasce de uma ampla gama de outros sentidos orientadores da vida dos sujeitos); refere-se, portanto, a um significado que precisa ser dado pelos cidadãos, e não pelo analista (ainda que, tecnicamente, os analistas comprovem especificidades)²². Em outras palavras, destacamos que, pelas reflexões da TO, emerge a questão sobre se cabe ao analista dar a resposta sobre a identidade (*sobre a autenticidade*) dos sujeitos, independentemente do que eles pensam – implícita ou explicitamente.

É nesse sentido que o estudo de fenômenos linguísticos, de um ponto de vista variacionista, passa a reivindicar, em primeiro plano, a questão da ideologia também na constituição teórica do modelo, admitindo que a “denotação de uma palavra pode absorver conotações através da associação com aspectos do contexto em que é usada e, certamente, de posturas” (ECKERT, 2018, p. 155); ou, em outras palavras, admite-se que “os falantes exploram a variabilidade linguística de forma sistemática para adicionar uma camada de significado social ao significado denotacional” (ECKERT, 2012, p. 269) – um indício de que o parâmetro dessa fase não pode mais estar no valor de verdade das formas linguísticas em análise.

No âmbito dessa perspectiva, então, está:

a) a concepção de língua como prática social (ECKERT, 2008), e o foco de investigação passa a ser o significado social da prática, o que desloca o foco de padrões sociais globais de uso da língua para a relação que o falante faz entre aspectos sociais e interacionais, com interesse especial no significado interacional da variação (SCHILLING, 2013);

22 Destaque-se que não estamos, com essa argumentação, negando a existência de marcas linguísticas próprias em terras capixabas, mas problematizando a questão do que essas marcas significam para os cidadãos, conforme eles mesmos, já que estamos agenciando uma fase variacionista cujo centro é o significado social das práticas culturais (para os sujeitos).

b) a visão de que identidade é uma perspectiva pessoal, assumida em cada prática linguística, e uma categoria, portanto, muito mais do discurso (*persona*) do que do mundo empírico²³, de modo que “o estudo do significado da variação sociolinguística é o estudo da relação entre variação e identidade [discursiva]” (ECKERT, 2000, p. 42);

c) a perspectiva de que a “[...] variação constitui um sistema social semiótico capaz de expressar toda a gama de preocupações sociais de uma comunidade” (ECKERT, 2012, p. 279), e, como essas preocupações estão sempre em mudança, a propriedade central das variáveis é a mutabilidade indexal, por conta da prática estilística. (ECKERT, 2012).

Por *mutabilidade indexal*, Eckert está fazendo referência ao conceito de ordem indexal, de Silverstein (2003), conceito que, ao fornecer uma base para explicar a relação entre fatos macrossociológicos e prática linguística, funciona como uma explicação teórica do papel da interpretação do contexto, no processo de atribuição contínua de significado social aos recursos linguísticos, pelo seguinte: a participação no discurso envolve uma interpretação contínua das formas no contexto, de modo que a atribuição de valores indiciais às formas linguísticas é momentânea, estando sempre disponível para reinterpretção.

Segundo Eckert (2018), a diferenciação étnica pela linguagem, por exemplo, é particularmente interessante para ver a indexicalidade, para ver

23 Valendo-nos de explicações sobre a relação entre o mundo da vida e o mundo da linguagem, do campo dialógico dos estudos da linguagem (BAKHTIN, 2014 [1936-1937]), poderíamos deste modo pensar a relação entre sujeito empírico (mundo da vida) e sujeito de discurso (mundo da linguagem), nos estudos variacionistas: por um lado, o mundo real (representante) e o mundo da linguagem (representado) não se reduzem a uma e mesma coisa, pois há uma fronteira rigorosa entre um mundo e outro, dado que o que a linguagem faz é pintar o mundo a partir de um ponto de vista; por outro lado, a fronteira rigorosa que separa esses dois mundos não é intransponível, porque o mundo da linguagem se origina do mundo da vida, de modo que esses dois mundos, embora não se confundam, estão indissolúvelmente ligados.

o desenvolvimento de múltiplas ordens de indexicalidade em ação, porque um mesmo recurso pode assumir significados sociais diferentes, conforme as ideologias associadas a cada grupo. Conforme a autora, em uma pequena comunidade agrícola de ascendência alemã, por exemplo, uma variável pode indexar o valor de trabalho árduo (MARY ROSE, 2006); mas, em outra comunidade (comunidade chicana²⁴ no norte da Califórnia), essa mesma variável pode estar relacionada à filiação a gangues (MENDONZA-DENTON, 2008), e assim por diante. Para a autora, o importante é notar que a simples associação entre uma variável e uma categoria de falantes é uma indexicalidade de *primeira ordem*; mas, logo que tal associação se materializa na prática, o traço linguístico fica disponível para associações com estereótipos da categoria, para sinalizar algo associado à categoria, configurando uma indexicalidade de *segunda ordem*, num movimento contínuo de associações, de maneira que uma variável pode se associar a muitos significados.

E,

[c]omo a mesma variável será usada para fazer movimentos ideológicos por pessoas diferentes, em situações diferentes e com propósitos diferentes, seu significado na prática não será uniforme em toda a população. [...] A variabilidade entre comunidades [portanto] não se limita à forma linguística, mas está presente na compreensão do que essa forma significa e, em última análise, nas ideologias que fundamentam o uso da linguagem (ECKERT, 2018, p. 158).

Entender o significado da variação implica, pois, analisar o campo ideológico em que um valor indexical emerge, considerando ainda que a contínua reconstrução do valor indexical de uma variável cria um campo indexical, ou seja, uma constelação de significados que estão ideologicamente

24 Conforme nota dos tradutores de Eckert (2012), “*chicano* é um termo utilizado para se referir à população estadunidense com ascendência mexicana, também conhecida como Mexican American, e carrega uma identidade política de valorização da cultura e da etnia de origem” (p. 286).

ligados, embora uma variável possa ter um campo indexical bastante vasto. (ECKERT, 2018). Ainda assim,

[q]uais dos significados do campo indexical o ouvinte associará a uma determinada ocorrência dependerá tanto da perspectiva do ouvinte quanto do estilo em que está inserida— o que inclui não apenas o conjunto das formas linguísticas do enunciado, mas também o conteúdo do enunciado. (ECKERT, 2018, p. 157).

Em linhas gerais, é por isso que os significados das variáveis, nessa perspectiva, precisam ser lidos de modo situado e em correlação com o todo (semiótico) em que aparecem.²⁵

Por todos esses aspectos, vemos que, “[n]o movimento da primeira para a TO dos estudos variacionistas, a visão completa da relação entre língua e sociedade foi invertida” (ECKERT, 2012, p. 286), por isso (talvez na mesma direção da argumentação de Fishman de que a sociedade tem *status* conceitualmente superior à linguagem), o reconhecimento de que, agora, “nós precisamos teorizar a organização social das práticas linguísticas (ZHANG, 2005, p. 459), postura que parece posicionar a nova abordagem no polo da macrossociolinguística ou na sociolinguística da sociedade.

Como essas questões podem impactar a leitura sobre o sotaque capixaba, em referência a uma identidade linguística capixaba, é o que se apresenta a seguir.

2. O sotaque capixaba sob a perspectiva clássica

A despeito das diferentes perspectivas epistemológicas que parecem coexistir nos estudos variacionistas já desde os anos 2000, no Brasil as pesquisas seguem, mais robustamente, a perspectiva clássica. Por esse motivo,

25 Por esse motivo temos argumentado que o âmbito no qual o estudo da variação estilística deve ocorrer, conforme considerações dos estudos de TO, é o âmbito dos gêneros do discurso, enunciados relativamente estabilizados pela prática social. Cf. Autor, a sair.

essa é a base que orienta mais de perto estudos sobre os diferentes dialetos nacionais, na esteira do que se encontram, em contexto espírito-santense, os estudos sobre o dialeto capixaba.

Esses estudos, na tentativa de descrever “a identidade linguística do capixaba” (YACOVENCO *et al.*, 2012, p. 772), têm em comum o fato de utilizarem, primordialmente, dados de grandes Bancos²⁶, constituídos sob os moldes labovianos – embora esses Bancos, nos últimos anos, venham se complexificando: são dados que, coletados por meio de entrevistas sociolinguísticas, teoricamente, representam o vernáculo de uma comunidade de fala, considerando, quase sempre, indivíduos que tenham nascido na comunidade e que sejam de diferentes faixas etárias, sexos, escolaridades, classes sociais e localização geográfica, no território em análise.

A questão é que todos os Bancos que assim se constituem – e todos os estudos que por eles e por suas premissas se orientam – indiciam os elefantes e os alces de que fala Eckert (2018): a noção de sujeito autêntico (aquele que nasceu na comunidade de fala e nela permaneceu até a estabilização da gramática, segundo a hipótese clássica), a noção de uso linguístico autêntico (o vernáculo), culminando na noção de identidade autêntica (“o capixaba”), de modo que “reflete[m] uma visão da linguagem como uma entidade fixa, em vez de fluida, e da identidade como compartimentada, permitindo pensar em um [dialeto] como um sistema discreto” (ECKERT, 2018, p. 167). Nesse sentido, esses estudos focalizam os limites (do que é ser capixaba, em termos de *uma* identidade linguística local), “e não o que as pessoas fazem com os

26 No Espírito Santo, destaca-se o Banco de dados intitulado “Português Falado na Cidade de Vitória – PortVix”, idealizado e coordenado pela professora Lilian Coutinho Yacovenco, desde os anos 2000, e, atualmente, também sob a coordenação das professoras Maria Marta Pereira Scherre e Leila Maria Tesch. Como não é nosso objetivo (a) falar sobre o referido Banco, nem mesmo (b) explanar estudos específicos sobre o sotaque capixaba, mas considerar o tipo de epistemologia que os orienta, não nos deteremos na exposição desses dois tópicos.

limites” (ECKERT, 2018, p. 127), em sinal de mascaramento da complexidade das práticas sociais.²⁷

Argumentamos que, ao contrário disso, a vitalidade do que é ser capixaba está na complexidade da paisagem social, que liga as pessoas umas às outras e ao resto do mundo *de diferentes modos*, suscitando diferentes *efeitos* do que é ser “capixaba”, “não capixaba”, “talvez capixaba”, “alinhado à capixabas» etc., e tudo isso ainda em correlação com diferentes *efeitos* do que é “ser do interior”, “ser da capital”, “ser migrante”, “ser politizado”, “ser clássico”, “ser hippie”, etc.²⁸. Em síntese, argumentamos que as pessoas têm, de si e dos outros, orientações bastante diferentes, de modo que mais coerente seria falar em *identidades locais* (no plural), considerando que “reivindicações de identidade local são sobre o que significa ser ‘daqui’ em oposição a algum ‘lá’ identificado” (ECKERT, 2018, p. 153).

Nesse contexto de discussão, a fim de captar percepções (valoradas) de diferentes sujeitos sobre a questão do sotaque capixaba, considerando como se significam (se se mimetizam ou se se diferenciam de algum “lá” pressuposto), levantamos alguns dados, conforme a seguir.

27 Veja-se, por exemplo, que Eckert (2018, p. 168) chega a denunciar que “[n]o discurso dominante da dialetologia americana, a variedade anglo branca é considerada um dialeto regional, enquanto as variedades afro-americanas e latinas são consideradas dialetos étnicos”. Apropriando-nos desse mesmo raciocínio delator, poderíamos pensar que o que tem sido alçado, por generalização, à categoria de dialeto ou sotaque capixaba, de algum modo, está excluindo “dialeto étnico” presentes no território espírito-santense, como as variedades indígenas, italianas, alemãs (etc.) e as que, fazendo fronteira com outros estados, como Bahia e Minas, em particular, são percebidas como híbridas. Seguramente os usos linguísticos desses falantes não são considerados para a formalização do que tem sido denominado “sotaque capixaba”.

28 Aqui, tomamos emprestadas as ideias de Eckert (2018) sobre identidade e sexualidade, para pensar a relação entre identidade e localidade.

3. Metodologia

A fim de reler a questão do sotaque capixaba, esta pesquisa qualitativa, de base interpretativista, levantou alguns dados por meio de pesquisa de opinião pública, para investigar a percepção de alguns sujeitos sobre a matéria. Não necessariamente os participantes da pesquisa tiveram que ser capixabas, pois o que está em questão é a *persona*, a identidade discursiva dos sujeitos.

Para a geração dos dados, foi criada uma enquete digital na plataforma *Google Forms*, com 5 perguntas objetivas (de respostas obrigatórias) e 1 pergunta discursiva (de resposta facultativa). A enquete foi compartilhada em diferentes redes sociais (*Instagram* e *WhatsApp*), durante um mês (de novembro/2021 a dezembro/2021), período constituído em razão do prazo para o desenvolvimento da pesquisa.²⁹

As questões buscavam apurar a percepção dos sujeitos sobre o tópico em tela e, para tal, a primeira pergunta foi sobre se o participante era ou não capixaba³⁰ (*Você é capixaba?* - com duas possibilidades de resposta: sim ou não), pois, embora essa questão não seja, aqui, relevante do ponto de vista tradicionalmente assumido por trabalhos variacionistas clássicos, tem a vantagem de fornecer uma perspectiva sobre a matéria entre esses dois grupos.

A segunda questão objetivou identificar geograficamente os participantes da pesquisa, a fim de analisar se esse critério pode estar relacionado com possíveis diferenças quanto à percepção dos sujeitos sobre o ponto: (*Você viveu a maior parte do tempo no interior do Estado ou na Grande Vitória*³¹? – com três possibilidades de resposta, uma vez que não

29 Esses dados foram gerados durante a realização de Trabalho de Conclusão de Curso da segunda autora, sob a orientação da primeira autora.

30 Embora essa pergunta também possa ser problematizada (afinal, o que ser capixaba? Ter nascido, estar morando há muito tempo, ter sido acolhido etc.), por questão de espaço, não refletiremos sobre ela.

31 A Grande Vitória é composta pelos seguintes municípios: Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

capixabas também poderiam participar da pesquisa: interior, grande Vitória ou outra localidade).

A terceira pergunta, o foco da enquete, foi especificamente sobre a percepção dos participantes sobre sotaque capixaba (*Você considera que capixaba tem sotaque?* – com duas possibilidades de resposta: sim ou não). A quarta pergunta foi aberta, de resposta facultativa, e consistiu em um espaço livre para que os participantes justificassem a resposta anterior (*Por que você pensa isso?*).

As duas últimas perguntas, conforme a seguir, são para controle do tipo de conhecimento (especializado ou não) que os participantes podem ter sobre questões linguísticas, considerando que isso pode justificar as respostas anteriores, e investigavam (a) se o participante tinha formação na área de Letras (*Você fez ou faz curso de Letras?* – com duas possibilidades de resposta: sim ou não) – e (b) se já participou de alguma pesquisa sobre sotaque capixaba (*Você já teve contato com alguma pesquisa sobre sotaque capixaba?* – com duas possibilidades de resposta: sim ou não), uma vez que informações técnicas sobre a questão poderiam já ser do conhecimento dos participantes.

Os resultados obtidos a partir desse instrumento são apresentados e discutidos a seguir.

4. Resultados e discussão

Com a investigação anteriormente descrita, foram obtidas 300 respostas. Curiosamente, exatamente 50% dos participantes responderam, em relação à questão central da pesquisa, que capixaba tem sotaque; e exatamente 50% responderam que capixaba não tem sotaque.

A partir desse resultado é possível destacar que existem, pelo menos, duas robustas (e contraditórias) percepções acerca do assunto, em terras capixabas. Para além do olhar do analista, verifica-se um cenário de discursos contraditórios sobre o tema, tal como esperado, o que parece indiciar diferentes movimentos identitários e diferentes orientações ideológicas sobre a matéria

“ser capixaba”. A fim de compreender de modo mais acurado essas posturas, apresentamos, a seguir, os resultados das outras perguntas.³²

Com os resultados da segunda pergunta, que objetivava identificar geograficamente os participantes da pesquisa, verifica-se que a maior parte deles (65%) se autodeclara capixaba³³, tendo vivido grande parte do tempo na Grande Vitória³⁴. Comparando esse resultado com o resultado mais geral da pesquisa (questão anterior), verifica-se que a percepção controversa (sobre se capixaba tem sotaque) não é motivada por uma oposição entre ser ou não ser capixaba, em termos geográficos, uma vez que, no interior de cada um desses grupos, a percepção é variável. Assim, considerando especificamente cada grupo, a controversa se mantém, embora a maioria dos não capixabas entrevistados (67%) perceba sotaque capixaba; e a maioria dos capixabas entrevistados não perceba um sotaque próprio (52%).

Um dado importante é que essa tendência, quanto à percepção sobre sotaque capixaba, entre os capixabas, altera-se, ligeiramente, entre participantes do interior (quando comparados aos da Grande Vitória), pois, em maior percentual (51%), percebem sotaque, o que talvez aponte para uma percepção mediada por discursos mais localistas, nesse contexto geográfico e cultural³⁵, levando os sujeitos a se apropriarem de discursos e/

32 Neste texto, por questão de espaço, não faremos menção às respostas discursivas.

33 Como parte de levantamento de dados para outra pesquisa em andamento, temos identificado, em nosso próprio círculo de conhecidos, sujeitos que não nasceram em terras capixabas, mas se declaram capixabas, mesmo tendo migrado para o território depois dos 15 anos, por exemplo; e sujeitos que nasceram em terras capixabas, mas não se reconhecem como capixabas. O modo como os sujeitos se autodeclaram passou a ser, portanto, objeto de nossa atenção, a fim de compreender quais elementos orientam a percepção identitária dos cidadãos, no que tange a esse traço.

34 26% dos sujeitos declararam ter vivido no interior e 9% em outras localidades, fora do território capixaba.

35 Estamos considerando que, mais importante que a questão geográfica, também implicada na relação capital/interior, estão questões de ordem cultural, no que tange aos modos de organização da vida social nesses dois contextos.

ou a se reconhecerem como tendo uma identidade mais estabilizada – *uma identidade capixaba*.

Além disso, em relação às perguntas sobre o contato dos participantes com pesquisas anteriores sobre sotaque capixaba, a fim de investigar se o contato prévio com pesquisadores (ou seja, com a voz da ciência) poderia impactar a percepção dos sujeitos sobre a matéria, 91% declararam que não tiveram contato prévio com pesquisas sobre sotaque capixaba, o que talvez seja um indicativo da pouca consideração, nas reflexões especializadas locais (acadêmicas, jornalísticas etc.), para a voz da população, uma vez que esse tema é recorrentemente debatido publicamente. Conforme a ancoragem política desta pesquisa (RAJAGOPALAN, 2013), contudo, a voz do cidadão comum, nesse debate, importa – e importa tanto quanto a voz do especialista. A inserção da percepção desses sujeitos no debate coletivo, inclusive, poderia redimensionar as informações veiculadas sobre a matéria. Dentre os 9% de sujeitos que tiveram contato prévio com esse tipo de pesquisa, a maioria (67%) ainda não percebe sotaque entre os capixabas.

É nessa linha, portanto, que investigamos também como o curso de Letras pode influenciar a percepção dos participantes, dado que as informações veiculadas nesse contexto passam a constituir a própria identidade dos sujeitos, impactando diretamente o modo como percebem a realidade, em geral, e essa matéria, em particular. Assim, obtivemos a informação de que 11% dos participantes fizeram ou faziam o curso de Letras. Dentre esses, a maioria (74%) considera que capixaba tem sotaque; ademais, considerando o percentual de alunos de Letras que tiveram contato com pesquisas sobre sotaque capixaba, 82% também consideram que capixaba tem sotaque, enquanto, dentre os que não tiveram contato com esse tipo de pesquisa, o percentual para essa mesma percepção cai um pouco (65%), embora a perspectiva se mantenha.

Esses dados nos levaram a concluir que o curso de Letras (enquanto campo de formação educacional) afeta sim a percepção dos sujeitos, dado que foi sob esse escopo que a maior diferença entre as percepções sobre a

matéria apareceu – um indicativo de que, mais do que a localidade geográfica, é a formação cultural dos sujeitos que funciona como elemento regente da percepção social e identitária – embora diferenças em um mesmo grupo cultural ainda sejam esperadas/mantidas.

Reiterando nossa argumentação, com esses últimos dados verificamos que a percepção do especialista, importante e necessária para o debate em tela, configura-se de modo específico, conforme saber especializado e identificado com uma certa matriz epistemológica (embora outra pudesse ser acionada, uma vez que a própria ciência é plural), mas não pode ser a única a ser considerada em assunto de interesse público.

Embora esses dados sejam muito triviais, uma vez que não subsidiam análises mais robustas acerca de questões identitárias, deixa ver diferentes modos de percepção sobre sotaque capixaba, fazendo emergir diferentes discursos sobre o que é ser capixaba, um indicativo de que, pelos mesmos recursos linguísticos, os sujeitos, considerando o potencial semiótico deles, atribuem diferentes significados a si e aos outros.

Desses poucos dados, aliados à discussão epistemológica anterior, podemos sinalizar para a seguinte agenda de trabalho, apenas considerando a questão das *identidades linguísticas capixabas*:

- Se, até aqui, a percepção da população sobre sua própria identidade linguística não tem sido considerada, sob a ótica da TO, tal como a caracterizamos neste texto, isso parece ser o ponto de partida da investigação, uma vez que essa percepção decorre de *significados sociais* latentes, em busca do que devemos ir, para compreensão da vida social dessa comunidade, pois disso (desse conteúdo) derivam todos os produtos sociais (dentre os quais, os usos linguísticos e seus significados). Desse modo:
- Considerando que recursos linguísticos variáveis diversos estejam disponíveis e sejam reconhecidos por todos os sujeitos dessa comunidade, por que um mesmo grupo percebe as mesmas variáveis linguísticas (que podem indiciar o que é “ser capixaba”) sob diferente ótica?

- O quê dos usos linguísticos (em geral) é mais saliente aos sujeitos, a fim de que percebam ou não uma identidade linguística capixaba?
- O que significa ter ou não sotaque para esses sujeitos? É possível se perceber como não tendo sotaque e ainda assim se considerar capixaba?
- Estaria esse tipo de percepção associada a diferentes campos indexicais, a depender do estilo de vida dos sujeitos?
- E como diferentes estilos de vida podem impactar os significados sociais das variáveis linguísticas, considerando a premissa eckertiana de que diferenças em repertórios interpretativos desempenham um papel importante na mutabilidade do valor indexical das variáveis?
- Se, até aqui, a identidade linguística capixaba tem sido estudada em termos de variáveis (/traços) isolados, que, depois, se somam, como indicativos de uma certa *capixabanidade*, como esses significados identitários (ter ou não sotaque) podem ser examinados a partir da combinação de múltiplos traços linguísticos (não apenas de fenômenos variáveis) que coocorrem em usos particulares?
- Estariam as diferentes percepções sobre sotaque capixaba (ter ou não ter) relacionadas a indexicalidades de primeira e de segunda ordens, por exemplo, sendo, portanto, essas diferenças decorrentes do tipo de associação feita – (a) entre traços linguísticos e categoria de falantes ou (b) entre traços linguísticos e estereótipos associados a categorias de falantes?
- Os significados sociais que se relacionam a ter ou não ter sotaque capixaba estão direta ou apenas indiretamente relacionados a determinadas variáveis linguísticas?

Além disso, aprofundando o debate, com vistas à formulações teórico-metodológicas, caberia investigar: quais histórias socioculturais promovem diferentes percepções; como os sujeitos, em suas práticas cotidianas, se alinham a determinadas percepções e as reforçam ou as ressignificam no interior de práticas específicas; como podemos constituir um campo indexal de sentidos para as perspectivas identitárias, a exemplo do que podemos fazer com variáveis sociolinguísticas; como incorporar, teoricamente,

pluridiscursividade, na análise variacionista, no sentido de fazer valer a perspectiva de que os sujeitos têm direito à construção de autonarrativas, mesmo que essas divirjam da perspectiva do analista; e, mais importante ainda, quem pode dizer a um povo o que ele é, em termos identitários, considerando a epistemologia de teorias pós-modernas.

Para além de um objeto de estudo (o sotaque capixaba), nossa argumentação é a de que estamos tratando de uma nova epistemologia, principalmente porque todas essas considerações indiciam uma nova forma de se fazer pesquisa – uma

que envolv[e] crucialmente um processo de renarração da vida social, diretamente vinculado à necessidade de compreendê-la. A questão crucial parece radicar na reinvenção de formas de produzir conhecimento, tendo em vista ser a pesquisa um modo mesmo de construir a vida social ao mesmo tempo em que tenta entendê-la. (CAMACHO, 2015, p. 24).

Poderíamos, por fim, indagar sobre até que ponto esse tipo de investigação é variacionista, considerando que parece extrapolar todos os limites do que, até aqui, temos feito. Parece que nos movemos, nessa nova onda, para um novo conjunto de questões, cujo cerne está na consideração de práticas semióticas. Essa viragem é que parece desmedir os limites do campo (da microssociolinguística) – considerando uma certa direção (para a macrossociolinguística) – e queremos ir para lá.

Conclusão

Este texto teve como objetivo depreender de uma certa literatura de/ sobre TO uma ressignificada concepção de avaliação, de percepção e de identidade, além de lançar luz, de modo ilustrativo, sobre como a questão da identidade sociolinguística capixaba pode ser reinterpretada, nesse contexto de discussão, que também indicia premissas que são de natureza política. Para geração de dados, estruturou-se uma enquete, obtendo como resultado geral um cenário pluridiscursivo sobre se capixaba tem ou não sotaque. Os dados

gerados, ainda que primários, permitem a construção de uma nova agenda de trabalho, tanto para a investigação de um tópico específico (o sotaque capixaba), quanto para o fortalecimento de premissas epistemológicas, refletidas em conceitos e métodos, no âmbito dos estudos de TO.

Para trabalhos futuros, fica a tarefa de se compreender, de modo mais acurado, a contingência, a imprevisibilidade da vida (pós-moderna) e a epistemologia que, respondendo a essa nova vida, não silenciará discursos, não invisibilizará sujeitos, não evitará, enfim, a complexidade da pluridiscursividade.

Por fim, sobre se capixaba tem ou não sotaque, a partir das reflexões feitas aqui, podemos responder, com base nessa nova epistemologia e com base, talvez, em nosso próprio ideário sobre uma certa sociolinguística da sociedade: sim e não, concomitantemente.

Referências

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar: 2005.

BAKHTIN, M. M. Formas de tempo e de cronotopo no romance: ensaios de poética histórica. *In*: BAKHTIN, M. M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução do russo por Aurora Fornoni Bernardini *et al.* 7 ed. São Paulo: UNESP; Hucitec, 2014 [1936-1937]. p. 211-362.

CAMACHO, R. G. Uma breve retrospectiva da pesquisa sociolinguística. *In*: PARREIRA, M. C. *et al.* (Orgs.). **Pesquisas em linguística no século XXI: perspectivas e desafios teórico-metodológicos** (Série Trilhas Linguísticas 27). 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 13-27.

CAMACHO, R. G.; SALOMÃO-CONCHALO, M. H. A variação de plural no SN como um indexador de identidade. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 46-63, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/index>. Acesso em 17 abr. 2022.

CASIMIRO, S. A identidade nos estudos sociolinguísticos. *In*: ANDRADE, G. S. **Estudos linguísticos: do falado ao escrito, do texto ao discurso**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p. 30-56. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1HzwflYXhrrFAyS4Dsc7TS7YTHdmAT9go/view>. Acesso em ago. 10 fev. 2022.

COULMAS, F. Introduction. *In*: COULMAS, F. (Ed.). **The handbook of sociolinguistics**. Blackwell Publishing, 1998. Disponível em: <http://pt.bookzz.org/book/963370/1ef2e1>. Acesso em: 10 ago. 2022.

COUPLAND, N. Language, situation, and the relational self: theorizing dialectstyle in sociolinguistics. *In*: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (Eds.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 185-210.

COUPLAND, N. **Style: language variation and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DRAGER, K. *et al.* Perceptions of style: a focus on fundamental frequency and perceived social characteristics. *In*: HALL-LEW, L.; MOORE, E.; PODESVA, R. J. (Eds.). **Social meaning and linguistic variation: theorizing the third wave**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p.176-201.

ECKERT, P. **Linguistic variation as social practice**. Blackwell: Oxford, 2000.

ECKERT, P. Variation, convention and social meaning, **Paper presented at the annual meeting of the linguistic society of america**. Oakland CA, Jan. 7, 2005.

ECKERT, P. Variation and the indexical field. **Journal of sociolinguistics**. v. 12, n. 4, p. 453-476, 2008.

ECKERT, P. As três ondas do estudo da variação: a emergência do significado no estudo da variação sociolinguística. Tradução de Samuel Gomes de Oliveira, Lívia Majolo Rockenbach e Athany Gutierrez. **Organon**, Porto Alegre, v. 37, n. 73, p. 268-291, jan/jun. 2022 [2012]. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/122962/85298>. Acesso em 15 ago. 2022.

ECKERT, P. **Third wave variationism**. Oxford Handbooks Online, 2016. Disponível em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199935345.001.0001/oxfordhb-9780199935345-e-27>. Acesso em: 12 abr. de 2022.

ECKERT, P. **The third wave in sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press. 2018.

ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (Eds.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ECKERT, P.; WENGER, É. What is the role of power in sociolinguistic variation? **Journal of sociolinguistics**. Reino Unido, 9, 4, p. 582- 589, 2005.

FISHMAN, J. **Sociología del lenguaje**. Madrid: Cátedra, 1982.

FREITAG, R. M. K. *et al.* Como o brasileiro acha que fala? Desafios e propostas para a caracterização do “português brasileiro”. **Signo y Sena**, n. 28, p. 65-87, dez. 2015. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/sys/article/view/3174/2813>. Acesso em dez. 2021.

FREITAG, R. M. K.; SANTOS, A. de O. Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe. *In*: LOPES, Norma da Silva *et al.* (Orgs.) **A fala nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia**. São Paulo: Blucher, 2016. p. 109-122.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GUY, G. R. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões da variação linguística. **Organon**, v.14, n. 28 e 29, p. 17-32. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2000. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30194/18703>. Acesso em dez. 2021.

GUY, G. R. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. *In: Abralín*, 2001. Disponível em: http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais_con2int_conf02.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HALL-LEW, L.; MOORE, E.; PODESVA, R. J. (Eds.). **Social meaning and linguistic variation: theorizing the third wave**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

IRVINE, J. “Style” as distinctiveness: the culture and ideology of linguistic differentiation. *In: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (Eds.). Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LABOV, W. Building on empirical foundations. *In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1982. p.81-84.

LE PAGE, R. B. The Evolution of a sociolinguistic theory of language. *In*: COULMAS, F (Ed.). **The handbook of sociolinguistics**. Blackwell Publishing, 1998. Disponível em: <http://pt.bookzz.org/book/963370/1ef2e1>. Acesso em: 05 maio 2022.

MILROY, J.; MILROY, L. Varieties and variation. *In*: COULMAS, F. (Ed.). **The handbook of sociolinguistics**. Blackwell Publishing, 1998. Disponível em: <http://pt.bookzz.org/book/963370/1ef2e1>. Acesso em: 15 abri. 2022.

NARO, A. O dinamismo das línguas. *In*: MOLLICA, C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 43-51.

OUSHIRO, L. **Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OUSHIRO, L. Avaliações e percepções sociolinguísticas. **Estudos linguísticos (São Paulo)**. 1978), v. 50, p. 318-336, 2021. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/3100>. Acesso em: 13 fev. 2022.

RAJAGOPALAN, K. Política Linguística: do que se trata, afinal? *In*: NICOLAIDES, C. *et al.* **Política e Políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 19-42.

RAMOS, J. M. Avaliação de dialetos brasileiros: o sotaque. **Revista Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, ano 6, n.5, v.1, p.103-125, jan./jun. 1997. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/1045>. Acesso em: 17 maio 2022.

SCHILLING, N. Investigating stylistic variation. *In*: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING, N. (Eds.). **The handbook of language variation and change**. 2. ed. Cambridge: Blackwell, 2013. p. 327-349.

SILVERSTEIN, M. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. **Language & communication**, v. 23, p. 193-229, 2003.

TAGLIAMONTE, S. A. **Variationist sociolinguistics**: change, observation, interpretation. Cambridge: Wiley – Blackwell, 2012.

TAPIAS, J. C. Aproximación a la sociología del lenguaje: hacia unas consideraciones generales. **Cuadernos de Lingüística Hispánica**, n. 31, Janeiro-Junho, pp. 59-77, 2018. Disponível em: https://revistas.uptc.edu.co/index.php/linguistica_hispanica/article/view/7744/6134. Acesso em: 02 ago. 2022.

TAMMINGA, M. Social meaning and the temporal dynamics of sound changes. In: HALL-LEW, L.; MOORE, E.; PODESVA, R. J. (Eds.). **Social meaning and linguistic variation**: theorizing the third wave. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p.338-362.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

YACOVENCO, L. C. *et al.* Projeto Portvix: a fala de Vitória/ES em cena. **Alfa**: Revista de Linguística (UNESP. Online), v. 56, p. 771-806, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4946>. Acesso em 15 abr. 2022.

ZHANG, Q. A Chinese yuppie in Beijing: phonological variation and the construction of a new Professional identity. **Language in Society**, Cambridge University Press, v.34, p. 431-466, 2005.

Estilos de linguagem no caderno esportivo de dois jornais do Rio Grande do Sul

Language styles in two sports pages from Rio Grande do Sul's newspapers

Dayse Rodrigues dos Santos*

RESUMO

Considerando-se a importância da mídia nos esportes, permitindo a construção de relações entre atletas, clubes, torcedores e leitores, entendemos que o caderno esportivo pode, além de trazer informações, também mudar a forma como entregam as notícias. Apresentamos como objetivo comparar as diferenças no estilo de linguagem entre o jornal da capital do Rio Grande do Sul, Zero Hora, e o do interior, A Tribuna regional, bem como se elas se mantiveram após mais de uma década. Esta pesquisa é de caráter bibliográfico, com análise qualitativa fundamentada nos estudos de Puzzo (2015), Calvacanti and Capraro (2014), entre outros. Por meio dos resultados obtidos, podemos concluir que as reportagens e notícias, não apenas informativas, mas também descritivas, revelam diferenças significativas no estilo de linguagem adotada, demonstrando variação diafásica no âmbito da escrita.

Palavras-Chave: Variação linguística. Caderno esportivo. Linguagem. Língua portuguesa.

ABSTRACT

Given the importance of media in sports in building relationships between athletes, clubs, fans, and readers, we recognise that sports websites can not only inform, but also change the way news is delivered. The objective is to compare the differences

Recebido em 10 de agosto de 2022.

Aceito em 5 de janeiro de 2023.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n65.1323>

* Instituto Federal do Pará, dayse.rodrigues@ifpa.edu.br

orcid <https://orcid.org/0000-0003-0795-0239>

in linguistic style between the Zero Hora newspaper in the capital of the state of Rio Grande do Sul and the regional newspaper A Tribuna in the interior of the state, and to determine if they still exist after more than a decade. This is a bibliographic study with a qualitative analysis based on studies by Puzzo (2015), Calvacanti and Capraro (2014), among others. Based on the results, we can conclude that the reports and news, which are not only informative but also descriptive, show significant differences in linguistic style and show a diaphasic variation in the writing context.

Keywords: Linguistic variation. Newspaper sports section. Language. Portuguese language.

Introdução

O presente artigo reflete sobre as diferenças no uso da linguagem em notícias do caderno esportivo entre um jornal de grande circulação no estado do Rio Grande do Sul, Zero Hora, e de um jornal do interior do mesmo estado, A Tribuna Regional, região das Missões, nos anos de 2008¹ e 2020². Essa escolha se justifica não apenas por se tratar de pensados e publicados em regiões distintas do Estado, como também com épocas diferentes. As pessoas às quais essas notícias se referem eram fundamentais para os clubes aos quais pertenciam. Partimos da análise da linguagem utilizada pelos dois veículos de comunicação tanto em 2008 como em 2020 para discutir em que medida essas diferenças linguísticas entre o jornal da capital e o do interior se manifestaram entre si e se elas se mantiveram após mais de uma década. Assim, as hipóteses levantadas foram que poderiam haver tais diferenças para compor as notícias dos dois jornais, mesmo no uso da variedade padrão da língua portuguesa em ambos os casos; e que elas mudassem o estilo de 2008 para 2020.

Para alcançar o objetivo deste estudo, analisamos, primeiramente, a linguagem dos jornais selecionados a fim de verificar possíveis variações linguísticas, comparando o uso dos dois cadernos em 2008 e 2020. Para

1 04 de outubro de 2008.

2 05 e 03 de dezembro de 2020.

isso, a metodologia manteve o caráter bibliográfico, com análise qualitativa fundamentada nos estudos de Puzzo (2015), Calvacanti and Capraro (2014), dentre outros que pudessem estabelecer diálogo com este estudo. Em seguida, observamos se as estruturas composicionais e estilo de escrita que os dois jornais empregaram na seção esportiva de seus respectivos veículos de comunicação mostraram alterações significativas em sua estrutura passados doze anos. Certamente, consideramos as variáveis que podem intervir na escritura dos *corpora*.

Este estudo se justifica, então, por trazer a análise linguística do caderno de esportes de dois jornais de grande circulação no estado do Rio Grande do Sul, um da capital do estado e outro do interior do estado. A escolha do *corpus* foi feita por serem veículos de comunicação de grande acessibilidade no Estado e na região das Missões, revelando-se como principais fontes de informação sobre esportes. Conhecer as diferenças na/da linguagem jornalística entre eles e em duas épocas distintas converge para os estudos do gênero textual, sociolinguística e linguística aplicada, pois permite melhor compreensão da forma como o mundo dos esportes está sendo noticiado ou reportado aos leitores, sob ponto de perspectiva da análise qualitativa.

No intuito de expressar maior objetividade a este texto, optamos por dividir as seções de forma a contemplar tanto os aspectos teóricos que fundamentam nossas análises quanto os quadros comparativos que melhor organizam a informação. Assim, encontramos no primeiro momento considerações acerca do gênero notícia, especialmente veiculadas em caderno esportivo de jornais, fundamentados em Puzzo (2015) e Cavalcanti e Capraro (2014).

1. O gênero notícia esportiva e seu estilo

O texto jornalístico, assim como qualquer outro, segue parâmetros relativamente estáveis no que diz respeito ao gênero textual. Nesse sentido, entendemos que os gêneros da esfera jornalística como enunciados, conceito de

Bakhtin (2013). Segundo o estudo de Miriam Puzzo, o qual versa sobre estilo e autoria nos gêneros discursivos, “a conceituação dos gêneros discursivos, por Bakhtin e o Círculo, atende ao contexto contemporâneo, em que os gêneros se proliferam, integrando, modificando, alterando peculiaridades composicionais e estilísticas em função de necessidades imediatas” (PUZZO, 2015, p. 176). Consoante a pesquisadora, a análise do estilo é um dos pontos cruciais para o estudo de gêneros textuais desde a Antiguidade.

Todos os enunciados fazem parte de um gênero do discurso, passando pelo estilo, forma e tema. “Nós assimilamos as formas da língua somente nas formas das enunciações e justamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas dos enunciados, isto é, os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas” (BAKHTIN, 2013, p. 283). Os enunciados podem ser estudados em seu estilo temático e composicional - estrutura, acabamento e sua relação com o falante/leitor. Antes, é preciso entender as especificidades dos gêneros do discurso, neste caso notícia em caderno esportivo.

Por meio do seu objeto de estudo, um artigo de opinião em jornal, a autora conclui que o gênero “apresenta peculiaridades do ponto de vista estilístico que impedem a configuração mecanicista de modelos genéricos” (PUZZO, 2015, p. 174). Logo,

a concepção de gêneros discursivos, conceituados por Bakhtin e o Círculo, representa uma forma de adaptação teórica à realidade social contemporânea, cujos gêneros se proliferam em função das necessidades imediatas de comunicação, tanto do enunciator quanto do leitor presumido, propiciando o aparecimento de múltiplos exemplares genéricos nem sempre condizentes com o repertório conhecido (PUZZO, 2015, p. 175).

Assim, considerando que o texto jornalístico também é bastante elaborado e circula em situações comunicativas complexas, pode-se entender que a produção textual deve ser bem planejada, de modo que se propague nos ambientes pretendidos e seja recepcionada por grupos de leitores presumidos

pelos jornais. Portanto, “a concepção de estilo se distancia da estilística idealista centrada apenas no sujeito, embora este desempenhe um papel importante na elaboração do enunciado” (PUZZO, 2015, p. 176-177). É nesse viés que empreendemos a tarefa de investigar o estilo adotado por cada jornal e se ele se manteve após um grande lapso de tempo.

Em virtude de esclarecimentos conceituais, adotamos neste trabalho a nomenclatura notícia, uma vez ela relata e descreve de forma objetiva fatos reais, por meio de linguagem formal denotativa, tendo como suporte o jornal impresso ou digital. Segundo Godinho (sem data), a estrutura da notícia é constituída por título principal, título auxiliar [ou manchete], parágrafo de introdução que apresenta a síntese da notícia e contém as informações essenciais, descrição detalhada do fato e foto com legenda, como elementos complementares.

Por conseguinte, é fundamental observar que a notícia veiculada em cadernos esportivos “se constitui como fenômeno importante, atuando na formação identitária, incutindo valores culturais e práticas sociais” (CAVALCANTI & CAPRARO, 2014, p. 25). Essa construção simbólica não apenas descreve os fatos como também propicia a interpretação do leitor presumido. Levamos em consideração o fato de que cada instituição tem suas especificidades, como linha editorial própria e filosofias internas às quais devem estar alinhadas suas produções, constituindo, dessa maneira, um perfil que a diferencia das demais.

O editorial de esportes de um jornal impresso tende a seguir os padrões jornalísticos da maioria dos cadernos do periódico, porém, pode caracterizar-se pela especificidade de conteúdo. Em geral ele é descritivo e apresenta um tensionamento de opiniões, porém, tende a não ser partidário nas disputas (CAVALCANTI & CAPRARO, 2014, p. 26).

Para os pesquisadores, o jornalista precisa buscar estratégias para se adequar a contextos específicos, o que faz relativizar certas regras. “Esta diferenciação no tratamento metodológico do conteúdo “esporte”, apesar de suas vantagens, mostra fragilidades, justamente porque a sua flexibilidade o

condiciona ao tratamento de fatos por profissionais sem formação jornalística” (CAVALCANTI & CAPRARO, 2014, p. 26), acrescentamos o fato de que as notícias podem nem mesmo vir assinadas.

Ainda que, ao escrever ou enunciar, o jornalista presuma seu leitor, ele sobretudo precisa pensar nos patrocinadores, jogadores e demais profissionais relacionados aos esportes para atender seus objetivos de escrita sem descaracterizar seu estilo individual e o perfil do jornal. Isto é, não dá pra considerar simplesmente que o jornal vai estar igual como um dado estanque, sem interferências, sem nuances, sem mil fatores envolvidos. “A conclusibilidade do enunciado é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreveu) tudo o que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições” (BAKHTIN, 2013, p. 280). Podemos inferir que o estilo ocupa lugar de destaque neste segmento esportivo, pois embora exista certa liberdade de uso da linguagem, ele demarca as políticas editoriais e discursivas desses veículos de comunicação.

2. Os cadernos esportivos de 2008

A análise é feita no caderno de esportes dos jornais impressos Zero Hora, de Porto Alegre-RS, que circula diariamente em todo o estado, e o Jornal A Tribuna Regional, que circula duas vezes por semana em Santo Ângelo-RS e região. Para fins de identificação no corpo do texto, elaboramos a seguinte legenda: A – Jornal Zero Hora; B – Jornal A Tribuna Regional, sendo ambos na primeira página do caderno esportivo. A comparação foi feita entre os exemplares de um mesmo dia, 04 de outubro de 2008, apresentando uma notícia sobre a entrevista coletiva concedida pelo técnico Celso Roth à imprensa.

O título em ambos os veículos deixa claro que o time em destaque é o Grêmio. Em A, a evidência é o nome do técnico e de um dos jogadores; em B, o título cita o nome do time e do adversário, além do local do jogo. Manchete

da notícia de A: “Brasileirão: meio-atacante é esperança contra Botafogo, às 16 horas”; Manchete da notícia de B: “Brasileirão: Equipe está concentrada desde quarta-feira visando o jogo de logo mais à tarde”. Ambas as manchetes não deixam claro de qual equipe se trata, mas em A há uma foto que ocupa cerca de 40% da página, na qual aparece o técnico da equipe. Em B, também há uma foto do jogador com cerca de 25% do tamanho da página.

No que diz respeito ao texto, em A, há uma introdução ao tema, ao contrário de B. No que remete à fala propriamente dita, em A, há citações diretas de fala dos envolvidos no esporte, que foram dispostas pelo autor através de travessões. No texto B, também há citações diretas, que são feitas com o uso de aspas, para melhor identificá-las. Obviamente, esses recursos foram utilizados para garantir a veracidade do texto aos olhos do leitor.

O técnico Celso Roth estava ciente de que sua entrevista seria veiculada nos jornais e, assim, adequou sua fala ao contexto. Assim, entendemos que essa pode ser ou não a língua utilizada pelo técnico no dia-a-dia, mas percebe-se sua tentativa bem sucedida de adequar sua fala à ocasião. Damos o nome “variação diafásica” à essa adequação, na qual o enunciador muda seu estilo de fala em determinadas situações. Segundo Rodrigues (2018, p. 176), “essa variação pode ocorrer no nível lexical ou gramatical de determinada língua ou variedade linguística”, como também “em determinada época, região, grupo social, estilo pessoal, contexto de uso, e meio de comunicação” (RODRIGUES, 2018, p. 176).

É nesse sentido que também recorremos a Beline (2007), pois ele entende que os contextos sociais, culturais, regionais e econômicos em que os sujeitos se encontram influenciam fortemente no modo como usam a língua. Para o pesquisador, tais elementos são fundamentais para a variedade linguística. Passemos à comparação entre o que teria sido dito pelo entrevistado de acordo com cada exemplar:

Quadro 1 - Comparação entre a transcrição da fala de Celso Roth

Exemplar A	Exemplar B
<p>“Não havia risco em lançar Robinho contra o São Paulo num jogo em que o Santos era derrotado por 1 a 0 na Vila Belmiro? Não havia risco em lançar Diego? Anderson não surgiu num Gre-nal? Sempre há riscos. Mas em futebol não se escolhe momento. Às vezes a oportunidade surge na dificuldade’. discursou”.</p>	<p>“Qual era o risco que tinha o Rafael Carioca de entrar no jogo do Juventude? Qual era o risco de botar o Robinho contra o São Paulo, o Santos perdendo de 1 a 0 lá na vila? Botar o Diego também. O Anderson foi lançado em um Gre-nal e hoje está onde está’ afirmou Roth”.</p>

Neste fragmento, há um grau de proximidade à fala proferida pelo técnico maior em B que em A por parte do jornalista. Isso pode ser evidenciado por causa da palavra “botar”, que no português brasileiro é considerada uma gíria. Apesar de o técnico estar em uma entrevista coletiva - situação formal-, ele não se preocupou demasiadamente com a gramática normativa, pois seu objetivo era fazer com que quem o tivesse ouvindo pudesse entendê-lo. Assim, entendemos que “o discurso não é apenas uma mensagem a ser decifrada (...) a língua não pára³ de se exercer até nas trocas mais comuns da existência cotidiana” (BOURDIEU p. 41, 1990).

A respeito dos dois excertos, nota-se que, tanto em A quanto em B, foram usadas a norma padrão. Além disso, há o cuidado em utilizar o recurso linguístico aspas para separar o discurso do técnico do periódico. Assim, conforme Alves Soares,

a organização da notícia no ambiente digital impresso é realizada de forma linear, segue uma norma culta da língua referente à gramática normativa, coesão e coerência dos enunciados para a compreensão dos leitores. O evento ou acontecimento veiculado por esse gênero é responsável por situar o leitor de uma forma a qual ele possa articular

3 A grafia pára era utilizada antes do Acordo Ortográfico de 2009.

o assunto às circunstâncias do momento relacionadas ao contexto social (ALVES SOARES, 2021, p. 184).

Então, o desenvolvimento da descrição dos acontecimentos segue uma estrutura básica. Mais dois outros excertos foram obtidos a partir da mesma entrevista, mas há divergências nas falas transcritas; não necessariamente no conteúdo, mas quanto ao estilo de linguagem. Ambos tratam da estreia de Douglas Costa como meio campo do Grêmio. No trecho do A, as palavras são mais rebuscadas e as frases estão organizadas sintaticamente de maneira mais densa do que em B. Assim, segundo Alves Soares (2021, p. 186), “a posição do sujeito é marcada pelo seu discurso e é por meio dele que é possível inferir o seu pensamento, a sua posição no contexto social e desvelar as suas práticas que estão implícitas nas notícias”.

Logo mais, no exemplar A, lemos “A dificuldade, no caso atual, está relacionada com a falta de peças para montar o meio campo. Tcheco e Orteman estão suspensos e Souza ainda não se recuperou da lesão na coxa esquerda sofrida no Gre-Nal”. Já no exemplar B: “Cheio de desfalques, o técnico Celso Roth, faz os ajustes na escalação em mais um treino secreto na manhã de ontem. No meio, Tcheco e Orteman estão suspensos, enquanto Souza, com lesão muscular, é dúvida”. Nesse trecho, o exemplar A usa a palavra “dificuldade” para expressar os problemas que o time está enfrentando, enquanto B logo enfatiza a notícia com a palavra “desfalques”. Assim, “os enunciados são mobilizados para a compreensão do leitor por meio do querer dizer do autor. A transmissão da notícia não está solta sem nenhuma ligação aos fatos do cotidiano” (ALVES SOARES, 2021, p. 185), tal qual o estilo adotado indica uma identidade autoral.

Quadro 2- Discurso indireto

Exemplar A	Exemplar B
<p>“Receoso de que empresários pudessem levá-lo de graça para o Exterior, o Grêmio esperou que Douglas completasse 18 anos em dezembro para prorrogar seu contrato por cinco temporadas. Só agora, com a segurança oferecida por uma multa rescisória de 80 milhões para o Exterior, a direção o libera para jogar. Roth garante ter avaliado todos os riscos de lançar um jovem em jogo marcado por circunstâncias adversas ao Grêmio”</p>	<p>“O treinador disse que o clube teve muito cuidado para aproveitar o jogador na equipe principal devido ao forte assédio que ele vinha recebendo de empresários, mas ressaltou que já tem uma certa experiência no futebol e sabe o momento certo de lançar um jogador como este”</p>

Em B, o autor usa os termos “teve muito cuidado” para aproveitar o jogador na equipe principal, já em A utilizou-se o termo “receoso” para o mesmo fim, que transmite mais intensidade de sentimentos ao se realizar a ação. O exemplar A afirma que Roth “avaliou” os riscos de lançar um jovem ao jogo, e B diz que o técnico “sabe” o momento certo de lançar um jogador como este. Por meio dessas observações, concordamos com Puzzo ao afirmar que,

no momento que o sujeito se propõe a escrever, esboça uma proposta comunicativa e, em função dela, organiza seu pensamento, escolhe o gênero que melhor atenda a essa proposta, passando a elaborar seu enunciado em função de um leitor pressuposto e do meio de divulgação desse enunciado (PUZZO, 2015, p.180).

Dessa forma, através das análises dos dois jornais gaúchos, podemos notar que há, de fato, variação linguística na escrita esportiva, o que demonstra a heterogeneidade da língua diante da pluralidade de contextos. Por esse caminho, entendemos que houve uma preocupação em adequar a linguagem ao contexto, pois tanto o entrevistado como os jornalistas em questão estavam

em entrevista coletiva ou tiveram acesso a ela por meio de outras fontes. Cabe lembrar que tanto o grupo que escreve como o que lê cadernos esportivos é majoritariamente masculino⁴, o que, de certa forma, contribui para o delineamento de um perfil identitário dos escritores e dos leitores.

3. Os cadernos esportivos de 2020

Para fins de identificação no corpo do texto, mantemos a seguinte legenda: A – Jornal Zero Hora; B – Jornal A Tribuna Regional, sendo ambas notícias na primeira página do caderno. A comparação foi feita entre os exemplares dos dias 05 e 03 de dezembro de 2020, respectivamente, apresentando uma reportagem sobre o desfalque de um zagueiro do Grêmio Futebol Clube.

Iniciamos nossa análise pela estrutura do texto, uma vez que o suporte cujo objeto de estudo foi disponibilizado em 2020 é em meio digital. Ressaltamos o aumento expressivo de leitores por meio dessa plataforma, considerando o distanciamento social ocasionado pela pandemia de coronavírus em 2020 e 2021. De certa maneira, tanto o modo como se noticia como o que se lê sofreram modificações significativas durante o período. Isso posto, a relação entre o texto e o leitor é mediada por essas questões. “É desse movimento interativo que o estilo se constitui, tanto no que diz respeito ao gênero discursivo, quanto no que diz respeito à proposta individual de expressão” (PUZZO, 2015, p. 178), ou seja, é uma forma de expressão que representa as relações humanas em sociedade.

O exemplar A utiliza uma epígrafe, ou antetítulo, para aguçar possível motivação do leitor. Ao expressar “Expectativa pela volta”, o autor sugere que o público já conheça o jogador em questão e esteja esperando algum

4 Não foram encontrados dados específicos que comprovem o perfil de leitores dos jornais Zero Hora e A Tribuna, mas os comentários nas páginas relacionadas a esportes são predominantemente masculinos.

posicionamento do clube de futebol em relação a essa ausência. B não utiliza esse recurso textual para angariar seu leitor, apenas apresenta a data e a hora da publicação da notícia. Em seguida, ambos trazem o título com o tamanho da fonte bem maior e negrito:

Quadro 3 - Títulos

Exemplar A	Exemplar B
Volta de Kannemann ao time do Grêmio deve ocorrer contra o Santos	Kannemann está fora da partida contra o Guarani

Ao criar um título de forma afirmativa, A se manteve coerente com o que imagina ser objeto de maior interesse do leitor - desejo pelo retorno do jogador. É nesse viés que na foto de divulgação escolhida para compor a notícia, o jogador aparece com um semblante de boa disposição durante o treino. B optou por baixar a expectativa do leitor gremista, uma vez que o título da reportagem agrega valor negativo ao retorno do zagueiro Kannemann, realçado pela foto em que o atleta aparenta sofrimento.

O primeiro exemplar utiliza o substantivo abstrato “volta”, oriundo do verbo voltar, somado à locução verbal “deve ocorrer”, o que além de acenar o assunto positivamente, também o convida a prestar atenção aos próximos jogos. No segundo exemplar, o período simples não aponta para futuros jogos ou sugere que o jogador esteja afastado das partidas. De certa forma, o leitor mais desinformado terá que ler toda a notícia para entender por que o zagueiro não estaria no jogo contra o Guarani. Sintaticamente, ambos os títulos estão estruturados em período simples, sendo que o sujeito simples de A tem adjuntos adverbiais para complementar o seu sentido, ocorrendo o mesmo termo acessório no predicativo do sujeito de B.

Diferentemente de B, A inclui no seu texto uma pequena chamada logo abaixo, contextualizando o leitor sobre o período de ausência do jogador. O substantivo “zagueiro” revela a posição em que o atleta joga. O adjetivo

“argentino”, além de identificá-lo como estrangeiro, antecipa que o jogador poderia estar indisponível para o time brasileiro porque estaria com a seleção de seu país. Há ainda legenda na foto, “Kannemann não atuou nas últimas oito partidas”, o que aumenta a quantidade de informação antes mesmo de o leitor acessar o corpo da notícia.

Apenas 2 parágrafos constituem o corpo da notícia tanto em B como em A, contudo, este último arremata seu texto com uma lista completa dos jogos, datas e campeonatos em que o zagueiro esteve ausente. O texto de A contém 13 *hiperlinks*, que direcionam a notícias recentes sobre aquele termo destacado, ao passo que o de B não contém nenhum. Dessa forma, notamos maior preocupação de A em munir os leitores do maior número de informações possíveis sobre a notícia publicada. B também noticia o caso com dados e datas, pressupondo que o leitor já esteja há mais tempo acompanhando os passos do time. Conforme Puzzo (2011, p. 4):

Considerando essa interação intrínseca ao ato comunicativo nos textos jornalísticos, o enunciador aguarda uma atitude responsiva, não necessariamente verbalizada, já que a leitura é silenciosa, e a resposta à opinião do enunciador pode ser a de anuência ou de discordância ao conteúdo expresso no texto. Essa expectativa responsiva do leitor pressuposto orienta a forma de produção do texto.

O parágrafo inicial de textos deste gênero geralmente é construído de maneira que segure a atenção do leitor e o induza a ler completamente o texto. Estruturá-lo com base em dados como datas e nomes é parte essencial para que a linguagem do texto consiga cumprir sua função referencial, mantendo a credibilidade do que está sendo noticiado. Ao compararmos o primeiro parágrafo⁵ de cada exemplar, notamos que A continua na perspectiva de trazer a informação mais completa possível, dada a extensão do parágrafo, sendo que B se mantém bastante sucinto, o que confirma a pressuposição de que o leitor já conheça todo o contexto do fato.

5 Retiramos os *hiperlinks* de A por questões de formatação.

Quadro 4 - Comparação entre a transcrição da fala de Celso Roth

Exemplar A	Exemplar B
<p>Apontado como um dos destaques da equipe e uma das principais lideranças do vestiário do Grêmio, Kannemann seguirá sendo desfalque para o técnico Renato Portaluppi. O zagueiro, que não atua desde o dia 5 de novembro, não será relacionado para o jogo deste domingo (6), contra o Vasco. Desde que entrou em campo contra o Juventude, ainda pelas oitavas de final da Copa do Brasil, o defensor desfalcou o Tricolor nos últimos oito jogos. Ele esteve ausente dos confrontos contra o Cuiabá na Copa nacional e Fluminense e Ceará pelo Brasileirão por estar à disposição da seleção da Argentina, nas Eliminatórias para a Copa do Mundo.</p>	<p>Foi confirmado nesta quinta-feira (03), que o zagueiro Walter Kannemann está fora da partida contra o Guaraní, pelo jogo de volta das oitavas de final da Libertadores. Apesar de participar do treino de quarta-feira (02), o jogador não foi relacionado para a partida.</p>

Quanto à sintaxe, A inicia seu parágrafo com um aposto bastante generoso em extensão referente ao sujeito “Kannemann”, demonstrando bastante habilidade no uso da língua escrita. A palavra “desfalque” dá um tom de eufemismo à ausência do jogador. B faz uso equivocado da vírgula antes da palavra que, ou seja, o autor poderia ter optado por utilizar vírgulas duplas para separar o adjunto adverbial de tempo “nesta quinta-feira (03)”. No entanto, B lança mão de adjuntos adnominais suficientes para especificar de qual jogo o zagueiro estaria fora, como se vê em “contra o Guaraní, pelo jogo de volta das oitavas de final da Libertadores”.

No segundo período, a oração subordinada explicativa “que não atua desde o dia 5 de novembro” retoma a informação da chamada da notícia, de modo a enfatizá-la. Vemos ainda o desacertado da vírgula antes da palavra

“contra”, pois “contra o Vasco” também é um complemento de “jogo”. Em B, vemos a intenção de mostrar o que seria positivo - o Kannemann jogar, mas não o é, através do uso de “apesar de” introduzindo uma oração subordinada adverbial concessiva à principal. Nos dois períodos, lemos a expressão passiva “não será relacionado” e “não foi relacionado”, em A e B respectivamente, pouco comum quando referidas a pessoas.

No terceiro período de A, repetiu-se o termo correlato “desfalcou”, mas utilizou-se uma metonímia para se referir ao Grêmio, neste caso “Tricolor” e “defensor” como termo anafórico para zagueiro, de modo que a coesão textual se mantenha. Vemos que a escolha dos termos não interfere na estabilidade do estilo do gênero, uma vez que, segundo Bakhtin, o estilo é responsável pela sua estruturação. Contudo, cabe lembrar que o texto não é estático e limitado aos seus padrões, pois ele acompanha as necessidades de comunicação (BAKHTIN, 2013), que se modificam ao longo do tempo.

Somente no último período do parágrafo é possível conhecer a razão pela qual o jogador se ausentou das partidas pelo Grêmio: “por estar à disposição da seleção da Argentina, nas Eliminatórias para a Copa do Mundo”. Mas antes, ainda nesse período, o jornalista lista uma sequência de jogos e campeonatos dos quais o zagueiro esteve fora. Pensamos que se a informação dessas razões estivesse na notícia B, o leitor teria mais condições de compreender todo o contexto.

Quadro 5 - Extensão do parágrafo de A é maior que a de B.

Exemplar A	Exemplar B
<p>Depois, ao retornar, foi relacionado e viajou a São Paulo para o jogo contra o Corinthians, mas com dores musculares ficou apenas no banco de reservas. No jogo seguinte, contra o Guarani-PAR, cumpriu suspensão automática por expulsão na fase de grupos da Libertadores e retornou a Porto Alegre.</p> <p>Porém, nem contra o Goiás nem no jogo de volta com os paraguaios, Kannemann foi utilizado por Renato, mesmo que tenha sido liberado pelo departamento médico após a realização de exames clínicos.</p> <p>A expectativa agora é que ele finalmente possa voltar a atuar na próxima semana, contra o Santos, no jogo de ida das quartas de final da Libertadores. Para este domingo, Pedro Geromel e David Braz deverão formar a dupla de zagueiros</p>	<p>Quanto a seu substituto, não tem mistério, David Braz irá seguir no time. Falando em time, a escalação do Grêmio não tem muita diferença quanto a o time que ganhou do Goiás [n]a segunda-feira (30), as únicas diferenças são o ingresso de David Braz e de Luiz Fernando, nos lugares de Rodrigues e Ferreira.</p>

A continua na mesma linha de sequenciar os jogos cuja ausência de Kannemann ocorreu. É nesse momento que podemos perceber uma grande diferença entre ambos os textos: em A, o jogo contra o Guarani já aconteceu, mas em B está sendo noticiado no futuro. Lembramos que A publicou em 05 de dezembro e B em 03 de dezembro de 2020, isso porque B não tem edições diárias. Outro fator de interesse para nosso estudo é que A faz toda uma explicação das razões pelas quais mesmo não estando mais nos jogos da seleção argentina, o atleta não pode participar de nenhuma partida desde então. Tais características identificam “a voz autoral mostrando ao sujeito a responsabilidade atribuída ao jornal” (SOARES, 2021, p. 185).

Outra expressão pouco comum para se referir a humanos é “foi utilizado”, como em “Kannemann foi utilizado por Renato”, conferindo-lhe certo grau de informalidade no texto e a objetificação do jogador. Mais uma vez, a palavra “expectativa” é repetida e enfatizada por “finalmente” para retomar o tão esperado retorno deste atleta. Em relação aos substitutos, B

mantém uma linguagem mais despojada e direta, como em “quanto a seu substituto, não tem mistério” e “falando em time” para falar da escalação sem o argentino. Certamente, para B, o leitor já está a par de tudo o que acontece com o time do Grêmio, ao contrário de A, que preza pelo rigor da informação completa.

Em termos morfosintáticos dos parágrafos finais, vemos em B o uso de 6 situações verbais contra o dobro de A. Dos termos “foi relacionado”, “viajou”, “ficou”, “cumpriu”, “retornou”, “foi utilizado”, “tenha sido”, “é”, “possa voltar”, “deverão formar”, apenas “é” e “deverão formar” não se referem ao Kannemann, cuja aparição como sujeito explícito ocorre apenas uma vez. Por outro lado, os termos de B “tem”, “irá seguir”, “falando”, “tem”, “ganhou”, “são” não se referem a Kannemann, ou seja, num texto sobre este atleta não vemos uma referência verbal a ele em todo um parágrafo. No entanto, não podemos dizer que essa falta de referência ao que deveria ser o centro da notícia contraria as expectativas do leitor, considerando a forma sucinta com a qual descreveu o fato.

Considerações finais

Foram selecionadas as notícias principais da seção de esportes, como recorte de pesquisa, na edição dos dois jornais de 2008 e 2020. Os temas principais do caderno de 2008 foram baseados na entrevista coletiva concedida pelo técnico de futebol Celso Roth. Em 2020, A Tribuna Regional não trouxe nenhuma matéria em destaque, mas sim notícias relacionadas ao futebol gaúcho cobrindo cerca de 90% da página principal; já Zero Hora destaca a entrada da dupla Gre-Nal no futebol 7, além de outras notícias ao longo da página, o que já evidenciou alteração em relação à outra época.

Um fato surpreendente é que o jornal da capital do estado (Zero Hora) colocou a transcrição da fala mais próxima do melhoramento gramatical. Já no jornal da cidade de Santo Ângelo (A Tribuna Regional) a transcrição é mais fidedigna, aproximando-se mais da fala do entrevistado. Logo, identificamos

as marcas de autoria e estilo alinhadas aos editoriais. Ainda, cabe notar que embora a fonte de ambos os jornais tenha sido uma entrevista coletiva concedida pelo técnico Celso Roth e, portanto, idêntica, as transcrições foram consideravelmente diferentes no que se refere ao estilo composicional. Quer dizer, apesar de comunicar a mesma entrevista, o jornal Zero Hora se preocupou mais com o esmero e a polidez da linguagem, ao contrário do jornal A Tribuna Regional.

Pode-se levantar a hipótese de que o jornal da capital, por abranger uma área maior e ter mais leitores, preocupe-se mais com a imagem e com os padrões sociais estabelecidos, enquanto A Tribuna Regional não. Há, portanto, diferenças entre os textos A e B, que foram constatadas e analisadas sob luz teórica de Puzzo (2015), Alves Soares (2021), Cavalcanti e Capraro (2014), bem como de Bakhtin (2013). Ambos os excertos foram retirados do caderno esportivo e são relacionados ao campeonato brasileiro de 2008 e 2020, respectivamente. No que diz respeito aos nossos objetivos, a análise de vocabulário e disposição textual, pode-se dizer que foram atingidos na medida em que confrontamos os dois textos, identificando pontos de estilo diferentes.

Referências

ALVES SOARES, É. A. S. (2021). GÊNERO NOTÍCIA. **Revista DisSoL - Discurso, Sociedade E Linguagem**, (13), 182-191. <https://doi.org/10.35501/dissol.vi13.898>

BAKHTIN, M. M. Gêneros discursivos. In: **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.

BELINE, R. A variação linguística. In: FIORIN, J. L. (org). **Introdução à linguística**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

BOURDIEU, P. **Ce que parler veut dire**. Paris: SAYARD, 1990.

BRASIL, Rio Grande do Sul. **Brasileirão**: meio-atacante é esperança contra Botafogo, às 16 horas. *Zero Hora*, Porto Alegre, 04 out. 2008.

BRASIL, Rio Grande do Sul. **Brasileirão**: meio-atacante é esperança contra Botafogo, às 16 horas. *Zero Hora*, Porto Alegre, 04 out. 2008.

CAVALCANTI, E. A.; CAPRARO, A. M. O perfil do caderno de esportes do jornal Folha de São Paulo. **The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport (ALESDE)**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 24-36, abr. 2014. ISSN 2238-0000. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/35748>>. Acesso em: 20 jun. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/alesde.v4i1.35748>.

GODINHO, J. C. **Gênero “Notícia”: Professora Jussara Godinho**. Breve análise sobre gêneros textuais. Disponível em <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/portugues/genero-noticia-professora-jussara-godinho.htm>. Acesso 25 jan. 2021.

PUZZO, Miriam Bauab. A flutuação dos gêneros textuais modernos. **Caminhos em Linguística Aplicada**, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2011.

PUZZO, M. B. (2015). Gênero discursivo, estilo, autoria. **Linha D'Água**, 28(2), 172-189. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v28i2p172-189>.

RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. **Celso Roth**. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ultimas-noticias/tag/celso-roth/>. Gaúcha ZH, Porto Alegre. Acesso em 07 dez. 2020.

RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. **Volta de Kannemann ao time do Grêmio deve ocorrer contra o Santos**. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/gremio/noticia/2020/12/volta-de-kannemann-ao-time-do-gremio-deve-ocorrer-contra-o-santos-ckibubq7e001v019w2bxdtcne.html>. Acesso em 07 dez. 2020.

RIO GRANDE DO SUL, Santo Ângelo. **Kannemann está fora da partida contra o Guarani.** Disponível em <https://grupospe.com.br/index.php?m=noticia&a=detail&id=7947>. Acesso em 07 dez. 2020.

RIO GRANDE DO SUL, Santo Ângelo. **Brasileirão:** Equipe está concentrada desde quarta-feira visando o jogo de logo mais à tarde. A tribuna regional, Santo Ângelo, 04 out. 2008.

RODRIGUES, U. R. de. Variação linguística e preconceito linguístico. In: DIAS, Juliana de Freitas. **Ler e (re)escrever textos na universidade: da prática teórica e do processo de aprendizagem-ensino.** 2. ed. Campinas-SP: Pontes editores, 2018. p. 173.

Processos de referenciação no gênero multimodal meme: proposta de aplicação ao ensino de leitura

Referencing processes in the multimodal genre meme: proposed application to the teaching of reading

Wagner Alexandre dos Santos Costa*

Angela Marina Bravin dos Santos**

Juliana Behrends de Souza***

RESUMO

Nas redes sociais, de modo mais frequente do que em outros espaços de interação social, circulam múltiplos gêneros textuais multimodais, como é o caso do meme, que possui expressiva presença no dia a dia de jovens em idade escolar. A atividade de leitura na materialidade multimodal dos textos, por isso, tem sido objeto de preocupação entre professores e pesquisadores. O objetivo deste artigo é, pois, refletir sobre a inserção do gênero textual meme no cotidiano escolar das aulas de Língua portuguesa e didatizar a conceituação estrutural (COSTA, 2018) em atividades de leitura e interpretação. Este estudo, portanto tem orientação propositiva e a hipótese

Recebido em 17 de agosto de 2022.

Aceito em 4 de novembro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n65.1326>

* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, wagnercosta.prof@gmail.com

Orcid: 0000-0003-4804-656

** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, bravin.rj@uol.com.br

Orcid: 0000-0002-4390-7337

***Colégio Pedro II, jubehrends@gmail.com

Orcid: 0000-0001-9229-498X

é de que a multimodalidade no gênero meme possa receber um tratamento teórico-metodológico que ofereça base para o estudo do diálogo entre as várias linguagens e seus contextos comunicacionais.

Palavras-chave: Leitura. Memes. Multimodalidade.

ABSTRACT

Various multimodal text genres circulate more frequently in social networks than in other spaces of social interaction, such as the meme, which plays an important role in the daily lives of school-aged children. The activity of reading in the multimodal materiality of texts is therefore a topic of interest for teachers and researchers. Therefore, the aim of this article is to reflect on the incorporation of the textual genre meme in everyday school life in the Portuguese classroom and to didacticize the structural conceptualization (COSTA, 2018) in reading and interpretation activities. Thus, this study is propositional and hypothesises that multimodality in the meme genre can receive a theoretical and methodological treatment that provides a basis for studying the dialogue between different languages and their communicative contexts.

Keywords: Reading. Memes. Multimodality.

1. Primeiras palavras

Com o avanço tecnológico, as redes sociais ganharam força e espaço no dia a dia das pessoas, cabendo aos profissionais de educação dar relevância aos diversos tipos de gêneros discursivos que surgem nos meios virtuais, conforme recomenda a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018). O termo *meme*, cunhado na década de 70 por Dawkins (2011[1976]), denominava uma unidade de replicação cultural análoga ao gene. Segundo o autor, os conteúdos culturais propagam-se nas mentes das pessoas, onde se modificam e evoluem. Na atualidade, o termo passou a designar um determinado molde textual, caracterizado por sua funcionalidade em um contexto sócio-comunicacional. No conjunto dos gêneros emergentes, os memes destacam-se pelo seu frequente uso e por sua alta velocidade de compartilhamento, além de se caracterizarem por um tom humorístico. Em consequência disso, ocupam um significativo espaço nas atividades de comunicação em diferentes domínios, o que o torna relevante para o ensino de Língua Portuguesa.

Para as atividades de leitura e produção textual, destaca-se que, na base da atividade discursiva, relacionam-se dois processos que não se separam rigorosamente: o de referência, correspondente a colocar em cena novas entidades e referentes, e o de progressão referencial, vinculado ao processo de continuidade tópica do texto, pois inclui a retomada de referentes já introduzidos ou que servem de base, por meio de alguma associação, para introdução de novos referentes. Ambos os processos figuram como importantes, porque, sejam novos ou já dados (mencionados ou presentes via contexto) discursivamente, os elementos textuais estão envolvidos na construção de sentidos tanto na atividade de produção quanto na de interpretação.

Essa dinâmica textual de inserção e retomada tem sido alvo de nosso interesse nos estudos dos memes, visto que, na base de sua elaboração, os sujeitos empregam elementos verbais/verbo-visuais apreendidos de determinado/s contexto/s, realocando-os em outro texto e contexto. Trata-se, nos memes, da categoria *réplica* (COSTA, 2018), construída no fazer discursivo, sendo, assim, considerada exemplo de “objetos de discurso”. Dessa forma, os elementos que compõem essa categoria são reinterpretados de acordo com sua relação diante de outras novas informações, o “contextualizador” (COSTA, 2018), responsável por indicar um contexto que atualize o conteúdo do elemento replicado, conferindo a ele uma significação situada, conforme ilustrado em (1) e (2).

Meme 1 - Chico conta de luz



Meme 2: Chico clima¹



Em (1) e (2), a categoria *réplica* materializa-se nas fotografias do compositor e cantor Chico Buarque de Holanda em expressões faciais de tristeza e felicidade. Os elementos dessa categoria dialogam com as novas informações, desdobrando-se em meme (1) e meme (2). Tais novas informações constituem-se na categoria *contextualizador*, que em (1) se materializa nos elementos verbais “ar condicionado em dezembro” e “conta de luz”; em (2), “40°” e “25°”. A relação entre *réplica* e *contextualizador* na construção de sentidos ocorre na associação entre as expressões faciais e as informações sobre consumo de energia, em (1), e sobre temperatura climática em (2).

A inserção desse gênero discursivo no ensino de Língua Portuguesa permite, por isso, explorar a relação entre semioses verbais e não verbais, possibilitando ao leitor ultrapassar, ainda, as relações estabelecidas na superfície do texto. Dessa forma, podem-se aprimorar habilidades e competências relacionadas ao campo da leitura e interpretação.

Os objetivos deste artigo são, pois, a) discutir a importância da inserção dos memes em atividades escolares de leitura no ensino de Língua Portuguesa, haja vista sua peculiaridade de ser um gênero que propicia

1 Imagens disponíveis em: https://www.google.com/search?source=hp&ei=GGaYW_HPOsLEwATVsJPwAQ&q=chico+buarque+memes&oq=chico+buarque+memes&gs_l=psyab.3..0.812.383326.0.383847.19.19.0.0.0.137.2052.0j18.18.0...0...1.1.64.psy-ab..1.18.2049...0i131klj0i22i30k1.0.0I600pBk_no. Acesso em 11 de setembro de 2021.

constantes reconstruções de sentido no fazer efetivamente discursivo e b) aplicar as noções de *réplica* e *contextualizador* na elaboração de atividades escolares de leitura em memes. Para auxiliar o desenvolvimento da discussão, elaboramos questões de interpretação de texto baseadas no modelo da Prova Brasil, aplicada anualmente pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), conforme MEC/INEP (2008; 2010).

O estudo é orientado teórico-metodologicamente por uma concepção cognitivo-discursiva de atividade de referenciação, de acordo com a qual a comunicação se fundamenta em diferentes tipos de conhecimentos relacionados na memória e se dá mediante sua ativação, conforme defendem Mondada e Dubois (2003[1995]), Mondada (1994, 2002, 2005), dentre outros estudiosos. Especificamente, elege-se o gênero discursivo meme para aplicação pedagógica do conceito de “objeto de discurso” (MONDADA e DUBOIS, 2003[1995]; MONDADA, 1994), que foi (re)pensado como possível de abranger unidades e categorias textuais do gênero meme (COSTA, 2018).

Este texto apresenta inicialmente os pressupostos teóricos adotados, relacionando noções de referenciação (MONDADA, 2003[1995]) e categorias esquemáticas (VAN DIJK, 1980, 1990, 1996). Em seguida, são apresentadas duas questões, com respectivas análises, que visam ilustrar nossa abordagem.

2. Processos de referenciação na construção de memes

Neste estudo, tem-se como ponto de partida a assunção de que, na atividade de referenciação, “os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003[1995], p. 17). Como explica Mondada (1994), a noção de objetos de discurso refere-se ao que a atividade enunciativa organiza nas práticas de apreensão, formulação e descrição do mundo pelos falantes. São recursos pelos quais os usuários discursivizam o mundo, sendo desenvolvidos e modificados conforme o contexto. Não são preexistentes, nem são já dados, convencionais ou fixos. Em acordo com essa compreensão,

o conceito de referência concerne às atividades enunciativas construídas intersubjetivamente pelos falantes.

As dimensões sociocognitiva e interacional dos objetos de discurso e da atividade de referência são destacadas por Mondada (2005, p. 11) como base para a construção de sentidos no fazer comunicacional:

A questão da referência [...] foi historicamente posta como um problema de representação do mundo [...]. A questão da referência opera um deslizamento em relação a este primeiro quadro: ela não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas [...].

No interior dessas operações de referência, os interlocutores elaboram objetos de discurso, i.e., entidades que não são concebidas como expressões referenciais em relação especular com objetos do mundo ou com sua representação cognitiva, mas entidades que são interativamente e discursivamente produzidas pelos participantes no fio de sua enunciação. [...] Dito de outra forma, o objeto de discurso não remete a uma verbalização de um objeto autônomo e externo às práticas linguageiras; ele não é um referente que teria sido codificado linguisticamente (MONDADA, 2005, p. 11).

O entendimento de que os processos de referência podem ocorrer com base em ativação mental de informações, sem menção propriamente dita no texto, levou a uma concepção cognitivo-discursiva dessa atividade. Além disso, a percepção de que diferentes recursos semióticos são também empregados no desenvolvimento da comunicação, e muitas vezes articulados entre si, acrescentou a tal visão a compreensão de que a multimodalidade é um modo complexo de significar do qual participam as operações de referência.

Em Linguística textual, nessa perspectiva, diferentes estudos foram realizados (MONDADA, 1994, 2002, 2005, 2008; BRASSAC *et al*, 2008) acerca da atividade de interação em contextos profissionais e científicos,

mostrando que os sentidos podem ser construídos coletivamente com o auxílio de vários recursos multimodais. Assim, em uma atividade cognitivamente distribuída, ou seja, por meio de gestos, olhares, movimentos corporais, com o auxílio de instrumentos/objetos, o saber é elaborado de maneira indissociável (necessariamente articulado) por meio de artefatos escritos e visuais.

Apresenta-se, nessas pesquisas, uma visão multimodal de referência, afrouxando-se, dessa maneira, uma concepção restrita entre os processos de referência e a linearidade do texto verbal. Com isso, abre-se um campo para a observação de outras linguagens e seus mecanismos discursivos.

Ramos (2012), por exemplo, demonstrou, em tiras cômicas construídas sem palavras, diferentes procedimentos, como recategorização² e instauração³ de objetos de discurso na tessitura do gênero. O autor mostra que a construção de sentidos pode decorrer de inferências elaboradas a partir de conhecimentos sociocognitivamente compartilhados.

No campo da Semiótica social, no trabalho de Kress e van Leeuwen (2006) sobre multimodalidade, os autores destacam a importância de se considerarem os diferentes modos pelos quais a linguagem e a comunicação podem se constituir. Propõem, então, uma abordagem horizontal da relação entre palavra e imagem, sem uma supremacia do texto verbal sobre o não verbal, advogando por uma construção integradora de sentidos.

Esse movimento pode ser observado nos modernos gêneros discursivos virtuais que hodiernamente circulam entre os indivíduos em diferentes esferas discursivas (BAKHTIN, 2003; MARCUSCHI, 2004). Para

-
- 2 Entendemos o termo como um procedimento linguístico-discursivo ou discursivo de referência que consiste em enquadrar de modo particular um "referente", propondo, em um contexto e com uma intencionalidade, um determinado sentido na atividade comunicacional.
 - 3 Quando determinado objeto de discurso (linguístico ou não) se materializa no evento discursivo. Pode, ainda, dele participar sem ser apresentado formalmente, mas, via conjunto de informações contextuais, ser dado como presente.

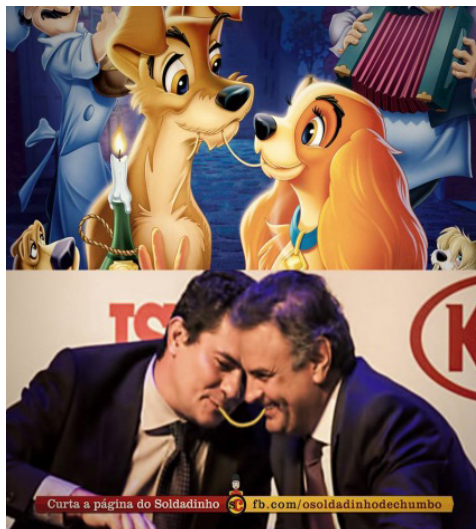
demonstrar como ocorre a construção de sentidos na integração entre os elementos que constituem o meme, segue a análise de um conjunto de textos da série “Moro e Aécio Neves”, capturado do acervo do Museu de memes da Universidade Federal Fluminense. O contexto de origem se deu a partir de uma foto de conversa entre o juiz Sérgio Moro e o político Aécio Neves no prêmio “Brasileiros do Ano 2016”, oferecido pela revista IstoÉ. A foto gerou polêmica pelo fato de o juiz ser um dos responsáveis pelo julgamento na operação Lava Jato e o político Aécio Neves ser um dos indiciados na investigação. Vejam-se, sequencialmente, os memes (3), (4) e (5):

Meme 3: Moro/Aécio⁴



4 Imagens disponíveis em: <http://www.museudememes.com.br/sermons/foto-de-sergio-moro-e-aecio-neves/>. Acesso em 05 de setembro de 2021.

Meme 4: Moro/Aécio



Meme 5: Moro/Aécio



Diversos conhecimentos são requeridos na atribuição de sentidos na atividade de leitura desses memes. Primeiramente, é importante saber quem são os participantes do evento e quais as condições em que o fato gerador se deu e, a partir de então, ativar uma série de relações possíveis sobre os acontecimentos políticos do país. Os memes (3), (4) e (5) orientam argumentativamente uma crítica sobre uma possível falta de ética profissional na atuação do juiz em relação às denúncias contra o político. Sugere-se um esquema de proteção por parte do juiz, decorrente de algum tipo espúrio de aliança.

A categoria *réplica* é o elemento repetido, mimetizado, e que estabelece uma relação intertextual entre os memes. Cada ocorrência textual do meme constrói um determinado sentido, decorrente da inserção do elemento *réplica* em outro que o envolve, completando o seu sentido, o contextualizador, empregado em cada uma das ocorrências. Em (3), o contextualizador “namore alguém que x” associado à moldura de coração, sugere, via metáfora do namoro, uma relação política inadequada. O conhecimento dessa expressão pode ser ativado pelo leitor na atividade de construção de sentidos do meme, contribuindo para a atribuição do efeito de humor. Em (4), semelhantemente, o sentido proposto a partir do meme evoca uma união entre os dois personagens, pelo estabelecimento de uma relação irônica com o filme “A dama e o vagabundo”, título a ser ativado, embora não mencionado, na atividade de recategorização⁵ dos personagens. A situação de aparente intimidade entre o juiz e o político recategoriza, por um conjunto de elementos, a famosa cena do filme. Pode-se destacar a posição dos corpos, que no meme foi associada à ideia de romance. Em (5), o contextualizador é do tipo mais comum, tendo o formato de inscrições sobre a imagem-réplica. Na ocorrência, cria-se um diálogo, no qual os personagens, supostamente, riem da impunidade do político, decorrente de uma relação íntima entre ele e o juiz.

5 De acordo com o meme, quem seria a “dama” e quem seria o “vagabundo”? Note-se que esse procedimento de recategorização envolve a ativação de diversos conhecimentos na realização de inferências a ele relacionadas.

Nos casos apresentados, a atividade de referência não é linear, é cognitivo-inferencial e se estabelece por meio de uma cognição distribuída, nos termos de Mondada (1994, 2002), ao se referir aos vários recursos multimodais convergentes empregados na construção de sentidos. Portanto, torna-se importante, na atualidade, desenvolver esse modo de leitura nas salas de aula, porque permite aprimorar diferentes habilidades relacionadas à inferência.

O significado global de um texto, como aponta Van Dijk (1990, p. 77), apresenta mais do que sua organização semântica, pois evoca também uma relação com as (possíveis) formas globais do texto nas quais o tema pode ser inserido e organizado. Tais esquemas, tratados teoricamente como superestruturas (VAN DIJK, 1980; 1990, 1996), são formados por categorias hierarquicamente ordenadas, mais ou menos fixas, que variam de acordo com o texto. São também funcionais, pois desempenham “papéis” em função do contexto. Além disso, podem especificar-se por serem convencionais, portanto variáveis conforme cada cultura, o que no processo de interpretação lhes possibilita constituírem-se em importantes ferramentas de leitura, agindo o leitor/ouvinte de modo consciente ou intuitivo.

Como destaca Van Dijk (1990, p. 83), tal estrutura é descrita em termos de “categoria” e de “regras de formação”. Assim, entre as categorias de um conto figuram, por exemplo, a introdução, a complicação, o desfecho etc. Já as regras determinam a ordem em que as categorias aparecem. Ou seja, em um esquema linear de um conto, as categorias citadas aparecem na ordem acima apresentadas. Já na notícia, o título invariavelmente precede o corpo do texto; em um meme, gênero de leitura não necessariamente linear, essas relações, por outro lado, flexibilizam-se.

Costa (2018) compreende por “categoria” textual o limite do que Van Dijk (1990) estabelece para as categorias de uma superestrutura esquemática, que é o esquema/modelo geral de um gênero textual formado pelo conjunto de suas partes. Em uma notícia, por exemplo, figuram categorias como título, subtítulo (pré-textuais), lide, antecedentes, reações verbais etc. (textuais). No entanto, em relação à organização básica do gênero poema, que pode comportar

estrofes e versos, Costa (2018) já não estabelece tal correlação. Considera esses constituintes “unidades”, não categorias, tal como não consideraria um parágrafo ou uma linha em uma notícia também uma categoria.

Seja categoria, seja unidade textual, para o propósito do estudo desenvolvido por Costa (2018), a divisão não é o mais importante. O intuito do autor foi evidenciar a possibilidade de um constituinte maior do que o sintagma ser passível de recategorização. Além disso, depreende-se do estudo, assim como de outros acima sinalizados, o entendimento de que elementos de semioses variadas podem constituir objetos de discurso.

Nesse sentido, Cardoso (2015) apresenta um estudo dos processos de referência em paródias de Marcelo Adnet. A autora mostra em suas análises recorrentes casos de recategorização de versos e de estrofes, em um processo de ativação de informações diversificadas. Já Costa (2016) analisa a categoria título, entendendo-a como um objeto de discurso, por sua instabilidade na ocasião de seu processamento pelo leitor. Sendo uma categoria que por sua natureza cataforiza o texto, deve o leitor formular hipóteses (num movimento de ida ao corpo do texto) e confirmá-las ou destituí-las (num movimento de retorno ao título).

Nos memes, que representam aqui o nosso objeto de apreciação, os conteúdos podem ser recategorizados, cabendo ao professor, por meio de atividades de leitura, partir de objetos de discurso para possibilitar uma análise interpretativa concernente à realidade do aluno. Na seção seguinte, apresentaremos essa possibilidade.

3. Recategorização e o uso de memes no ensino de língua portuguesa

Dentre os fatores de textualidade (cf. BEAUGRANDE e DRESSLER, 1983)⁶, destacamos a importância da intertextualidade no processo de

6 Os fatores de textualidade arrolados pelos autores, concernentes à construção textual, são: a coerência e a coesão (de natureza linguística e conceitual); e a intencionalidade,

construção de memes. Esse recurso pode oferecer evidências de casos de recategorização em que o processo de referência ultrapassa o nível da expressão nominal.

Inserir atividades com textos que contemplem processos de recategorização em sala de aula possibilita que os indivíduos reconheçam os elementos que compõem o todo significativo apresentado, evidenciando o processo de construção de sentidos. Essa prática é extremamente positiva para um trabalho que priorize o aprimoramento de habilidades linguístico-cognitivas, já que destaca o reconhecimento da importância dos objetos de discurso tanto no campo teórico, quanto no prático.

A utilização de memes no ensino sistemático de língua portuguesa pode viabilizar o aprendizado de habilidades que mesclam o uso de semioses verbais e não verbais, tornando-se um incentivo ao processo de ensino-aprendizagem por partir da realidade vivenciada pelos educandos.

O meme a seguir viralizou após a Rede de *fast-food* Bob's perder para a Mc Donald's a utilização exclusiva do componente achocolatado da marca Ovomaltine em seus *milk-shakes*. Para demonstrar a sua insatisfação diante da situação apresentada, a empresa Bob's decidiu veicular a seguinte mensagem em seu *twitter* "Não tem textão, a questão é simples: quem conhece o sabor de verdade não toma #MilkFake". Acompanhado dessa mensagem, lançou o meme (6):

a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade (estes de natureza social e pragmática).

Meme 6: Propaganda do Bob's⁷



Para os consumidores dos produtos de ambas as redes alimentícias, fica evidente o uso da recategorização do *milk-shake* Bob's a ser agora produzido também pela rede Mc Donald's. A partir da projeção da sombra de uma embalagem que se assemelha ao produto vendido por esta rede, cria-se uma identidade anônima para a empresa concorrente, e para o produto em si, pejorativamente recategorizado não só pela imagem, mas ainda pelo jogo de palavras *milk-shake* (Bob's) versus *milkfake* (Mc Donald's).

Apesar de o vocábulo *fake* ser de origem inglesa, já é de uso corrente na língua portuguesa, especificamente nas redes sociais. Sendo assim, a empresa Bob's, ao criar o meme que critica o seu concorrente, defende a ideia de que somente o seu produto é original e de qualidade, e os demais podem ser considerados falsos e de qualidade inferior.

Os recursos visuais *coração*, *traços para destaque* e *hashtag* são relevantes para compreensão da mensagem. Com o primeiro, reforça-se que os consumidores possuem certa preferência pelo produto em questão em detrimento do outro. Os traços coloridos atribuem destaque ao termo

7 Imagem disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/bobs-responde-a-rasteira-que-tomou-do-mcdonalds-milkfake/>. Acesso em 10 de julho de 2021.

milkshake enfatizando a ideia de que somente pode ser chamado de *milkshake* o produzido pela empresa Bob's. Por último, se não o mais importante, há a inserção de uma *hashtag* que incita a replicação do objeto de discurso *#milkfake* nas redes sociais, colaborando, assim, para a ampla divulgação da ideia.

Trazendo a questão para o ensino de língua portuguesa, percebe-se a pertinência de se inserir a propaganda realizada por meio de memes na prática pedagógica escolar, já que o texto escrito e as imagens atuam juntos na construção do significado, sendo extremamente importante que os jovens estudantes sejam preparados para refletir e analisar o conteúdo veiculado intencionalmente por esse tipo de gênero discursivo.

Não se espera que os alunos compreendam as teorias que norteiam os estudos relacionados à recategorização, mas que reconheçam ser seu uso fundamental para agregar sentido em determinadas situações comunicacionais. Outra importante análise pauta-se nos conceitos de *réplica* e *contextualizador*. Ambos estão presentes na composição dos memes e possuem relevante papel no ensino de Língua Portuguesa.

4. Aplicação ao ensino: questões comentadas

Nas seções anteriores, destacamos a importância de estudos relacionados à recategorização, aos objetos do discurso e às duas categorias do meme: a *réplica* e o *contextualizador*, assim como propusemos a utilização do gênero virtual meme em contextos escolares. Como exemplo de aplicação didático-pedagógica, optou-se pela apresentação de duas questões de múltipla escolha com foco na construção de sentido por meio da relação entre as referidas categorias. Esse tipo de questão consiste em um conjunto composto de texto-base, enunciado e alternativas, que se dividem em gabarito, a resposta correta, e em distratores, as incorretas. Os dois tipos de alternativas devem estar associadas ao texto-base, mas só o gabarito mostra exatamente o que o enunciado solicita. Foram selecionadas duas ocorrências de memes da série de memes “Neymar caído”, memes (7) e (8).

O meme (7) a seguir está relacionado ao desempenho acadêmico dos alunos de uma determinada universidade. Além do tom humorístico do texto apresentado, percebe-se certa crítica à atuação do jogador Neymar durante os jogos da Copa do Mundo de 2018. Observe-se a questão:

Meme 7: Neymar caído⁸

Numa escala "Neymar na Copa", como
você está nesse fim de semestre?



O desempenho de Neymar, jogador da seleção brasileira na Copa do Mundo de 2018, motivou diversas discussões. No meme acima, a utilização da imagem desse jogador ganhou um novo sentido pela

- a) crítica à função social das instituições de nível superior, ao dificultar o bom desempenho dos alunos.
- b) relação entre a expectativa dos alunos quanto ao seu rendimento e a atuação do jogador em campo.
- c) apresentação de resultados positivos obtidos pelos alunos matriculados nos cursos de nível superior.
- d) oposição entre o desempenho acadêmico dos estudantes e a atuação do jogador na Copa do Mundo.

GABARITO: b

8 Disponível em: <https://web.facebook.com/UepaOficial/photos/a.640045156023133.1073741827.202168563144130/2133572566670377/?type=3&theater>. Acesso em: 15 de julho de 2021.

Veja-se que, mesmo sem a utilização do termo *recategorização*, a teoria foi inserida na questão, que focaliza uma leitura multimodal do texto. A resposta certa, o gabarito, é a alternativa b, que dá relevo à relação possível entre as imagens do jogador caído no gramado em diversas posições e as dificuldades dos estudantes. Note-se, ainda, que o tom humorístico utilizado no meme pela página *Uepa Oficial*, da Universidade Estadual do Pará, foi diagonalmente utilizado na construção de sentido do suposto drama vivenciado por alguns estudantes ao final do período.

O distrator (a) apoia-se nas referências às instituições de ensino superior e ao desempenho dos alunos, o que aciona a relação de sentido promovido pela associação entre linguagem verbal e não-verbal. A crítica, porém, ao papel social das instituições em relação aos estudantes está ausente no meme, sendo, essa alternativa, portanto, incorreta. Os distratores (c) e (d) também acionam sentidos relacionados à linguagem verbal e não verbal, mas destoam do gabarito, porque, em (c), há referência à apresentação de resultados positivos; em (d), à oposição entre o comportamento dos alunos e o do jogador. Na verdade, essas duas referências inexistem no texto-base. Tais alternativas mostram-se, por isso, incorretas.

É preciso, portanto, que o aluno compreenda as possibilidades de emprego, seja de palavras, seja de imagens, em diferentes enquadres contextuais que lhes possibilitem a proposição de novos sentidos. Outra possibilidade de trabalhar com memes em sala de aula é a exploração dos conceitos *réplica* e *contextualizador*. No meme a seguir, pode-se observar a mesma imagem utilizada na questão anterior, contudo com outro conteúdo: uma crítica direta ao serviço fornecido pela SKY nos dias de chuva. A reutilização de uma determinada imagem em diversos contextos é muito comum no gênero textual meme, sendo essa uma das suas principais marcas e um dos principais motivos de sua popularização.

Meme 8: Neymar Sky⁹

Chuva:

Sinal da Sky:



O ato de reutilizar a mesma imagem refere-se à categoria *réplica* e a parte escrita do meme ao *contextualizador*. A primeira envolve conhecimentos compartilhados culturalmente. Em consequência, ao pensarmos uma questão sobre determinado meme, haverá sempre sua manipulação. A diferença de uso de contextualizadores pode e deve ser explorada ao se trabalhar com memes em sala de aula a fim de que os alunos possam perceber como as categorias pertencentes a esse gênero discursivo se relacionam na construção de novos sentidos. A questão a seguir destaca essas duas categorias:

A linguagem verbal do meme articulada à imagem das quedas do jogador *Neymar* nos jogos da seleção brasileira transmite um (a):

- a) mensagem de divulgação dos serviços de uma operadora de canais televisivos.
- b) crítica humorística aos serviços prestados por uma operadora de canais televisivos.
- c) convocação para os torcedores assistirem pela televisão aos jogos da seleção brasileira.
- d) alerta às pessoas para o perigo de jogos de futebol televisionados em dia chuvoso.

Gabarito: b

9 Disponível em: <https://www.minhaoperadora.com.br/2018/06/sky-afirma-que-tem-sinal-mais-rapido-e-consumidores-testam.html>. Acesso em 15 de julho de 2018.

O enunciado da questão promove exatamente a leitura não linear do sentido gerado pela articulação entre a palavra *chuva*, o sintagma nominal *signal da sky* e uma suposta série de quedas em diferentes posições de *Neymar* nos jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo de 2018. Essa imagem é a réplica, sentido replicado e ativado. Revela-se, portanto, a articulação entre essa categoria e a dos **contextualizadores** do referido meme para direcionar a ativação mental das informações que podem emanar tanto do conhecimento de mundo do aluno quanto das próprias aulas do professor. A alternativa *b* é o gabarito dessa questão, porque concatena contextualizadores e réplica, estabelecendo a exata relação entre enunciado e a resposta correta. Além disso, mostra o efeito de sentido gerado pela relação entre as categorias: crítica humorística que se revela pela associação entre *chuva*, *signal da sky* e as quedas do jogador para mostrar que, quando chove, o *signal da sky* sofre muitas quedas tal como ocorreu com *Neymar* nos jogos da seleção brasileira de 2018. Os distratores relacionam-se ou aos contextualizadores ou à réplica.

O distrator (a) poderia ser escolhido pelo aluno caso não alcançasse esse efeito de sentido. Nesse caso, ele se fixaria somente no contextualizador *signal da sky* e entenderia o texto-base como uma mensagem de divulgação da empresa. É justamente pelo fato de não ocorrer uma interação entre os contextualizadores e a réplica que esta alternativa está errada. Em relação ao distrator (c), o foco recai sobre as figuras do jogador, cujo uniforme remete aos jogos da seleção brasileira; em (d), sobre o contextualizador *chuva*. Dessa forma, também não revelam interação entre contextualizadores e imagem, não constituindo, pois, a resposta exata.

Ao elaborarmos essa questão, não houve o propósito de prepará-la para uma avaliação, por exemplo, em grande escala, mas para levar o aluno a realizar um procedimento cognitivo-discursivo de leitura.

Conclusão

Neste trabalho, defendemos que uma perspectiva cognitivo-discursiva de tratamento dos processos de referência permite abordar unidades e categorias textuais como objetos de discurso. De acordo com tal visão, o processo de recategorização, que instaura novo/s sentido/s no texto, pode acontecer quando parodiamos um texto.

Pode acontecer, ainda, quando procedemos à leitura de um título, orientados por nossas hipóteses de leitura ou quando reconstruímos sentidos propostos em gêneros discursivos como o meme, por meio da ativação mental de conteúdos que o texto reconstrói.

O uso do gênero virtual meme possibilita um trabalho que valoriza a natureza semiótica dos textos produzidos, possibilitando a percepção das estratégias de recategorização, comuns nesse gênero, e ainda suas categorias essenciais: a *réplica* e o contextualizador, que se relacionam na construção de sentidos nos memes (não só em referência ao aspecto formal do gênero, mas também ao vínculo com sua atividade de enunciação específica).

O tom humorístico presente nos memes facilita a aproximação do leitor com o texto, já que, apesar de (ainda) não ser considerado um gênero propriamente escolar, possui relevante presença no dia a dia dos jovens. Por essas razões, concebemos as relações referenciais estabelecidas também pelas categorias/unidades textuais como não óbvias, devendo ser trabalhadas em sala de aula. Diferentemente disso, consideramos serem construídas na relação entre autor, leitor, texto e contexto a fim de favorecer o aprimoramento de habilidades relacionadas à leitura.

Então, de acordo com esse entendimento, rótulos de uma embalagem, categorias esquemáticas dos memes, títulos de uma notícia e versos/estrofes de um poema podem, por exemplo, constituir-se como objetos de discurso, com uso frequente em atividades didático-pedagógicas em sala de aula. Quer-se, com isso, chamar a atenção dos professores e pesquisadores para as

ligações entre referenciação, gênero e as categorias/unidades textuais que os compõem e sua aplicabilidade produtiva ao ensino.

A partir dessas considerações, percebeu-se a necessidade de levar essa perspectiva cognitivo-discursiva para atuar como elemento constitutivo do aprimoramento de habilidades relacionadas à leitura e à interpretação de textos em ambientes escolares. Para atingir esse objetivo, propusemos duas questões de leitura a fim de mostrar como tais noções podem contribuir para a elaboração de atividades direcionadas de interpretação de texto na escola.

Por fim, consideramos que a didatização dos conceitos estruturais relativos ao gênero textual meme constitui uma proposta teórico-metodológica para o tratamento da multimodalidade nesses textos, que se apresentam sob diferentes possíveis formas e em diferentes esferas de comunicação. Nessa proposição, entende-se que as diferentes linguagens que se replicam podem receber novos sentidos na atividade de leitura, conforme os dados que constituem informação nova no meme e que constituem base para a construção desses sentidos.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BEAUGRANDE, Robert; DRESSLER, Wolfgang. **Introduction to text linguistics**. London: Longman, 1983.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação 2011: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.

BRASSAC, Christian; LARDON, Sylvie; LE BER, Florence; MONDADA, Lorenza; OSTY, Pierre-Louis. Analyse de l'émergence de connaissances au cours d'un processus collectif. Re-catégorisations, reformulations, stabilisations. **Revue d'anthropologie des connaissances**. 2008/2 (Vol. 2, n° 2), p. 267-289.

CARDOSO, Gabriela. **Sátira na paródia e no pastiche: análise linguístico-discursiva de textos humorísticos de autoria de Marcelo Adnet**. 2015. 213f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

COSTA, Wagner Alexandre. **O contrato de comunicação no jornalismo popular: um foco na categoria título**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2016.

COSTA, Wagner Alexandre. Referência e gênero textual: categorias e unidades textuais como objetos de discurso. In: Eleone Ferraz de Assis; Fernanda Rocha Bonfim Carvalho; Luana Alves Luterman. (Orgs.). **Pesquisas em Língua e Literatura: múltiplos olhares**. 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2018, v. 1, p. 27-40.

DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001[1976].

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading images: the grammar of visual design**. London: Routledge, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In.: MARCUSCHI, Luiz Antônio.; XAVIER, Antônio Carlos. (Orgs.) **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

MONDADA, Lorenza. **Verbalisation de l'espace et fabrication dusavoir: Approchelinguistique de la construction des objets de discours**. Lausanne: Université de Lausanne, 1994.

MONDADA, Lorenza. Cognitionet parole-em-interaction. **Veredas: revista de estudos linguísticos**.v. 6. n. 1. Jan/jun 2002. p. 9 – 27.

MONDADA, Lorenza. Referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, Ingedore; MORATO, Edwiges; BENTES, Anna Chistina (Orgs.). **Referência e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

MONDADA, Lorenza. Production du savoir et interactions multimodales. Une étude de lamodélisationspatiale commeactivité pratique situéetincarnée. **Revue d'anthropologie des connaissances** 2008/2 (Vol. 2, n° 2), p. 219-266.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referência [1995]. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES Bernadete Biase; CIULLA Alena. (Orgs). **Referência**. São Paulo: Contexto, 2003.

RAMOS, Paulo. Estratégias de referência em textos multimodais: uma aplicação em tiras cômicas. **Linguagem em (Dis)curso**, [S.l.], v. 12, n. 3, p. p. 743-763, dez. 2012.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Macrostructures**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1980.

VAN DIJK, Teun Adrianus **La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de lainformación**. Barcelona: Paidós Comunicación, 1990.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Estructuras e y funciones del discurso: una introducción interdisciplinaria a la lingüística del texto y a los estudios del discurso**. 10a ed. México: Siglo Veintiuno editores, 1996.

Vida nossa ou vida da gente: um estudo variacionista dos pronomes possessivos de 1.^a pessoa do plural

Vida nossa or vida da gente: a study of the 1st person plural of possessive pronouns

Aluiza Alves de Araújo*
Sara Alexandre Ferreira**
Francisco de Assis Pereira da Silva***

RESUMO

Tendo por base os pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, o presente artigo objetiva investigar a variação entre os pronomes possessivos de primeira pessoa do plural *nosso/a(-s)* e a forma inovadora *da gente* na fala culta fortalezense. Para tanto, utilizamos a amostra do projeto Descrição do Português Oral Culto de Fortaleza - PORCUFORT - FASE II, constituída por 36 informantes retirados do tipo de inquérito Diálogo entre Dois Informantes (D2). Os resultados evidenciam que a variação das formas *da gente* e *nosso/a(-s)* favorecem o uso da variante conservadora, sendo a mais utilizada na comunidade de fala estudada.

Recebido em 5 de setembro de 2022.

Aceito em 3 de janeiro de 2023.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n65.1331>

* Universidade Estadual do Ceará, E-mail: aluiza.araujo@uece.br.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2166-0852>

** Universidade Estadual do Ceará E-mail: saraalexandre1975@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1380-5038>

***Universidade Estadual do Ceará E-mail: diassiscpt@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2424-569X>

1 O presente artigo é produto dos trabalhos desenvolvidos no Laboratório de Pesquisas Sociolinguísticas do Ceará – LAPESCE.

Embora a variante inovadora tenha se mostrado influenciada pelos fatores linguísticos tamanho do grupo e tipo de posse, concluimos que a forma *da gente* ainda apresenta contextos de restrição de ocorrência, e, portanto, inferimos que a mudança no paradigma pronominal possessivo na comunidade analisada ainda está bem distante de ser implementada.

PALAVRAS-CHAVE: Pronomes Possessivos. 1^a Pessoa do Plural. Falar Culto. Fortaleza. Sociolinguística Variacionista.

ABSTRACT

Based on the theoretical assumptions of Variationist Sociolinguistics, this article aims to investigate the variation between the first person plural possessive pronouns *nossa/a(-s)* and the innovative form *da gente* in the cultural language of Fortaleza. For this purpose, we used the sample of the project *Descrição do Português Oral Culto de Fortaleza - PORCUFORT - PHASE II*, consisting of 36 informants drawn from the interview type *Dialog between Two Informants (D2)*. The results show that the variation of the forms *da gente* and *nosso/a(-s)* favors the use of the conservative variant, the most used in the linguistic community studied. Although the innovative variant was influenced by the linguistic factors of group size and type of possession, we conclude that the form *da gente* still occurs in contexts of restricted occurrence. Thus, we conclude that the change in the paradigm of possessive pronouns in the community under study is far from complete.

KEYWORDS: Possessive Pronouns. 1st Person Plural. Cultured Speech. Fortaleza. Variationist Sociolinguistics.

Introdução

A variação e a mudança linguística, inerentes ao próprio sistema da língua, têm sido objeto de pesquisas sociolinguísticas desde a década de 1960 a partir dos estudos de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e Labov (2008 [1972]), postulando que, tanto os aspectos internos quanto os fatores externos são de suma importância na compreensão dos fenômenos variáveis que ocorrem na fala de uma determinada comunidade, e que atuam tanto no processo de variação quanto no de mudança linguística.

Partindo desses pressupostos, definimos como objeto de estudo do presente artigo a variação dos pronomes possessivos de primeira pessoa do plural *nosso/a(-s)* e a forma inovadora *da gente*. Consideramos relevante

investigar o uso variável dos referidos pronomes nos dados do *corpus* do Projeto Descrição do Português Oral Culto de Fortaleza – PORCUFORT (Fase II), verificando, nesta ação investigativa, a atuação de variáveis linguísticas (forma de posse em função do tamanho do grupo, forma de posse em função da posição do possessivo, forma de posse em função do tipo de posse e forma de posse em função do tipo de determinante) e sociais (sexo/gênero e faixa etária) no uso da forma inovadora *da gente* em comparação ao uso da forma conservadora *nosso/a(-s)*, bem como analisando se o fenômeno investigado se comporta como variação estável.

Na perspectiva de analisar o processo variável dos pronomes mencionados, surgem as seguintes indagações: há variação das formas *da gente* e *nosso/a(-s)* presentes no *corpus* do PORCUFORT? Em caso afirmativo, esse fenômeno tem se apresentado como variação estável ou mudança em curso? E por fim, considerando a existência de variação, que fatores linguísticos e/ou sociais condicionam esse processo de variação?

Tendo em vista a necessidade de buscar respostas a estas questões, o presente artigo justifica-se pela importância em abordar o fenômeno da variação e mudança, envolvendo os pronomes possessivos de primeira pessoa do plural (doravante 1^ªpp) *da gente* e *nosso/a(-s)* no PORCUFORT - fase dois, visando identificar se ocorre o processo de mudança no sistema pronominal possessivo na modalidade oral culta fortalezense.

Ressaltamos ainda que há poucas pesquisas a respeito do nosso objeto de estudo (ARAÚJO, 2005; RAFAEL, 2010; OLIVEIRA, 2016; MENDONÇA; BORGES, 2021), e diante disso, consideramos pertinente, por meio deste trabalho, apresentar alguns resultados sistemáticos sobre essa variável, no sentido de ampliar, portanto, os conhecimentos acerca desse fenômeno linguístico, contribuindo para uma maior compreensão do objeto investigado, e também para o desenvolvimento dos estudos sociolinguísticos no Brasil.

Assim sendo, o artigo divide-se em seções e subseções interligadas e complementares, nas quais discutimos: a) alguns pressupostos acerca da

Teoria da Variação e Mudança Linguística postulados pela Sociolinguística Variacionista; b) os procedimentos metodológicos, a análise dos dados e a discussão dos resultados; e c) as considerações finais quanto ao objeto de estudo do presente artigo.

1 Sociolinguística Variacionista

A Sociolinguística é uma ciência autônoma e interdisciplinar que teve seu início em meados do século XX, ocupando-se, a partir de então, da relação não só entre língua e sociedade, como também do estudo da estrutura e da mudança linguística dentro do contexto da comunidade de fala. Ela procura exatamente estudar a língua em seu uso por uma dada comunidade linguística, analisando os aspectos sociais com o intuito de compreender a estrutura das línguas e seu funcionamento. Seu surgimento ocorreu nos Estados Unidos, mais precisamente em meados da década de 1960, em que o estudo da variação e da mudança, na perspectiva sociolinguística, foi impulsionado, sobretudo, por William Labov.

Inspirada em grande escala pelo trabalho pioneiro de Labov, a sociolinguística incrementou uma nova compreensão da natureza variável e mutável da linguagem, e também reconheceu o caráter regular e sistemático da heterogeneidade da língua por meio de um conjunto de estudos empíricos de natureza quantitativa, cujo foco era a língua em uso no contexto social, e, desse modo, caracterizou-se por representar uma espécie de reação aos enfoques estruturalista e gerativo-transformacional da linguagem.

Trudgill (2000) afirma que um dos principais fatores que tem levado ao crescimento da pesquisa sociolinguística tem sido o reconhecimento da importância do fato de que a linguagem é um fenômeno muito variável, e que essa variabilidade pode ter tanto a ver com a sociedade quanto com a linguagem, ou seja, uma ciência que se preocupa com a linguagem como um fenômeno social e cultural. Nesse sentido, tanto a variabilidade quanto a heterogeneidade da língua são partes integrantes da comunidade linguística,

necessária para satisfazer as demandas linguísticas da vida cotidiana. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]). Logo, a ideia de que a variação é uma parte inerente da linguagem é a máxima fundamental da abordagem sociolinguística variacionista.

A Sociolinguística Variacionista (também conhecida como sociolinguística laboviana ou Teoria da Variação e Mudança) é uma vertente cuja abordagem adota metodologias quantitativas, concentrando-se na frequência com que determinadas formas linguísticas ocorrem no uso e no grupo dos falantes ou em sociedades mais amplamente consideradas. De acordo com Sankoff (1988), ela vê o comportamento de uma variável conforme se distribui por uma série de fatores transversais, sejam eles externos (sociais) ou internos (linguísticos).

Partindo desse princípio, Labov (2008) enfatiza que, para lidar com a língua, temos de olhar para os dados da fala cotidiana o mais perto e diretamente possível, caracterizando, dessa forma, seu relacionamento com as teorias gramaticais do modo mais acurado que pudermos, a fim de corrigir, adequar e ajustar a teoria ao objeto visado. Nesse processo de estudo direto da língua em seu contexto social, associado à combinação de métodos empregados pela Sociolinguística Variacionista, também conhecida como Sociolinguística Quantitativa, é que o estudo sistemático da variação, conforme aponta Sankoff (1988), vai revelando novos tipos de estrutura, tornando possível, assim, a explicação dos padrões que favorecem a mudança linguística.

Sob esse viés, Tagliamonte (2012) assinala que os padrões que surgem são usados pelo pesquisador sociolinguista para interpretar e explicar o fenômeno sob investigação. E pelo fato de que a diferenciação linguística em comunidades de fala tem sido consistente para diferentes características linguísticas, cujos padrões se repetem em diferentes situações no tempo e no espaço, é que se faz necessário haver uma investigação sociolinguística variacionista, tendo em conta que este tipo de investigação busca atestar, por meio da linguagem em uso, o fato de que a língua está sempre mudando.

Para descobrir os fatores relevantes, tanto sociais quanto linguísticos, os dados são analisados usando uma modelagem estatística – método este que adotamos no presente estudo, conforme veremos mais adiante, haja vista que o fenômeno analisado considera os postulados teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista. Nesta direção, Labov (1994) enfatiza que as técnicas para o estudo representado da comunidade de fala nos permitem rastrear o processo de mudança através da estrutura social, e assim localizar os inovadores, bem como aqueles que resistem e se opõem à mudança.

No que concerne às formas inovadoras, Labov (2008) acrescenta que estas entram em contato com as formas mais antigas, num amplo espectro de usos, e cabe ao sociolinguista analisar os estágios em que ocorre o processo da mudança linguística. Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) consideram que a mudança linguística é um processo contínuo em um sistema ordenadamente heterogêneo no qual uma forma canônica e uma inovadora coexistem dentro de um mesmo sistema linguístico, e que a escolha entre alternativas linguísticas está correlacionada a um sistema que muda acompanhando as mudanças na estrutura social.

Fundamentados nestes pressupostos, consideramos relevante analisar, na perspectiva da Sociolinguística Variacionista, o processo de mudança no sistema pronominal possessivo na fala culta fortalezense referente aos pronomes possessivos de 1^ªpp *da gente* e *nosso/a(-s)*, identificando seus fatores condicionantes, tanto de ordem linguística quanto social. Para tanto, julgamos pertinente abordar alguns estudos em que foram desenvolvidas pesquisas de natureza quantitativa sobre o objeto de estudo do presente artigo, conforme descrevemos a seguir.

1.1 Estudos variacionistas sobre da gente/nosso/a(-s)

Como ponto de partida, para uma melhor compreensão do fenômeno analisado neste estudo, destacamos o trabalho de Araújo (2005), que, em sua dissertação de mestrado, teve como objetivo realizar uma análise sócio-

histórica das expressões de posse do português do Brasil. Nessa perspectiva, houve a comprovação da hipótese em relação ao comportamento dos pronomes possessivos – objeto de estudo da referida pesquisa –, de que o intenso contato entre as línguas indígenas, africanas e europeias, no seu processo de formação, foi de grande importância para imprimir os principais traços da variedade linguística do português brasileiro (doravante PB).

A referida pesquisa foi realizada no âmbito do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia e contou com 28 entrevistas que obedeceram a critérios de faixa etária, sexo, comunidade, nível de escolaridade e estada fora da comunidade. As variáveis linguísticas controladas foram: paralelismo formal, alternância das formas de referência pessoal por informante nas entrevistas, paralelismo discursivo, tipo de posse, nível de referencialidade do referente, presença do determinante do sintagma nominal (doravante SN) com o elemento possessivo, distribuição da posse, quantificação do referente possuído, presença de núcleo e função sintática do elemento do SN com o elemento possessivo.

Em seu trabalho, a autora estabeleceu uma variável ternária, com as formas *nosso*, *da gente* e *de nós*. No entanto, como a variante *de nós* apresentou poucas ocorrências, fazendo surgir muitos nocautes², ela optou pela eliminação desses dados e prosseguiu na análise com uma variável binária, apenas com as formas *nosso* e *da gente*. Os resultados gerais desse trabalho mostraram uma variação equilibrada em termos percentuais, pois, a forma *da gente* obteve o percentual de 49,57%, enquanto que a forma *nosso/a(-s)* apresentou 50,43%.

Em relação à pesquisa de Rafael (2010), a autora também objetivou analisar o fenômeno de variação, envolvendo os pronomes possessivos *da*

2 O termo “nocaute”, na pesquisa sociolinguística, é um fator que corresponde a uma frequência de 0% ou 100% num dado momento da análise, para um dos valores da variável dependente. Por exemplo, Guy e Zilles (2007) ilustram, para uma melhor compreensão, que, num estudo de apagamento de -s final, quando apresenta 100% de apagamento ou 0%, tal contexto conta como um nocaute.

gente e *nosso/a(-s)*. Em sua dissertação de mestrado, a autora fez uma análise nas modalidades oral e escrita da língua. Foram controlados os seguintes grupos de fatores sociais: sexo e escolaridade/idade. Com relação aos fatores linguísticos, foram controlados: dimensão do grupo referido pelo pronome possessivo, tipo de texto e modalidade da língua.

Os dados foram coletados do *corpus* Discurso & Gramática, e as codificações foram submetidas ao programa estatístico VARBRUL, que forneceu os dados relacionados às variantes. Os resultados gerais indicaram prevalência da variante *nosso/a(-s)*, com 86,2% sobre a variante *da gente*, com 14,8%. A autora não apresenta as variáveis escolhidas pelo programa por ordem de relevância, mas informa os fatores condicionadores da variante inovadora *da gente*: sexo feminino, estudantes de 4^a série na faixa etária de 9 a 11 anos de idade e estudantes de 8^a série, de 13 a 16 anos, para as variáveis sociais; grupo pequeno, narrativa recontada e modalidade falada para as variáveis linguísticas.

No que diz respeito à pesquisa de Oliveira (2016), o objetivo foi atestar a relevância do contato entre línguas ocorrido nos períodos colonial e imperial do Brasil, na reestruturação do aspecto gramatical do sistema de expressão de posse do português à luz da Teoria da Variação e Mudança Linguísticas e da Teoria da gramática. A pesquisa teve como *corpus* amostras da língua falada no semiárido baiano (ALMEIDA; CARNEIRO, 2008), um conjunto de entrevistas com falantes analfabetos e semianalfabetos moradores de comunidades formadas por matrizes étnicas diferentes.

Os resultados percentuais apontaram que a variante inovadora foi a mais utilizada com 57% das ocorrências, seguida pela forma canônica *nosso/a(-s)* com 41,3%. Por fim, a forma *de nós* apresentou apenas o percentual de 1,7%.

No tocante à pesquisa de Mendonça e Borges (2021), o objetivo do estudo foi analisar a variação das formas possessivas na fala de universitários do *Campus* Itabaiana/UFS. As autoras utilizaram como amostra dados do

corpus Deslocamentos 2018/UFS-Itabaiana, composta por 80 entrevistas sociolinguísticas, estratificadas quanto ao sexo/gênero dos informantes.

Os resultados mostraram que a variante canônica *nosso/a(-s)* é mais utilizada pelos universitários, com 93% das ocorrências, enquanto que a variante analítica *da gente* obteve o percentual de 7%. Os resultados do teste de qui-quadrado apontaram que há uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis paralelismo formal, tamanho do grupo possuidor, inclusão do interlocutor, posição do possessivo, presença de determinante, tipo de determinante, tipo de sintagma e sexo/gênero do falante e o uso de *nosso* ou *da gente* para expressar posse, com favorecimento do pronome *nosso* em todos os contextos controlados.

Como pudemos observar nesta seção, o uso pronominal possessivo de 1^ªpp *da gente* e *nosso/a(-s)* foi analisado em alguns trabalhos de natureza descritiva e sincrônica. A apresentação de tais estudos neste item, primeiramente, ofereceu-nos alguns critérios de orientação teórica para elaboração e ampliação das categorias de análise do fenômeno em estudo, a partir do que já se tem feito até então, como também do que ainda deverá se fazer, enquanto análise, para observar os fatores condicionadores das formas possessivas de 1^ªpp *da gente* e *nosso/a(-s)* do PB.

Segundo, ajudou-nos a apreender alguns traços característicos *a posteriori* do comportamento variável dos pronomes possessivos de 1^ªpp *da gente* e *nosso/a(-s)*, servindo-nos de parâmetro comparativo para os resultados obtidos por este estudo, os quais apontarão as semelhanças e diferenças existentes, decorrentes de fatores sociais e linguísticos, no emprego alternado dos referidos pronomes. Sendo assim, nossa perspectiva de análise será exposta a seguir, orientada pelos pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística quantitativa.

2 Metodologia

A pesquisa descrita neste trabalho é do tipo quantitativa porque analisa uma grande quantidade de dados, utilizando-se de um programa

computacional, especialmente desenvolvido para a análise estatística de fenômenos linguísticos variáveis, conforme veremos em seção ulterior. Assim, pretendemos sistematizar as regularidades existentes na variação da fala quanto às formas possessivas de 1^ªpp *da gente* e *nosso/a(-s)*, visando a identificação de fatores independentes que influenciam a ocorrência de uma ou outra variante.

Vamos delinear os passos seguidos para a concretização de nossa pesquisa, considerando técnicas, codificação e coleta dos dados, amostra, definição das variáveis e processamento dos dados no programa estatístico GOLDVARB X³.

2.1 *Corpus* e amostra

Para a realização deste trabalho, utilizamos o *corpus* do projeto PORCUFORT - FASE II (Projeto Descrição do Português Oral Culto de Fortaleza-CE), um projeto construído com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista. O PORCUFORT - FASE II foi coordenado pela prof^a. Dr^a Aluiza Alves de Araújo, no período de 2018 a 2022. O projeto teve como um de seus principais objetivos possibilitar investigações de fenômenos variáveis em tempo real, a partir de estudos de tendência. Portanto, a amostra do projeto considerou os mesmos fatores sociais da primeira fase de elaboração do corpus.

O projeto conta, na fase II, com 107 informantes; no entanto, neste trabalho, utilizamos apenas os dados de 36 informantes, estratificados de acordo com o sexo, a faixa etária e o tipo de registro, conforme mostra o quadro 1 abaixo.

3 O GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) foi desenvolvido para realizar análises linguísticas variacionistas e fornecer rodadas multivariadas dos grupos de fatores controlados pelos pesquisadores. Esse programa é uma versão atualizada do antigo pacote de programas VARBRUL.

Quadro 1- Distribuição dos informantes na nossa amostra

Faixa etária	Sexo	
	Masculino	Feminino
	Registro	
	D2	D2
I (22-35)	4	6
II (36-55)	6	7
III (56 em diante)	6	7
Total	16	20

Fonte: Elaborado com base em Araújo, Viana e Pereira (2018, p. 182).

Tendo em vista que, nas pesquisas sociolinguísticas, recomenda-se que a estratificação proporcional da amostra seja de 5 (cinco) informantes em cada célula, composta de indivíduos com as mesmas características sociais (SILVA, 2019), na amostra de nossa pesquisa, entretanto, a distribuição de informantes em cada célula apresenta-se de forma assimétrica, conforme exposto no quadro acima, uma vez que a célula com 4 inquéritos apresenta-se desta forma por não ter havido ocorrência do fenômeno nos demais inquéritos que compõem esta célula. Assim, a distribuição do número de informantes da referida amostra justifica-se pelo fato de termos encontrado maior ocorrência das variantes em estudo apenas nos inquéritos do tipo D2 (Diálogo entre Dois Informantes) que aparecem nas células sociais apresentadas no quadro 1.

2.2 Variável dependente

A variável dependente é o fenômeno em variação investigado pelo pesquisador. Nessa pesquisa, nossa variável dependente é a expressão de posse referente à primeira pessoa do plural. Nossas variantes são o pronome *nosso* e suas flexões de gênero e número (*nossa*, *nossos*, *nossas*), e a forma nominal *da gente*. Essas formas são exemplificadas nas seguintes falas presentes na nossa amostra:

- Exemplos de pronomes possessivos de primeira pessoa do plural

“da *nossa* conversa né...” (D2-inq. 08)⁴

“assim e a gente não tem nem noção de como é que vai ser a velhice *da gente*...” (D2-inq. 08)

No decorrer das leituras das ocorrências, foi possível constatar a existência de formas cristalizadas do pronome *nosso* com suas flexões. Essas ocorrências foram descartadas, porque nesses tipos de formas não ocorre variação. Mais adiante, também apresentamos um exemplo de dados em que desprezamos as ocorrências de *da gente* com valor semântico de *de nós*.

- Exemplo de forma cristalizada

“aí minha *Nossa Senhora*” (D2-inq. 86)

- Exemplo de *da gente* com valor semântico de *de nós*

“aí a gente pegava uns cordões sai correndo o cachorro saía correndo atrás *da gente*” (D2-inq. 55)

2.3 Variáveis independentes

As variáveis independentes controladas na presente pesquisa são: as variáveis linguísticas forma de posse em função do tamanho do grupo, forma de posse em função do tipo de posse e forma de posse em função do tipo de determinante. As variáveis sociais são sexo/gênero e faixa etária⁵. A seguir, os grupos de fatores linguísticos de nosso estudo.

4 D2 – Diálogo entre Dois Informantes. Inquérito Número 08.

5 As variáveis sociais não serão apresentadas nas seções subsequentes porque o GOLDVARB X não as considerou relevantes em relação ao fenômeno de nossa pesquisa.

2.3.1 Forma de posse em função do tamanho do grupo

A variável tamanho do grupo designa a extensão do grupo a que o pronome possessivo se refere. Tendo como base Mendonça e Borges (2021), controlamos os três fatores: grupo pequeno (até dez pessoas); grupo médio (acima de dez pessoas – uma turma de alunos, por exemplo); e grupo grande (representando uma sociedade, uma nação). Nossa hipótese para esse fator é a de que a forma inovadora *da gente* será favorecida para designar grupos grandes, aqueles menos definidos e indeterminados, já a forma canônica *nosso/a(-s)* será favorecida para designar grupos pequenos e médios.

- Grupo Pequeno

“eu tô com/então a diferença *da gente* de 3 anos...” (D2-inq. 08) - Referindo-se à diferença de idade entre os dois informantes.

- Grupo Médio

“igual igual *nosso* alunos eles não têm noção são uns inocentes” (D2-inq. 55) - Referindo-se à turma de alunos.

- Grupo Grande

“*nosso* país ele é cercado por países que fala a língua espanhola” (D2-inq. 65) - Referindo-se à nação.

2.3.2 Forma de posse em função do tipo de posse

Dividimos esta variável em três fatores: posse material (quando o possuído é algo que pode ser comprado ou adquirido); posse abstrata (quando o possuído se refere a algo que não pode ser comprado, mas pode ser adquirido ao longo do tempo, pode ser de caráter afetivo, moral, intelectual, social e espiritual); e posse inalienável (quando o possuído não pode ser separado do possuidor, ou seja, é a posse mais natural, uma vez que não se adquire).

- Tipo de posse – Abstrata
“aí *nossa* amizade foi muito GRANde” (D2-inq. 77)
- Tipo de posse – Material
“a/o *nosso* apartamento vai ser entregue em julho de dois mil e dezenove”
(D2-inq. 05)
- Tipo de posse – Inalienável
“uma coisa importante também na vida *da gente*...” (D2-inq. 05)

Para esta variável, lançamos a hipótese de que a forma inovadora *da gente* será favorecida quando for a posse inalienável; por outro lado, acreditamos que a forma *nosso/a(-s)* será privilegiada no contexto de posse abstrata.

2.3.3 Forma de posse em função do tipo de determinante

Tendo como base Mendonça e Borges (2021), controlamos os tipos de determinantes que ocorrem com mais frequência, acompanhando o pronome possessivo no sintagma nominal das formas possessivas estudadas, e nesta direção, consideramos fundamental controlar os seguintes fatores: artigo definido, artigo indefinido, demonstrativos e ausência de determinantes. A hipótese prevista para esta variável é a de que haverá maior presença de artigos (definidos e indefinidos) e demonstrativos.

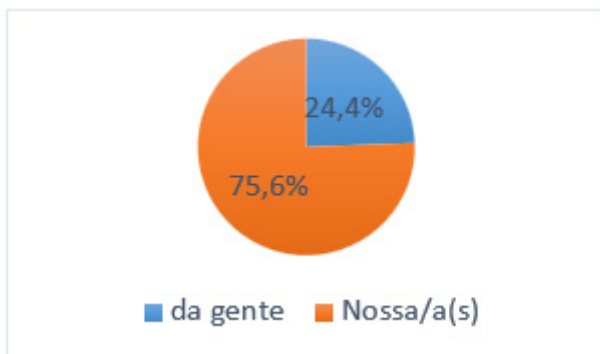
- Tipo de determinante – Ausente
“*nosso* país ele é cercado por países que fala a língua espanhola” (D2-inq. 65)
- Tipo de determinante – Artigo definido
“que a vida *da gente* é assim...” (D2-inq. 80)
- Tipo de determinante – Artigo indefinido
“pra num ficar doido igual uns colegas *nosso* aí uns e outro aí” (D2-inq. 83)

3 Análises dos dados

Os resultados aqui exibidos são frutos de diversos processamentos estatístico-probabilísticos, visando dar conta da explicação possível para a variação linguística do fenômeno ora estudado. Na seção que se segue, apresentamos, portanto, as rodadas realizadas no GOLDBARB X.

3.1 Primeira rodada: dados percentuais

Gráfico 1 - Frequência de uso das variantes *da gente* e *nosso/a(-s)* em nossa amostra

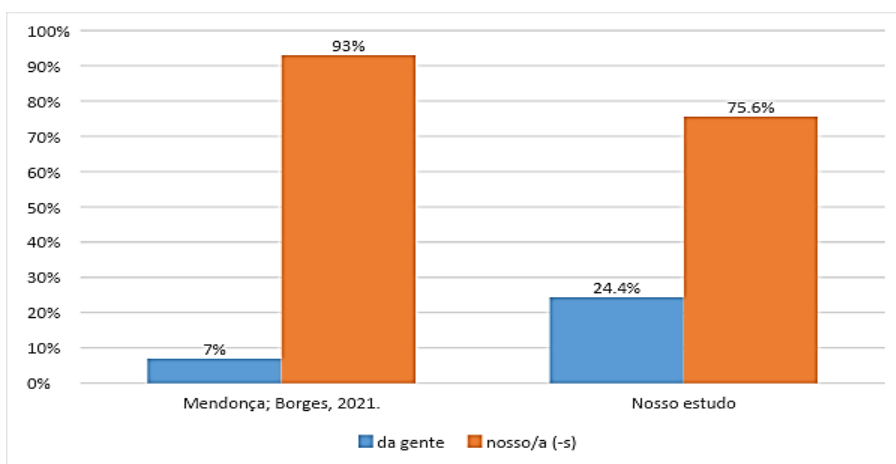


Logo após termos resolvido os nocautes e o *singleton group* da primeira rodada, o programa nos forneceu os dados que apresentamos a seguir. Analisamos, a princípio, a frequência de uso das variantes *da gente* e *nosso/a(-s)*, e, de um total de 225 ocorrências, a distribuição se deu da seguinte forma: 55 ocorrências para a forma *da gente* (24,4%), ao passo que 170 ocorrências corresponderam ao uso de *nosso/a(-s)* (75,6%), conforme ilustramos no gráfico 1.

Como podemos perceber, os resultados do nosso estudo, ilustrados no gráfico 1, comparados aos do trabalho de Mendonça e Borges (2021), difere apenas em relação às porcentagens do uso da forma *da gente*, que apresentaram 34 ocorrências, o que equivale a 7% para a forma inovadora,

e 443 ocorrências correspondendo a 93% para *nosso/a(-s)*. Isso nos leva a inferir que, em ambos os estudos, a frequência da forma de posse canônica ainda é favorecida, de modo geral, na fala culta das comunidades analisadas nos *corpora* das referidas pesquisas. O gráfico 2, logo abaixo, corrobora essa inferência com base nos dados apresentados:

Gráfico 2 - Comparação dos resultados gerais de *da gente/nosso/a(s)* de Mendonça; Borges (2021) e variedades estudadas



Fonte: Elaborado pelos autores.

O uso da forma possessiva *nosso/a(-s)* é maior do que a forma possessiva *da gente* nos percentuais das duas pesquisas apresentadas no gráfico acima: 93% (n = 443) e 75,6% (n = 170) para a forma canônica; 7% (n = 34) e 24,4% (n = 55) para a forma inovadora, respectivamente, tanto na fala de universitários do *Campus Itabaiana/SE* (MENDONÇA; BORGES, 2021) quanto no falar culto de Fortaleza-CE- PORCUFORT - FASE II do presente estudo.

3.2 Primeira rodada: análise binomial

Embora o número de ocorrências da variante *da gente* seja inferior ao da variante *nosso/a(-s)*, optamos por investigar quais fatores contribuem para a realização da forma *da gente*, e desse modo, nos interessa averiguar alguns resultados sistemáticos sobre o comportamento dessa variável no falar culto de Fortaleza.

Assim, na primeira rodada de nossas análises, os grupos de fatores selecionados como favorecedores da variante *da gente*, por ordem de relevância, foram: tamanho do grupo e tipo de posse. Apresentamos, a seguir, os resultados detalhados para cada um destes grupos de fatores, seguindo, portanto, a ordem de relevância.

3.2.1 Tamanho do grupo

Tabela 1 - Atuação da variável *tamanho do grupo* sobre a variante *da gente*

FATORES	Aplicação/Total	%	P.R
Pequeno	51/154	33,1	0.672
Médio	3/30	10	0.341
Grande	1/40	2,4	0.099

Conforme os dados expostos na tabela 1, vemos que o emprego da variável *da gente* é mais acentuado quando o tamanho do grupo é pequeno, ou seja, com no máximo até dez pessoas, apresentando um nível percentual de 33,1% e peso relativo de 0.672.

A hipótese norteadora que tínhamos para este grupo de fatores e testada pela análise estatística foi a de que a forma inovadora *da gente* seria privilegiada por grupos grandes, ou seja, aqueles menos definidos e indeterminados, enquanto que a forma canônica *nosso/a (-s)* seria favorecida pelos fatores grupos pequenos e médios. No entanto, os dados expressos acima

não validaram esta hipótese, haja vista que o grupo que mais beneficiou a forma inovadora foi o grupo pequeno, e não o grupo grande, como prevemos. Este último, por sua vez, favoreceu a forma canônica *nosso/a(-s)*.

Os nossos resultados diferem, em parte, dos obtidos por Mendonça e Borges (2021⁶), pois a forma possessiva *da gente* apresentou, na pesquisa destas autoras, os seguintes resultados para esta variante: tamanho pequeno (11%, n = 13); tamanho médio (11%, n = 8) e tamanho grande (8%, n = 8). Quanto à forma possessiva *nosso/a(-s)*, nos resultados atestados pelas autoras, houve predominância nos três grupos: 89% (n = 107) para pequeno; 89% (n = 63) para médio; e 95% (n = 273) para grande, resultados estes que se assemelham ao nosso estudo com relação a esta variante.

3.2.2 Tipo de posse

Tabela 2 - Atuação da variável *tipo de posse* sobre a variante *da gente*

FATORES	Aplicação/Total	%	P.R
Inalienável	29/80	36,2	0.613
Abstrata	23/120	19,2	0.474
Material	3/25	12,0	0.276

Analisando o grupo de fatores nesta rodada, constatamos que a regra inovadora foi favorecida pelo tipo de posse *inalienável*, ou seja, quando a posse é mais natural e não pode ser separado do possuidor, uma vez que não se adquire. Verificamos que esse fator atua de modo favorável sobre o uso da variante *da gente* com percentual de 36,2% e peso relativo de 0.613.

6 As autoras não apresentaram os pesos relativos, por isso usamos para comparação apenas os percentuais.

A hipótese levantada para este grupo foi de que o fator *posse inalienável* tenderia ao uso da forma *da gente*, o que foi comprovado pelos dados. No entanto, a hipótese levantada para a forma *nosso/a(-s)* sobre o favorecimento dessa variante no contexto de *posse abstrata* foi refutada.

No que tange ao favorecimento da variável *da gente* para o fator *posse inalienável*, bem como da predominância da forma *nosso/a(-s)* para o contexto de *posse material*, o resultado desta pesquisa foi em sentido oposto aos da pesquisa de Mendonça e Borges (2021), pois, para este mesmo fator, o estudo das autoras apontou a predominância da forma possessiva *nosso/a(-s)* nos três tipos de posse: 93% (n = 340) para abstrata; 94% (n = 45) para inalienável; e 89% (n = 58) para material. Por sua vez, a forma inovadora *da gente*, segundo as autoras, foi mais frequente para expressar a posse abstrata (7%, n = 24), já que, nas posses inalienável (6%, n = 3) e material (11%, n = 7), houve poucas ocorrências.

Considerações finais

Este estudo foi alicerçado na metodologia da Sociolinguística Laboviana com o intuito de analisar o processo variável dos pronomes possessivos de 1.^app *nosso/a(-s)* e a forma inovadora *da gente* em amostras de língua falada representativas da variedade culta da cidade de Fortaleza-CE. Com a pesquisa que realizamos referente à expressão de posse citada, acreditamos que reunimos elementos importantes que nos permitem chegar a algumas conclusões sobre a forma de posse da comunidade de fala culta fortalezense.

O estudo aqui exposto mostrou que houve variação das formas *da gente* e *nosso/a(-s)* presentes no *corpus* do PORCUFORT, pois, ao longo dos inquéritos do tipo D2, verificamos que os resultados obtidos para o total de 225 ocorrências, 55 delas favoreceram o uso de *da gente* com o percentual de 24,4%, e 170 ocorrências corresponderam à frequência de *nosso/a(-s)*, totalizando 75,6%. Cabe aqui considerar que estes resultados

foram provenientes de dados de inquéritos do tipo D2, ou seja, diálogo entre dois informantes, e estas entrevistas guardam pouco ou nenhum grau de monitoramento estilístico por parte dos entrevistados.

Diante desse cenário, pressupomos que o uso da forma inovadora *da gente* sobrepujasse a forma canônica, tendo em vista a pouca ou nenhuma formalidade na fala dos inquéritos analisados, conforme mencionamos. Entretanto, os resultados apresentados nos mostram que a variante tida como padrão tende a ser mais usada que a variante inovadora nas formas pronominais possessivas de 1.^app, em amostra da fala culta de Fortaleza.

Sendo assim, podemos inferir, a partir destes resultados, que a forma *nosso/a(-s)*, considerada como variante conservadora, foi a que demonstrou maior frequência de uso, o que denota que o quadro pronominal possessivo de primeira pessoa do plural na fala culta fortalezense, a nosso ver, não apresenta tendência para uma possível mudança em curso, uma vez que a variante inovadora, regra de aplicação deste estudo, permeia concomitantemente com a forma canônica, mas com contextos de ocorrências restritos, evidenciando uma frequência de uso ainda pouco ascendente na comunidade de fala analisada.

A partir dos resultados aqui apresentados, concluímos que a variante inovadora *da gente* ainda apresenta contextos de restrição de ocorrência, conforme demonstramos em nossa análise. Portanto, isso nos leva a inferir que a mudança no paradigma pronominal possessivo, na comunidade de fala oral culta fortalezense, ainda está bem distante de ser implementada.

Referências

ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. **Nosso, da gente e de nós**: um estudo sociolinguístico da expressão de posse no português rural afro-brasileiro. 2005. 224f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2005.

ARAÚJO, Aluiza Alves de. **Projeto Descrição do Português Oral Culto de Fortaleza – PORCUFORT (fase II)**: uma pesquisa em tempo real. Aprovado na Chamada Universal MCTIC/CNPq n.º 28/2018. Fortaleza: Mimeo, 2018.

ARAÚJO, Aluiza Alves de; VIANA, Rakel Beserra de Macêdo; PEREIRA, Maria Lidiane de Sousa. **O projeto descrição do português oral culto de Fortaleza - PORCUFORT**: das origens aos dias atuais. Web-Revista SOCIODIALETO, v. 8, n. 24, p. 174-198, mar. 2018. LABOV, William. **Principles of linguistic variation**: internal factors. Vol. 1. Malden, MA: Blackwell Publishers Ltd., 1994.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2008.

MENDONÇA, Josilene de Jesus.; BORGES, Cósma Karine Vieira. **Variação nos pronomes possessivos de 1.^a pessoa do plural**. Paraguaçu: Revista de Estudos Linguísticos e Literários, [s. l.], v. 1, ed. 1, p. 106-129, 2021.

OLIVEIRA, Matheus Santos. **O efeito do contato entre línguas na reestruturação do sistema de expressão de posse do português do semiárido baiano**. 2016. 87f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2016.

RAFAEL, Noelma. **Variação, mudança e ensino**: o caso dos pronomes possessivos da gente e nosso(a)(s) em uma abordagem sociofuncionalista. 2010. 81 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010.

SANKOFF, David. Sociolinguistics and syntactic variation. In: NEWMAYER, Frederick. J. (ed.). **Linguistics**: The Cambridge Survey. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 140-161.

SANKOFF, David.; TAGLIAMONTE, Sali A.; SMITH, Eric. **Goldvarb X**: a multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics, Ottawa: Department of Mathematics, 2005. SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Coleta de dados. *In*: MOLLICA, Maria Cecilia.; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 117-134.

TAGLIAMONTE, Sali A. **Variationist Sociolinguistics**: change, observation, interpretation. Blackwell Publishing Ltd., 2012.

TRUDGILL, Peter. **Sociolinguistics**: an introduction to language and society. 4. ed. Penguin Books, 2000.

WEINREICH, Uriel.; LABOV, William.; HERZOG, I. Marvin. **Fundamentos empíricos da mudança linguística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

Sobre o estudo da língua portuguesa

Manuel Pacheco da Silva Júnior

As espécies passam de uma para outra por uma infinidade de transições, quer no reino animal, quer no vegetal. A consequência imediata d'esta teoria, a que os ingleses denominaram DARWINISMO, é a seleção natural por meio da luta: - *the struggle for life*². Os seres mais bem organizados, de maior intensidade, mais dotados pela natureza, enfim, para saírem vencedores na luta travada com os agentes estranhos, perduram mais, reproduzem-se, e sobrepõem-se aos de estrutura orgânica inferior.

Outro elemento d'esta teoria, diz um célebre antropologista³, é a variabilidade espontânea, e as desviações ou divergências reproduzindo-se por muitas gerações acabam-se por acentuar-se, formando tipos, que tendem cada vez mais a apartar-se do originário. Os resultados⁴ da seleção natural são mais duradouros, do que os tipos da artificial, os quais volvem com facilidade à forma primitiva. E a tudo isso acresce, e é muito de notar, a influência dos meios.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2023n65.1373>

- 1 [Nota do editor] Publicado originalmente em **A Escola: Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Serafim José Alves Editor, v. 2, 1877, p. 73-77. Procedeu-se à atualização ortográfica.
- 2 [Nota do editor] No original, *strugle*, por erro tipográfico óbvio.
- 3 [Nota do editor] Provável referência à teoria da transmutação das espécie proposta por Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829)
- 4 [Nota do editor] No original, “os resultado”, por erro tipográfico óbvio.

O que se dá com os indivíduos, dá-se também com as raças: sempre as inferiores perecem nas batalhas festejadas por amor da vida. Eis como desapareceram ou já se estorcem nas vascas da morte os Califórnicos, Caraíbas, Katchodales, Makoles, os Iberos, Celtas, os Astralianos, Nigritos, Esquimós, as raças indígenas da América etc.

“A imobilidade absoluta não existe; mas a estabilidade dos seres é relativa.”

A linguagem também faz parte da história natural: tem vida orgânica e apresenta notáveis analogias com os seres organizados – no nascimento, decadência e morte. É um organismo sujeito às condições da vida orgânica, e regido por leis inteiramente estranhas à atividade humana.

Filha da necessidade, desenvolve-se sobre as forças conservadoras e modificadoras.⁵

A natureza da linguagem ou glossologia, esfacela o dogma da palavra revelada, teoria puramente descritiva: as maravilhas da natureza, - na frase de um dos expoentes da literatura contemporânea da América do Norte, - obliteraram nos espíritos as maravilhas da superstição e do miraculoso; e a ciência moderna prova que a linguagem não é por si mesma uma faculdade ou capacidade especial.

A ignorância dos nossos maiores é que os levou a considerar a linguagem *um ramo da psicologia*; e, por motivo das relações imediatas da palavra e do pensamento, *identificaram a palavra com o pensamento e a razão*.

Os estudos da anatomia patológica provam à evidência, principalmente depois dos estudos de Broca, o que já assertamos no primeiro número de uma interessante revista, que se publica n’esta corte,⁶ a *Imprensa Industrial*,

5 [Nota do editor] No original, consta uma vírgula em vez de ponto por erro tipográfico óbvio.

6 [Nota do editor] No original, o autor usa um travessão após esta vírgula. Julgamos melhor retirá-lo para maior clareza do texto.

sobre a localização da palavra; e a autópsia tem-nos revelado que sempre que a circunvolução frontal inferior do hemisfério esquerdo tem uma lesão profunda devida a uma apoplexia, amolecimento ou tumeficação, o indivíduo saltado de qualquer d'essas enfermidades torna-se afêmico, acrescentando a circunstância de ser ainda o atrofiamento da 3.^a circunvolução frontal do hemisfério cerebral esquerdo⁷ a causa por que alguns microcéfalos nunca conseguiram aprender a falar. É pois aí que senhorea a parte dinâmica e a mecânica da articulação, e se – como mui judiciosamente pondera um filólogo inglês a quem temos por contemporâneo –⁸ a língua fosse a mesma cousa que a razão, esta seria uma função do nervo auditivo.

*

O desenvolvimento progressivo do espírito humano, verdadeiro criador da linguagem, na frase de um professor alemão, fez-se sob três influências sucessivas – 1.^o da *intensão sensual*, que predomina na infância do indivíduo e das rações; 2.^o da percepção e juízo racionais, que ainda hoje predomina na humanidade; 3.^o da *inteligência intuitiva*, que predomina no futuro.

A verdade é que o homem primitivo não podia ter outra linguagem senão a da expressão imediata das sensações por meio de gritos, interjeições, exclamações.

A linguagem só pode ser considerada *língua* quando não é mais simplesmente a expressão *imediate* da sensação, mas sim a expressão mediata da sensação transformada em noção, como por exemplo na proposição analítica – *eu sou amante – eu amo*. “À medida que a língua se desenvolve, a expressão das noções dos juízos absorve cada vez mais a expressão das sensações”⁹ (Berg.)

7 [Nota do editor] No original, há uma vírgula após *esquerdo*, por erro óbvio.

8 [Nota do editor] Nesse segmento, o autor conjuga o uso de travessões após as vírgulas. Optamos por retirá-los para melhor clareza do texto.

9 [Nota do editor] No original, sem o fechamento das aspas.

A palavra, pois, nasceu no som primitivo ou na onomatopeia¹⁰, cresceu e desenvolveu-se, passando da camada primitiva do monossilabismo para a intermediária representada pelo período da aglutinação, do qual originou-se o sistema de flexão; morre enfim quando desaparece a ideia e com ela o termo; e para a morte do vocábulo contribui não só esta causa, senão também a sinonímia¹¹ e a influência estrangeira.

Apesar da unidade da origem da espécie humana¹², houve pluralidade de línguas primitivas; e é muito de notar a unidade das leis que presidiram à formação das diferentes famílias de línguas. Assim, as línguas primitivas depois de se terem formado de modo natural, segundo as leis *fonológicas* da natureza humana, foram entregues, depois de formadas, às leis do desenvolvimento, diferenças e metamorfose, que presidem a todas as cousas físicas e metafísicas. Estas leis de desenvolvimento ou da transformação não diferem das leis da formação, que é apenas o desenvolvimento de um estado anterior, e toda a transformação de uma cousa formada é tão somente uma série de desenvolvimentos ou mudanças contínuas e sucessivas. (Id. Gloss.)

Apenas a língua entra na sua vida histórica, começa a alteração fonética dos vocábulos, que tendem cada vez mais a abreviar-se.

As palavras, como todos os seres organizados, compõem-se de esqueleto, carne e fibras. As consoantes representam o esqueleto; as vogais a carne; as letras de ligação ou de intercalação fônica, as fibras; o acento é a alma da palavra. E como sucede nos seres organizados, a armação óssea

10 O mesmo sucedeu na vida anímica e vegetativa. A lei da formação progressiva foi em tudo pouco desenvolvida e rude a princípio. Assim na vida animal, por exemplo, os vertebrados são de formação posterior aos moluscos, estes aos articulados, os articulados posteriores aos radiados, porque a organização mais simples deu origem, pela metamorfose, à organização mais complicada. Assim também a planta utrícula elementar chegou ao estado do vegetal da organização complicada etc. A vida orgânica importa *variabilidade e metamorfose* das formas.

11 [Nota do editor] No original há uma vírgula após a preposição *e*.

12 [Nota do editor] No original, “de espécie humana”, por erro óbvio.

sobrevive às partes moles, i. é, as consoantes persistem mais do que as vogais. É assim que *esmola* tem três sílabas, ao passo que no latim, d'onde ela se deriva, tem quatro *eleumosina*, que no grego d'onde tira origem a forma latina, tem seis *élemnosune*, e que em inglês reduz-se à sua forma mais simples *alms*, a que se origina do Anglo Saxônio *ælmesse*. É ainda assim que mesmo deriva-se de *metipsimus*¹³; bispo do latim *episcopus*, que tira origem do vocábulo grego *épiskopos* (derivada da *skep-ver*, *olhar*, e pref. *épi-a*)¹⁴, vocábulo que, no dinamarquês, chegou ao último grau de contração na forma monossilábica *bisp*.

Por estes exemplos, vemos que as consoantes (ossada ou esqueleto) mais se conservam que as vogais, cuja queda determina a mutilação do vocábulo, persistindo – em regra – a sílaba tônica, principalmente nas palavras de origem popular. As vogais pois estão mais sujeitas a alterações do que as consoantes, que todavia estão sujeitas a quedas, permutações e transmutações. Estes factos, porém, acham-se subordinados a regras, a uma marcha regular, a uma lei, e o movimento de transição segue uma direção geral, sujeita a uma causa específica. Cada língua tem seus princípios regulares e particulares de modificação.

Assim como a palavra pode mudar de forma sem mudar de sentido, também pode mudar de sentido sem mudar de forma: *bispo*, *preste*, *candidato* etc. O sinal articulado torna-se então um sinal convencional.

13 Do latim *metipsimus*, contraído regularmente em *metip'smus*, pela assimilação do *ps* em *s*: pelo abrandamento do *T* em *D*, já frequente no latim popular. Estas modificações deram a forma *medesimo*, a qual se transformou no século XI em *meismo* pela queda do *D* médio (*crença* – *credentia*, *suar* – *sudare*, *trair* – *tradere* &); pela mudança do *I* em *E*, que remonta ao latim vulgar; e em *mesmo* pela contração do *EE* e *E*.

14 Esta palavra contraiu-se suprimindo a primeira e penúltima sílaba, e permutando *P* por *B*. Em outras línguas (ing. *bishop*: al. *bishoj*; fr. *évêque*; esp. *obispo* &) a palavra é formada dos mesmos elementos, mas contém sempre menor número de sons que o vocábulo originário. É claro que *episcopus* converteu-se em *episc'pus* de conformidade com a lei da acentuação latina.

A tendência geral para a abreviação ou mudança na forma (economia dos meios)¹⁵ tem dupla ação – uma destruidora, outra criadora.

A desapareição, pois, de certos elementos da linguagem, as mudanças e elaborações contínuas, é o que constitui o desenvolvimento de uma língua.

“A subtração concorre para o crescimento, assim como nos seres organizados a eliminação faz parte do desenvolvimento e da assimilação. E esta assimilação tanto se dá com vocábulos inteiros, como com os sinais formativos das distinções gramaticais.” (*Whit. Sc. of lang.*) A ideia perde-se, e com ela a palavra que a exprimia; e a sinonímia e a importação estrangeira, com razão ou sem ela, adquirem predomínio e conseguem suplantar, eliminar mesmo as palavras originais que caem enfim no golfo do olvido.

Mas, em compensação, nova ideia requer termo novo; e as ciências, as artes, as indústrias progridem sempre. É pois impossível sustar o incessante caminhar das línguas. Muitas vezes, porém, a palavra ou locução caída em desuso, e que acreditavam sepultada entre os reprovados arcaísmos, dormitava apenas. Os arcaísmos e os empréstimos mútuos e constantes feitos aos vocabulários estrangeiros é fato comum, e não há quem o desconheça.

A palavra também morre definitivamente – como na vida animal, segundo nos ensina a fisiologia – desde que perde mais de metade do seu peso, e fica reduzida a esqueleto.

É claro que todas essas modificações são tão regulares como as metamorfoses porque passa o homem, os outros animais e¹⁶ as plantas até chegarem ao termo da putrefação¹⁷

15 [Nota do editor] No original, há uma vírgula após este parêntese.

16 [Nota do editor] No original, há uma vírgula antes da conjunção *e*, retirada para atualização da pontuação.

17 Depois da morte a desassimilação é ainda uma evolução não menos regular, porque antes de se transformarem pela putrefação em amoníaco, azoto, ácido carbônico e água passam por metamorfoses graduais.

A teoria do *struggle for life*¹⁸ tem tanta aplicação às línguas como aos seres animados e vegetais.

*

As línguas primitivas começaram pelas vogais. O primeiro som articulado foi o de ô; a este seguiram-se os de é e i, e mais tarde o de ó e u. Às vogais seguiram-se: 1.º as *labiais*; 2.º as *dentais*, e de preferências as *brandas*; 3.º as *guturais*, *palatais*, *sibilantes* etc. A linguagem das crianças permite-nos conhecer, no parecer de um glossologista moderno, a do homem primitivo. Este, porém, não diferenciava na pronúncia as consoantes homorgânicas, que só mais tarde vieram a exprimir as várias relações – de lugar, superioridade, indicação relação, afastamento etc.

Nem as vogais, nem as consoantes das palavras exclamativas têm significação resultante da mesma natureza dos seus sons (M.M)¹⁹. Nos tempos primitivos, o homem exercitou o formou, mas por tempo dilatado, o seu órgão vocal, o desenvolvimento “das intuições dos seus sentidos”; e preparou-os para resumir as suas sensações e intuições sensuais²⁰ de modo a poder passar à *exceção* das noções racionais. Só então a língua, composta de palavras exprimindo noções, começou a constituir-se e a aperfeiçoar-se cada vez mais.

Também as várias partes da oração formaram-se lentamente e de modo progressivo.

Apenas a língua entra na sua vida histórica, como dissemos acima, entra no período da luta. E de feito desde o século IX que assistimos a essa luta no nosso idioma, e presenciamos muitas vitórias e derrotas.

Essa lei universal não sofre interrupção, desenvolve-se regular e lentamente.

Natura non facit saltum.

18 [Nota do editor] No original, há uma vírgula após o sujeito, retirada para atualização da pontuação.

19 [Nota do editor] Provável referência a Max Müller.

20 [Nota do editor] Aqui no sentido de “sensoriais”.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ALUIZA ALVES DE ARAÚJO é doutora e mestra em Linguística pela Universidade Federal do Ceará – UFC. É professora no nível Associado do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – PosLA da Universidade Estadual do Ceará – UECE, onde coordena o Laboratório de Pesquisas Sociolinguísticas do Ceará – LAPESCE e lidera o Grupo de Estudos e Pesquisas Sociolinguísticas de Fortaleza- CE (SOCIOFOR). Tem experiência na área de Sociolinguística e Dialetologia.

ANA ALEXANDRA SILVA é doutora em Linguística (2008) pela Universidade de Évora. É professora auxiliar no Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora. A Sintaxe Funcionalista e a Linguística Aplicada são as suas principais áreas de atuação. É diretora do curso de Português Língua Estrangeira e investigadora do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Universidade de Évora.

ANA CLARA SOAVE LEPPAUS é graduada e Licenciada em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa (2023) na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Atualmente desenvolve pesquisa na área de Linguística, com ênfase nos seguintes temas: terceira onda variacionista; avaliação/percepção linguística; sotaque capixaba.

ANGELA MARINA BRAVIN DOS SANTOS é doutora em Letras Vernáculas (UFRJ) e docente do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Letras (Proletras) da UFRRJ.

DAYSE RODRIGUES DOS SANTOS é doutoranda em Estudos linguísticos e literários em inglês pela Universidade de São Paulo. Mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão. Especialista em Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande. Licenciada em Letras Português e Inglês pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões e em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria. Atua profissionalmente como docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA/Santarém.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA é mestrando em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Especialista em Educação do Campo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE, campus Crateús (2021). Graduado em Letras pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE, campus Crateús (2018). Atua na área de Letras com ênfase em Linguística e Sociolinguística Variacionista.

HILMA RANAURO é mestre em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é membro do União Brasileira dos Escritores, do Instituto Campograndense de Cultura e da Academia Brasileira de Filologia. É especialista em estudos linguístico-historigráficos com inúmeras publicações nessa área de pesquisa.

JEFFERSON EVARISTO é professor de língua portuguesa na UERJ, atuando no PGLetras e no PPLIN/FFP. Procientista da UERJ e Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ), é coordenador da disciplina de “Crítica Textual” no curso de Letras (UFF) do CEDERJ e coordenador do subprojeto de língua portuguesa do Programa Residência Pedagógica da CAPES. Pós-doutor em língua portuguesa pela UPM, doutor em língua portuguesa pela UERJ e em letras neolatinas (língua italiana) pela UFRJ.

JULIANA BEHREND'S DE SOUZA é doutoranda em Estudos da Linguagem (UFF) e docente de Língua Portuguesa no Colégio Pedro II (CPII).

MARCELA LANGA LACERDA é professora adjunta no Departamento de Línguas e Letras (DLL) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), desde agosto de 2019. É doutora em Linguística (área de concentração: Teoria e Análise Linguística) (2017), pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e pós-doutora em Estudos Linguísticos (na linha de pesquisa: Linguagens em novos contextos) (2023), pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Desenvolve pesquisas a partir de interfaces entre os campos (a) variacionista, (b) funcionalista (considerando a abordagem da gramaticalização) e (c) dialógico, tendo cunhado a proposta de um “sociofuncionalismo enunciativo-discursivo”.

SARA ALEXANDRE FERREIRA é doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Letras pelo PROFLETRAS (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, campus Currais Novos (2021). Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ (2015). Graduada em Letras Português/Inglês pela Autarquia Educacional de Belo Jardim-PE – AEB (1998). Atua na área de Linguística com ênfase em Sociolinguística Educacional e Gramática e Ensino.

WAGNER ALEXANDRE DOS SANTOS COSTA é doutor em Estudos da Linguagem (UFF) e docente do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Letras (Profletras) da UFRRJ.

